proposta 31 EXPERIENCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR

Lavradores em luta por sua sobrevivência



Projetos econômicos de produção, comercialização e consumo.

SUMÁRIO

	Proposta nº 31 outubro de 1986
Apresentação pág. 1	meanacta 31
Introdução pág. 2 Jean Pierre Leroy	proposta 31 EXPERIENCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR
1. Chacoalharam o cincerro e a bocaina não veio atrás pág. 3 Ari Martendal Ricardo Scherer	Lavradores em luta por sua sobrevivência
 Os grupos de revenda e Movimento Sindical no interior do município de Santarém – 1975/1985 pág. 14 Jean Pierre Leroy 	Frale 1
3. Casas de Farinha Comunitárias no agreste meridional de Pernambuco pág. 22 Jaime Libério da Silva Maria Emília Lisboa Pacheco	
4. Os infortúnios da boa intenção: projeto Bambuí — Irecê/Bahia pág. 33 Cândido Grzybowski João Carlos Duarte José Oliveira Arapiraca	Projetos econômicos de produção, comercialização e consumo.

PROPOSTA: Experiências em Educação Popular é uma publicação trimestral da FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.

Proposta no 31

Conselho Editorial: Jorge E. Saavedra Durão Jean-Pierre Lerov Carlos Minavo Gomez Haroldo Baptista de Abreu Maria Emília L. Pacheco

Coordenador Editorial: Alfons Klausmeyer Editor de Arte: Gerardo Hanna Arte: Marcelo Riani Marques

Fotos: Lourdes Grzybowski

Revisão: Henrique de Souza Júnior

Datilografia: Cecy R. de Abreu Elita V. de Paula

Redação: Rua das Palmeiras, 90 - Botafogo 22270 - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 286-6797

ERRATA da Proposta 29, página 29

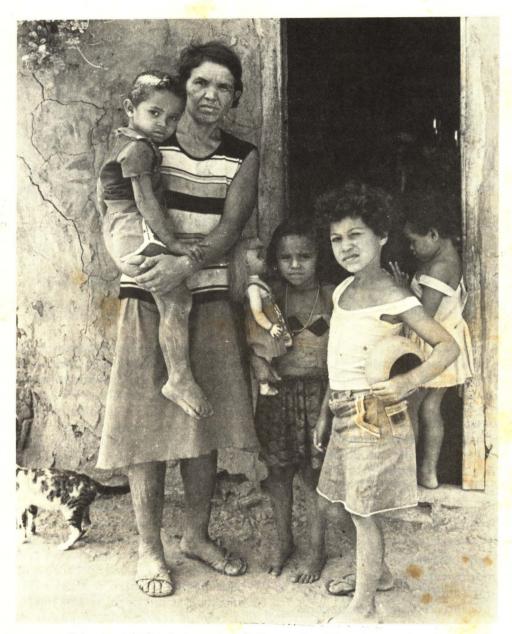
5. Além da questão da terra

Maria Emília Lisboa Pacheco

no capítulo "Legalização e Urbanização dos Loteamentos":

- o artigo "A Rotina do Núcleo" é de autoria de Miguel Lanzelotti Baldez.
- o artigo "A Força e as Fragilidades do Movimento: Questões atuais" é de autoria de Luís Antônio Machado com a colaboração de Ademir Figueiredo e Grazia de Grazia Veras.

APRESENTAÇÃO



Para o trabalhador rural, a Reforma Agrária não se reduz à terra para plantar. Inclui também as questões da produção, da comercialização, saúde, educação, etc.

Na ausência, durante todos esses anos, de uma política pública fundiária e agrícola voltada para os pequenos produtores, estes desenvolveram milhares de iniciativas nos campos da produção, da comercialização, do consumo...

Apresentamos aqui algumas experiências e discutimo-las criticamente no intuito de convidar trabalhadores rurais, educadores e técnicos a refletir a sua própria experiência e dialogar conosco, através deste nº da PROPOSTA. Aos que não têm ligação com o campo, que descubram um pouco da vitalidade do homem do campo que, através dos seus erros e acertos, tem muito a nos ensinar.

INTRODUÇÃO



Existem hoje no país milhares de iniciativas privadas voltadas para a melhoria de vida dos pequenos produtores rurais. São extremamente heterogeneas:

- abrangem um extenso leque de atividades: campos agrícolas e hortas comunitárias, experiências de tecnologia alternativa, bancos de semente, construção de poços e cacimbas, moinhos, casas de farinha, bodegas comunitárias, grupos de compra e venda, feiras do lavrador, etc., nos campos da produção, da comercialização e do consumo;
- são promovidas por uma diocese, uma paróquia, um pastor em muitos casos, ou por uma entidade particular, um sindicato, uma universidade, ou diretamente por um grupo de trabalhadores;
- apresentam-se às vezes com um caráter de emergência frente a uma situação extremada (seca), outras vezes como forma de resistência à expulsão da terra, ou simplesmente como forma de melhorar aqui e hoje a vida de uma comunidade, ou então como resposta alternativa ao modelo econômico vigente no campo;
- são desenvolvidas do norte ao sul em contextos totalmente diferentes e com as categorias de trabalhadores rurais as mais variadas: posseiros, pequenos proprietários, integrados ou não, meeiros, arrendatários, parceiros, assalariados temporários. . .

Têm em comum essa enorme pulverização, cujo reverso seria a sua autonomia, assumida ativamente ou tolerada provisoriamente frente ao Estado e, em conseqüência, o fato de terem em "agências de ajuda ao Terceiro Mundo" do exterior, confessionais e não-confessionais, mas todas não-governamentais, as suas fontes financiadoras, bem como na contribuição própria (auto-ajuda) dos grupos participantes.

Mais pela sua proximidade conosco do que por sua representatividade dentro desse universo o que nós não saberíamos avaliar — escolhemos para apresentar quatro experiências que não têm caráter de resposta circunstancial a emergências e que acreditamos significativas para contribuir a um debate incipiente sobre o papel e o potencial dessas iniciativas: casas de farinha na região de Garanhuns, no agreste meridional de Pernambuco, grupos de compra e venda no município de Santarém (PA), associação de pequenos produtores de Bocaina, em Lajes (SC), projeto Bambuí de abertura de poços na região de Irecê (BA). O texto sobre o projeto Bambuí na realidade não apresenta como tal a experiência, mas é fruto da avaliação desse projeto e. assim, incorpora uma reflexão ausente dos 3 textos anteriores.

Por fim, vem um artigo que sintetiza um debate promovido por PROPOSTA e que reuniu algumas pessoas que acompanham de um certo modo esse tipo de projetos/iniciativas.

Jean Pierre Lerov

Chacoalharam o Cincerro e a Bocaina não veio atrás....

Ari Martendal* Ricardo Scherer**

Nota Introdutória

Bocaina do Sul é uma localidade assentada nos entremeios da Serra Geral, no município de Lajes (SC). A vila, sede do distrito e da paróquia, com uma população de 800 pessoas, nucleia 15 comunidades de pequenos agricultores, que se espalham pela paisagem rural por aproximadamente 1.000 km².

As terras mais fracas e acidentadas compõem as pequenas propriedades rurais, numa média de 20ha cada uma, ao passo que as terras mais férteis e planas são ocupadas por empresas regionais de reflorestamento.

Os agricultores locais dedicam-se principalmente às culturas de milho e feijão e ao cuidado de algumas cabeças de gado. A apicultura, nos últimos anos, ganhou impulso e, atualmente, a partir das novas perspectivas de comercialização abertas por sua organização associativa, outras culturas (arroz, mandioca, batata doce, moranga, legumes, verduras, frutas e lacticínios) começam a prosperar.

A população de Bocaina do Sul é formada por caboclos e por descendentes de alemães que, no começo deste século, partiram de colônias litorâneas de Santa Catarina em busca de novas terras. Por Bocaina passava o antigo caminho de tropas que ligava Lajes a Florianópolis. Essas tropas veiculavam o comércio entre o planalto e o litoral. (À frente dos animais da tropa sempre ia a *mula madrinheira*, com um *cincerro*¹ atado ao pescoço, indicando o caminho aos outros ou, nos pousos noturnos, dizendo aos tropeiros em que recantos os cargueiros pastavam à noite.)

Depois, veio a rodovia e o progresso. As abundantes florestas de pinheiros chamaram as serrarias, as serrarias alocaram como mão-de-obra os trabalhadores do campo, e acabados os pinhais, a grande migração destes "novos operários" para a cidade. A roça perdera sua importância e as melhores terras foram compradas pelas reflorestadoras. . .

A prefeitura municipal de Lajes, no período de 1977-1982, resolve investir no campo e, para tal, adota uma política de apoio ao pequeno produtor rural: incentiva a nucleação agrícola, oferece máquinas, assistência técnica, melhora os sistemas escolar e de saúde e inicia o resgate dos valores culturais do campo. Nesta época, os agricultores de Bocaina constroem seu armazém comunitário, em regime de mutirão.

Quando muda o prefeito, vem o conflito e a resistência. Da resistência nasce a Associação dos Produtores Rurais de Bocaina do Sul e Índios, hoje com 215 sócios.

E começa, assim, um nosso capítulo desta história...

1. cincerro : campainha grande pendente do pescoço da besta que serve de guia para as outras.

^{*} Professor de Filosofia na Universidade Federal de Santa Catarina, agente do Projeto Vianei, coordenador do Projeto Universidade na Roca.

^{**} Engenheiro-agrônomo do Projeto Vianei, TA/FASE.



26 de março de 1986

"Se os filhos-da-manha vierem com esta tática de atacar nossa moral, a gente tem muito causo pra contar da vida deles. Vai engrossar o caldo!" Maneira cretina de começar uma história bonita. Mas, história não é conto da carochinha e nem tratado de boas maneiras. . .

A Associação dos Produtores Rurais de Bocaina do Sul e Índios, depois de dois anos de existência, foi escola e escola suficiente para que o pessoal aprendesse duas coisas importantes: associativismo é arma para trabalhar a questão da produção e sindicalismo é ferramenta para as lutas políticas dos agricultores. Foi por isso que da Associação nasceu uma chapa de oposição sindical. E a expressão irada (reproduzida acima) de um dos membros da chapa, indica que o caminho do agricultor é apresentado em cima de lutas e mais lutas. Laço que vem mais laco!

Novembro de 1983, um domingo qualquer

Vinte agricultores pediam socorro. Tinham sido embrulhados numa trama do cão. Depois de mil incentivos por parte de um Seminário Agrícola e por mais duas mil motivações e entusiasmos do pessoal da prefeitura municipal, resolveram enfrentar uma parada: construir um armazém graneleiro para estocar a produção de milho e feijão. Se a comunidade possuísse condições para estoque, teria melhor suporte para enfrentar a dura batalha da comercialização.

Com donativos de todos (até uma pobre viúva contribuíra com meia dúzia de ovos), com mutirões de fazer inveja a um governador de Goiás e mais o apoio logístico da prefeitura, lá estava, belo e formoso, o dito armazém. Um burro dum armazém: capacidade para depositar dezoito mil sacas!

O próprio pessoal da prefeitura estava encantado! O que podia o esforço comunitário! Um exemplo para o resto do município! A baba de satisfação corria pelos cantos da boca!

Alguns poréns. . .

- o armazém estava construído num terreno da prefeitura, como se isso não tivesse a menor importância;
- a prefeitura era do PMDB;
- o pessoal do PDS estava puto-da-cara e não via hora de eleger um prefeito de seu partido para acabar com aquela festinha;
- de quem era o armazém? Não havia nenhuma organização popular para geri-lo. Em geral, era um armazém do "povo"...

Veio a eleição para prefeito e . . . ganhou o PDS! Os dirigentes da prefeitura entraram em polvorosa e tentaram, com remédios de última hora, garantir as **conquistas populares**, onde se incluía o armazém de Bocaina. Dois dias antes de entregar o poder ao novo prefeito, os dirigentes municipais resolveram o problema passando um papel que garantiria a posse do terreno pelo espaço de seis anos. Esse papel saiu em nome de uma comissão de agricultores.

Pouco tempo depois, o começo da guerra:

- Entreguem a chave do armazém, porque a gente está precisando de garagem para as máquinas da prefeitura...
- Aqui ninguém vai entregar chave nenhuma!
- Então vocês vão entregar a chave para a polícia!
- ... só passando por cima de nosso cadáver!
 Mais um tempinho depois:
- Agricultor que trouxer mercadoria para o armazém, pode contar que a gente confisca e larga multa...

Até que um dia o novo prefeito resolveu "virar homem" e botar fim na teimosia daquela meia dúzia de agricultores. Levou o assunto para a justiça, com advogado e tudo, contestando o documento do prefeito anterior e exigindo — não o armazém — mas o terreno de volta. O terreno era da prefeitura! Claro, com a mula, os arreios viriam juntos. . .

Por este motivo, naquele domingo, aqueles vinte agricultores pediam socorro e assessoria ao Projeto Vianei de Educação. E agora, fazer o quê? Quem poderia com a força da prefeitura?

Numa noite de garoa fria

Na beira do fogão de lenha, cuia de chimarrão rodando, o Totona lascou o seguinte causo: "Diz que uma vez, aí pelos lados da serra da Bocaina, tinha um pai que tinha um filho moço, bem rapaz ainda, que queria porque queria fazer um passeio

na cidade. O pai não tava com vontade de deixar, porque a gente do sítio quando se mete com gente da cidade só sai perdendo... Daí, ele falou pro filho:

— Ói, meu fio. Não vá! Elis são capaiz de tomá tudo o que vancê tem e te largam liso e leso, sem dinhêro no borso e sem ninguém pra te acudi. Vancê vai tê que vortá cuma mão na frente e otra atraiz... Não se astreva...

O filho, que já era de maior emancipado, com as crinas erguidas de tão pachola, teimou e resolveu ir. O rapaz pensava lá com ele mesmo:

— Essa gente antiga, assim como o meu pai, tem cada mania... São tudo uns burro, uns atrazado... Acha que nóis novo não sêmo esperto...

Então o rapaz garrou, botou cinco contos no bolso e se foi. Chegou lá, passeou bastante, foi em todos os lugares que a Rádio Clube falava, olhou as vitrines, entrou em tudo que era bodega e depois voltou pra casa. Chegou e foi contar a façanha para o pai:

— Tá vendo, meu pai? Fui, vortei, não pudéro comigo e tá aqui os cinco conto que eu levei no borso. Ninguém se arriscô a me passá cunversa. Elis são mais burro do que nóis!. . .



Bocaina do Sul, S.C., VI Mostra do Campo, 1985

O velho ouviu, coçou a barba, não fez comentário nenhum, pra não dar ganja² pro filho. Mas ficou pensando:

É... esse meu rapaiz é muinto inteligente.
 Ou o povo lá da cidade andô mudando. Tô adimirado! ...

Quando foi num outro dia, o rapaz resolveu ir de novo. Nem consultou o velho. Apenas comunicou: "Oia, vô dá otra vorteada lá pelas Lajes!" E se foi, assobiando de estrada afora, mais alegre do que égua com dois potrilhos. . .

Já estava quase chegando na cidade, quando viu, assim, na beira da estrada um lagartinho querendo subir o barranco. Acostumado, ligeiro e guapo que era, num já pegou o bichinho vivinho da silva! Botou o animalzinho num saco e se foi. Chegou na cidade, mostrou o lagarto pra todo mundo, até que um cara das ventas meio furadas resolveu oferecer cinco contos pelo bicho. Fechou negócio, recebeu os pilas³ e foi passear. De tardezinha, veio embora. Quando encontrou o velho, foi logo contando:

— Eu não le disse que elis são mais burro que nóis!? Tá aqui. me déro cinco contos por um lagartinho de merda. . . Ninguém conhecia aquele bicho e acharo que valia uma fortuna! Tô eu aqui co dinhêro no borso. Saí com cinco, to com déiz contos!

Passado mais um tempo, o moço se achando vaqueano na cidade, se foi de novo. . . Quando chegou na entrada da cidade, ali perto da Cia. Pex, já foi ouvindo um alto-falante em cima de uma kombi velha, anunciando:

Venham aqui conhecer um bicho diferente! Parece que é uma cobra, mas não é, parece um jacaré do Mato Grosso, mas também não é!... Venham conhecer este fenômeno da natureza! Apenas e tão-somente dez mil cruzeiros o ingresso! Últimos dias nesta cidade!

Um bicho diferente? O moço ficou todò assanhado. . . Quis porque quis conhecer esta raridade. la para o sítio dizendo que conhecia coisa que ninguém ainda tinha visto e a vizinhança toda ia ficar admirada!

Garrou, puxou os dez contos do bolso e entrou na dita kombi. Pois o bicho diferente nada mais era do que o lagartinho que ele tinha vendido por cinco contos. . ."

2. ganja = presunção, vaidade.

3 de dezembro de 1983

Aquela reunião de vinte agricultores com o pessoal do Projeto Vianei resultou em decisões importantes. O prefeito ia ser enfrentado, não só com a arma dele (ação de despejo na justiça), mas também com uma arma política.

Os agricultores convocariam uma assembléia geral de todos que haviam colaborado na construção do armazém e dessa assembléia haveria de nascer uma Associação, com personalidade jurídica. O bispo de Lajes garantiu todo o seu apoio e, inclusive, rezaria uma missa solene dentro do armazém, na abertura da assembléia geral. Os técnicos do Projeto Vianei⁴ dariam o necessário apoio à iniciativa. Mais ainda: toda aquela questão ia ser noticiada na imprensa e todo mundo ficaria sabendo da sacanagem do prefeito.

Não deu outra. No dia 3 de dezembro de 83 lá estavam os agricultores convocados, acompanhados de familiares. Umas trezentas pessoas, afora a imprensa e alguns políticos que resolveram manifestar apoio. O bispo, além de celebrar a missa (Dom Onéris Marchiori), fez um sermão em cima da pinta e prestigiou com sua presença toda a assembléia geral de fundação da Associação.

A presença do bispo foi um triunfo. Acontece que muitos agricultores estavam sendo ameaçados, caso comparecessem à assembléia. Mas, se até o bispo havia tomado partido...

Agora, era rolar a bola pra frente. Mas, que bola? Pra onde? Quase ninguém sabia o que era uma Associação e o que ela podia significar concretamente. Uma primeira dificuldade era o encaminhamento da papelada. A segunda, o que uma Associação podia representar para os agricultores.

Por onde se começa um novo caminho

Uma questão tramitando na justiça. Um armazém feito e pronto. Os agricultores articulando juridicamente sua Associação. Um montão de problemas na roça e na produção. Era urgente arregaçar as mangas.

^{3.} pilas = dinheiro, grana.

^{4.} No final de 1982, um pequeno grupo de professores faz um contato com a diocese de Lajes propondo a formação de uma equipe de assessoria a organizações populares da região serrana de Santa Catarina, bem como a realização de alguns trabalhos de campo junto às populações rurais. A proposta foi aceita e esse grupo ficou sediado no Instituto São João Batista Vianei (Seminário Diocesano) e, a partir de então, ficou sendo conhecido como Projeto Vianei de Educação. Hoje, os quadros do Projeto contam com professores, agrônomos, sociólogos, religiosos e comunicador social. Não se trata de um grupo de dirigência pastoral, se bem que preste assessoria aos setores de pastoral — especialmente à CPT, mas de um grupo de educação popular inserido no contexto dos movimentos sociais. O Projeto Vianei também se articula com a FASE e tem colaborado com o Projeto T.A.



Bocaina do Sul, S.C., VI Mostra do Campo, 1985

A assessoria do Vianei percebeu que tinha que apostar em Bocaina. A coisa mais imediata era o encaminhamento da papelada de registro da Associação. Por outro lado, formar os quadros próprios de agricultores através de reflexão e discussão de toda a problemática (complexa para eles). Mais ainda: como uma associação podia ser um instrumento apropriado e confiável à solução de alguns problemas bem concretos que eles enfrentavam?

As primeiras discussões foram em cima de assuntos considerados **quentes** naquela hora: a "briga com a prefeitura" e as caminhadas ao cartório para registro de estatutos, publicação em Diário Oficial, abertura de conta no Banco.

No entanto, estes **assuntos quentes** eram quentes apenas para o pessoal da diretoria. Os demais associados estavam a se perguntar sobre a utilização do armzém e sobre que coisas a Associação podia promover.

O pessoal estava mordido com a atitude da prefeitura. Gente braba busca coisa do fundo do baú para jogar na cara do inimigo. E no fundo desse baú encontrou-se a Mostra do Campo. A prefeitura do PDS tinha abandonado uma festa que era muito cara aos agricultores, ao homem do campo. Numa reunião, com um expressivo grupo de associados, ficou decidido: "Vamos fazer de novo a Mostra do Campo!" Era uma promoção que dava muito trabalho e que exigia recursos de mobilização, de transporte e de organização. O Sindicato e o Projeto Vianei garantiram apoio, inclusive financeiro. E os associados entraram com os trabalhos de mobilização e organização.

Que era a mostra do Campo?

A Mostra do Campo tinha sido bolada, pela administração anterior da prefeitura, como uma das atividades voltadas para o meio rural, envolvendo educação, produção, lazer e resgate cultural. As Mostras eram realizadas uma vez por ano, em todas as sedes distritais do município de Lajes. Por quatro anos seguidos esta festividade foi crescendo e ganhando expressão. A promoção envolvia uma série de atividades: debates sobre assuntos ligados à terra; resgate do artesanato regional; construção de barracos de taquara para a exposição de produtos agrícolas, comidas da cozinha regional, artesanato - enfim, estes barracos eram o espaço destinado, no dia da festa, para as rodas de chimarrão, para os contadores de causos, para os músicos de cada pequena localidade e para se mostrar e comentar como estava se produzindo determinadas variedades de plantas: a festa sempre comecava com um desfile representando a vida da roça; depois, a missa crioula. Na parte da tarde, as apresentações dos artistas da região (gaiteiros, violeiros, declamadores de versos e décimas e trovadores). Uma festa sem a formalidade e os lugares comuns da quermesse ou da festa de igreja: isso encantava os agricultores, era a sua festa!

Pois sem a ajuda e sem os laços envolventes do poder público, saiu a V Mostra do Campo de Bocaina do Sul. E que Mostra! A mais organizada de todas, a mais animada e a mais concorrida! Apareceram em torno de duas mil pessoas.

Esta Mostra foi a primeira garantia de que a Associação começava a ganhar recheio. Com este êxito, com esta prática, era possível partir para outros feitos. A comissão organizadora ganhara credibilidade.

Seu Alair dá entrevista para pesquisador da cidade

"Assim como eu falei, na Mostra do Campo nós comecamos a nos sentir gentes também. Nós éramos considerados umas pessoas jogadas... A gente, não comparando, era considerado tipo assim... escravo! Chegava no tempo da colheita, eles não ajudavam. Então, na administração anterior da prefeitura, no tempo do Dr. Dirceu Carneiro, a gente começou a se sentir que também era alguém. Foi dito mesmo, nas reuniões que faz íamos, estavam dando valor para nós. E depois, fomos muito apoiados com muitos incentivos: de trabalhar, de comercializar a nossa produção. O armazém foi criado em cima disso. Porque nós produzimos, mas se não passar um rótulo em cima de nosso produto, uma embalagem bonita, ele não tem valor, não vale nada. . .

Ali a gente começou a se incentivar mais e a se sentir alguém. A gente sentiu que também podia falar. É o que está acontecendo hoje aqui. Antes a gente ficava até com vergonha de atender vocês aqui no sítio. . .

Se a gente for falar o que se passou aqui, entao vocês podem pensar que é por questão política, mas não é. Não foi questão política. Eu sempre dizia: não sou partidário. Até enchi um título inteiro votando na ARENA e no PDS, porque meu pai sempre era. . . Depois eu me acordei, porque vi que nunca éramos alguém. Nunca a gente conseguia nada, sem apoio nenhum. Então eu acordei e comecei a trabalhar com o sindicato.

Agora fizemos uma reunião de resistência lá no Armazém. Somos duzentos e quarenta e um, todos com um pedaço de terra. Temos Armazém, mas não temos máquinas."



Assembléia: Bocaina do Sul, S.C.

A Mostra do Campo deu coragem para outras coisas

No mês de maio de 84 aconteceu uma histórica assembléia geral da Associação. Cansados de exploração no preço dos adubos químicos, os associados resolveram fazer uma compra conjunta. Quinhentas sacas de adubo. O fornecedor que desse melhores condições de preços e prazos para pagamento seria o escolhido. Vieram muitas propostas, em condições bem mais vantajosas do que o comércio varejista. A coisa deu pé e todos saíram ganhando um bom percentual. Alguns agricultores que, por desconfiança, não quiseram participar do negócio, depois ficaram se queixando de não ter entrado nessa. Foi uma coisa muito simples, dependeu de pouca organização. Ma s foi um bom instrumento pedagógico e a Associação lavrou mais um tento.

Nesta mesma assembléia, outro acontecimento importante. A colheita do ano foi muito magra. O problema da enchente e da chuvarada acabou com quase tudo. O agricultor ficou sem dinheiro para nada. Por este motivo, o armazém estava sem nada para estocar e, além do mais, vazio de outras coisas. . . Apenas, lá num canto, um velho secador de cereais que já não funcionava mais e que o pessoal estava pensando em vender como sucata. Alguns sócios, logo apoiados pelos demais, sugeriram que a Associação comprasse uma máquina para descascar arroz. Descascar arroz era um problema muito sério lá em Bocaina. Todo mundo tinha que vender o arroz em casca e depois comprar o pacote de arroz descascado no supermercado, por um preço absurdo... Ou, quem tivesse dinheiro e paciência, levá-lo até um descascador lá na cidade... Foi assim que se decidiu a compra do descascador. A Associação faria um levantamento de precos e depois convocaria uma nova reunião para se discutir as propostas e o encaminhamento.

Semanas depois, a reunião. A diretoria veio com algumas propostas. Um comerciante, inclusive, veio até Bocaina trazendo uma máquina para demonstração.

Escolher o tipo de máquina, foi fácil. O diabo estava na grana. As guaiacas⁵ de quase todos estavam vazias. . . Um grupo de vinte agricultores fez uma proposta: eles topariam a compra. Cada um entraria com cem mil cruzeiros e estava acabada a briga. Foi daí que aconteceu uma das discussões mais interessantes: quando foi para construir o armazém, cada um contribuiu com o que pôde. . . Por que, agora, não se fazia a mesma coisa? Por que se formar dentro da associação um grupo de poderosos? A Associação passaria, de agora em diante, a ter donos caracterizados pelo maior poderio finan-

Foto: Instituto São João Batista Vianei

^{5.} Cinto largo de couro ou camurça, provido de bolsinhos, usado para se guardar dinheiro e objetos miúdos.

ceiro e econômico? A partir destas questões, a idéia foi derrotada. Era preferível ficar sem a máquina... Se fosse o caso, todo mundo esperaria mais um pouco, até que houvesse dinheiro em caixa. Comprar fiado e ficar devendo no comércio — nem falar!... Estava aí o exemplo recente de uma cooperativa regional às portas da falência...

Mas, a Associação não podia se entregar assim pela primeira dificuldade. Abriu-se uma lista de contribuições espontâneas e arrecadou-se, na hora, o equivalente a um terço do preço da maquina. A diretoria, alguns dias depois, fez uma exposição de motivos a um organismo da Igreja Católica (CERIS) e solicitou uma colaboração. Em pouco tempo a solicitação foi aprovada e atendida. E apareceu a máquina!

Uma máquina tão pequena... porém, apontada por todos como uma jóia, como posse de todos. E tornou-se um instrumento didático de primeira ordem: quem seria o operador, em que dias da semana funcionaria, quanto seria cobrado por quilo de arroz, como seria conservada. Tudo decidido em assembléia. Depois, quando começou a operar, cada um que chegava, enquanto esperava o serviço, batia um prolongado papo, geralmente sobre o papel que a Associação poderia desempenhar em outros campos e setores. . . E foi por aí que o pessoal começou a sonhar com força.

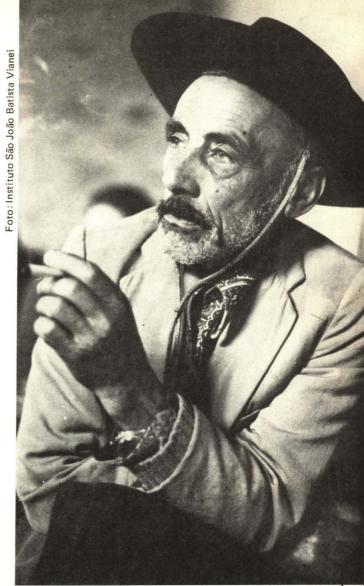
Que negócio era este de chacoalhar o cincerro?

Bocaina do Sul ficara marcada pelas eleições municipais de 1968. Eleição dura, porque a oposição (MDB) havia crescido demais... Quando da apuração do pleito, se viu de como o páreo era duro. A eleição ficou indefinida até a abertura das urnas da Bocaina. Daí pra frente, Deus que atalhe... Foi uma enxurrada de votos para a ARENA, que seu candidato livrou uma diferença de mais de mil votos!...

"Abrir as urnas de Bocaina" consagrou-se como expressão de votos de cabresto e de clientela garantida. Em qualquer outro tipo de eleição, quando a contagem dos votos era pau a pau, os candidatos, na tensão, faziam o comentário: "Esperem um pouco, deixa chegar nas urnas da Bocaina..."

Sobre esta expressão gerou-se outra criada pelos "donos" políticos da Bocaina: "Lá na Bocaina é só chacoalhar o cincerro, que vem todo mundo de atrás!"

A malícia desta segunda expressão, desta metáfora, esta ligada à tradição dos antigos tropeiros, que, à frente da tropa de mulas, sempre tinham um animal mais dócil e com um cincerro atado ao pescoço. Atrás do barulho do cincerro ia o resto da tropa.



Assembléia: Bocaina do Sul, S.C.

Bem que o seu Alair dizia na entrevista: Cansei de encher título votando na ARENA e no PDS. Até que acordei!

Galinha debaixo do braço, garrafão de vinho na mão

O trabalho do Projeto Vianei junto à Associação estava muito ligado à formação de quadros. Formar quadros. Há vários modos e instrumentos. Cursos, reuniões, seminários, etc. . . Isso também era utilizado. Só que em Bocaina buscou-se uma maneira mais informal um pouco.

Nas noites de sextas-feiras, dois agentes do Vianei se deslocavam até Bocaina (40km de Lajes). Debaixo do braço uma penosa e, na mão, um recipiente com o bom espírito do vinho... Sexta na casa de um, sexta seguinte na casa de outro. E sempre uma meia dúzia de agricultores peregrinando junto. A escolinha das sextas! Aliás, ninguém ia "fazer reunião"! O programa era mais ameno: comer galinha com arroz e beber vinho de boa cepa! E o que acontecesse depois, ficava por conta do vinho...



Bocaina do Sul, S.C., VI Mostra do Campo, 1985

Enquanto o mulherio preparava a janta, as bocas iam se abrindo por conta do vinho. Causos. Anedotas. Falação da vida alheia. Notícias dos adversários da Associação. A janta. Já na mesa, antes de recolher a louça, aparecia um assunto sério. Sempre tinha um assunto importante. O assunto de debate, de discussão, de análise. Engraçado que nunca os agentes do Vianei eram os propositores do tema. Mas eram os agentes importantes na orientação da conversa. A informalidade não era quebrada. Todo mundo se manifestava numa boa... Uma beleza! Como assunto é coisa que a gente amadurece, os agentes procuravam nunca dar um fecho: era preciso dar tempo para a matutação, para a ruminação.

Escolher um acompanhamento mais informal significa demorar um pouco mais. Esta prática dos agentes de Bocaina não era vista com bons olhos pelo resto da equipe do Vianei. Havia muita discussão sobre esta questão. É que nas outras práticas do Vianei, aparentemente, as coisas andavam mais depressa. Os resultados eram mais visíveis. . .

Hoje, pode-se avaliar que "as jantas de sextafeira" se constituíam num trabalho lento, mas de profundidade e cujos resultados se manifestam agora. Na verdade, quando os assessores têm pela frente um trabalho que envolve acompanhamento mais duradouro e permanente, há necessidade de geração de uma metodologia culturalmente mais adequada e de maior informalidade.

A máquina de descascar arroz deu cria

A Associação foi gerando fatos novos na comunidade. Promoções de pequenos cursos. Algumas festividades. Entrou firme na luta pela posse definitiva do terreno. Em qualquer assunto importante da localidade, a diretoria emitia opinião. Ficou com fama de valente. Isto é um dado importante.

C prefeito entendeu que não era interessante uma briga com uma Associação que se fortalecia constantemente e que tornava expressiva sua participação no conjunto de ações no distrito de Bocaina. Ademais, na própria justiça, a ação não lhe seria favorável inicialmente. Por estas razões, envia à Câmara Municipal um projeto de lei concedendo não só o terreno em questão, mas dobrando a área. O projeto foi aprovado por unanimidade. A escritura foi passada para a Associação e acabou-se a encrenca.

Os políticos, de modo geral, passaram a entender que em Bocaina havia acabado aquela história de "chacoalhar o cincerro". Ninguém mais se arriscava a puxar briga com o pessoal da Associação, porque podia receber de volta chumbo grosso.

A Associação, por sua vez, começou a perceber claramente que era hora de tirar proveito desta situação. Quem eram os políticos? — Empregados do povo. De onde vinham os dinheiros públicos que os políticos administram ou manobram? — Dos impostos de todos. . Entao, era preciso capitalizar isto! Capitalizar, como? Convocando os políticos e lhes apresentando projetos bem concretos, não como favor, mas como direito ao retorno dos impostos. E foi por esta via que a Associação começou a se instrumentalizar, a se equipar. E no curto espaço de um ano, foram aparecendo:

- chocadeira de pintos
- trilhadeira para cereais
- caminhoneta pick-up
- moinho de fubá
- canjiqueira
- remodelação do secador de cereais
- instalações suplementares para abrigar reprodutores suínos, etc. . .

Quem viu toda a agonia para se comprar aquela maquinazinha de descascar arroz, só pode chegar a uma conclusão: ela deu cria!

A produção de mel, na região de Bocaina, é expressiva. Neste ano, os apicultores devem produzir mais de cem toneladas de mel. O problema sério é que essa produção toda enfrenta enormes dificuldades de comercialização. A legislação sobre o mel é muito rigorosa e muito complexa. Ela só facilita o intermediário e avilta o preço para o produtor. O produtor não tem condições de processar a merca-

doria de acordo com as exigências legais e, por consequência, não pode levar o mel ao mercado. Deste fato aproveitam-se os intermediários, que possuem condições de processamento. Diante disto, a Associação está acionando, agora, um projeto de Casa do Mel, que ofereceria todas as condições para a apicultura. É um projeto muito caro, mas que está sendo gestionado.

Uma das principais ações da Associação, de um ano para cá, é a comercialização direta "agricultor/operário". Esta ação se viabilizou da seguinte forma: grupos de operários organizados da cidade de Lajes, através da Pastoral Operária, entraram em entendimentos com o pessoal da Associação com o objetivo de estudar a possibilidade da compra de produtos alimentícios em condições que lhes fossem mais vantajosas.

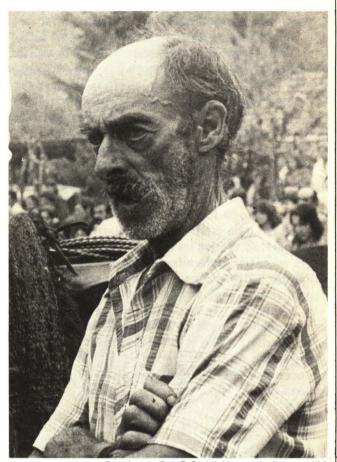
Depois de várias reuniões conjuntas, ficaram claros alguns pontos fundamentais:

- agricultor e operário pertencem a uma mesma classe social explorada — os explorados do campo e os explorados da cidade;
- agricultores e operários podem fazer em conjunto algumas lutas;
- o agricultor produz alimento e, para sobreviver enquanto agricultor, tem que entregar a sua produção a baixo preço para o intermediário;
- o operário, por sua vez, compra esse mesmo alimento por um preço abusivo;
- é possível, num trabalho conjunto das duas organizações, ganhos conjuntos: o agricultor ganharia melhor preço e o operário conseguiria alimento mais barato;
- este processo de comercialização exigiria um outro processo de conscientização política, até mesmo para enfrentar alguns problemas concretos que apareceriam: qualidade dos alimentos, problemas de fornecimento, oscilação dos preços no mercado, etc. . .

Por aí se começou. Feito o pacto, veio a prática. Os operários faziam a encomenda num pacote só, uma grande lista de produtos, com as quantidades exatas. Na entrega da lista, representantes da Associação e da Pastoral Operária faziam uma breve pesquisa de mercado para saber a quantas andavam os preços e de como podia se proceder à compra junto aos agricultores associados. Em suma, o lucro que antes pertencia ao intermediário era agora dividido meio a meio.

Em tese, a coisa é fácil. Mas, tanto agricultores como operários ainda não detinham **traquejo de corpo** para esta operação. Isto foi apreendido na prática. Nos problemas. . . Algumas dificuldades: ICM, transporte, coleta dos produtos junto aos agricultores nas distâncias do meio rural, insuficiência dos agricultores para atender a todos os itens da lista de vinte produtos, o preço dos legumes e verduras em grande oscilação no mercado, etc.

O conjunto desta prática teve, inclusive, alguns lances polêmicos. Aí, exatamente, foi importante o processo pedagógico de conscientização política de lado a lado. Periodicamente, hoje, há reuniões conjuntas para avaliar a comercialização. E, em cada uma destas reuniões, novas decisões e novos avanços.



Bocaina do Sul, S.C., VI Mostra do Campo, 1985

Oposição Sindical

A Associação de Produtores Rurais de Bocaina do Sul e Índios não veio para substituir o Sindicato de Trabalhadores Rurais. Este entendimento é claro para todos os associados. A Associação está mais ligada à área de produção, ao concreto da roça. O Sindicato é a ferramenta política dos agricultores.

Com o crescimento e desenvolvimento da Associação, o pessoal, aos poucos, foi analisando o comportamento do seu sindicato e começou a fazer questionamentos sobre sua atuação. Estava ali um sindicato assistencialista e acomodado diante das grandes lutas, "pouca coisa fazendo pela nossa classe".

Membros da diretoria da Associação e os sócios que estavam avançando mais nestas discussões resolveram bater um papo com o presidente do Sindicato para uma conversa franca. Entre outras questões, colocaram seu desejo de enriquecer a próxima diretoria com pessoas mais dinâmicas e politicamente mais comprometidas. Ocorre que o presidente, sabendo desta intenção, largou imediatamente o edital de eleições, só que com um detalhe: não o divulgou entre os associados e até procurou escondê-lo. . . Por acaso, três dias antes dos prazos marcados para a inscrição de chapas, descobriu-se no cantinho de um jornal o tão esperado edital.

Diante disto, todo mundo levou um susto: com certeza a presenca de candidatos pertencentes à Associação não era simpática ao atual presidente. Pois então, nego provocado, nego invocado! Do grupo mais organizado de agricultores em todo o município (Bocaina) sairia a base de uma chapa de oposição sindical. E assim, de uma hora para outra, formou-se uma chapa possível diante daquelas circunstancias. Esta chapa tem como proposta a formação de delegacias em todos os lugares, um trabalho de conscientização política de todos os agricultores da região, a luta pela melhoria de atendimentos médicos e de saúde em geral, eletrificação rural, a participação efetiva da mulher em sua sindicalizacão, o incentivo para a formação de associações semelhantes à de Bocaina e o ataque à questão da comercialização.

De duas, uma: ou a chapa vence as eleições e faz o trabalho a que se propõe, ou, caso venha a perder, garante que o sindicato de Lajes, daqui para a frente, não será mais o mesmo. É a primeira vez que acontece uma chapa de oposição sindical; isto já demarca um processo de discussões mais amplas. . .

Um episódio de valentia

Diante das políticas agrícolas do País, do quadro de financiamentos bancários, da seca que se abateu sobre o sul do País e da discriminação em relação ao sul do Brasil, sindicatos de trabalhadores rurais do Oeste Catarinense, Sudoeste do Paraná e Norte do Rio Grande do Sul fizeram um amplo movimento de protesto e de represálias: fecharam por alguns dias todas as agências bancárias. No entanto, no Planalto de Santa Catarina, os sindicatos nem se deram conta do que estava acontecendo.

Foi aí que o pessoal da Associação de Bocaina do Sul, em conjunto com um sindicato nascente no município de Correia Pinto, resolveram marcar sua posição e solidariedade aos trabalhadores das regiões envolvidas, fechando, por um dia, a agência do Banco do Brasil em Lajes.



Assembléia: Bocaina do Sul, S.C.

Ninguém esperava esta ação. Porém, duas pessoas em Lajes ficaram extremamente surpresas: o gerente da agência e o presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais. . .

Este fato foi muito importante para a Associação. O fato foi amplamente noticiado e divulgado. Criar uma imagem de valentia também é uma tática que dá bons resultados, especialmente a nível de credibilidade. Para quem sempre foi amassado, como o agricultor, saber que tem em mãos um instrumento ágil e pronto para a briga, é importante. As manifestações de apoio que o pessoal recebeu na porta do banco foram enormes. Outros agricultores que por ali passavam se prontificaram para ir arrumar mais gente ou para contribuir de alguma forma com comida ou o que fosse preciso. Vieram líderes comunitários, políticos e representantes da Igreja.

Dizer o quê da assessoria?

Quem conta estórias, episódios, lances — conta de seu jeito. Cada qual tem o seu tipo de bagagem e o peso dessa bagagem é a ponderação de sua narrativa. O que foi aqui contado não fugiu disto. Uma estória saltando de um conta-gotas. Se outros agentes e assessores do Vianei contassem a Associação de Bocaina, é possível que a perspectiva fosse outra... O grupo do Vianei é um grupo plural e tem uma forma de ação onde o ato de pensar e agir (teoria e prática) constitui um movimento uno, cujo horizonte é sempre a transformação do conjunto de relações e situações vividas concretamente pelas populações com as quais trabalha. É um grupo de educadores, de intelectuais, que também se educam e se transformam.

Um membro da Associação, o Zezinho, deixou a assessoria do Vianei de barbas de molho, numa concorrida assembléia geral. "E vocêis... o que vocêis querem com nóis aqui? É bom a gente sabê, porque de certo arguma coisa..." E não terminou o raciocínio. Só deu a entender.

Qual o papel da assessoria? Pergunta embaraçosa. . . Mas, da pergunta oportuna e embaraçosa do Zezinho podia-se ter começado todo este escrito. A bem da verdade, nós assessores nunca respondemos claramente a isso, mesmo que já nos tenham puxado as orelhas. . .

O Zezinho não voltou mais à pergunta. Pode ter ocorrido que, no andar do cargueiro, estas abóboras se ajeitaram. Ou que a prática dos assessores tenha respondido à questão.

A alternativa tecnológica

A Associação dos Produtores Rurais de Bocaina do Sul e Índios nasce como tentativa de enfrentamento e solução dos graves problemas advindos da marginalização econômica dos pequenos produtores rurais: a conservação e adubação dos solos, a

produção em si, o maior poder de barganha, as alternativas de comercialização, etc. . .

O desenvolvimento de técnicas alternativas de produção, social e economicamente apropriadas, está associado ao fortalecimento da identidade do próprio agricultor marginalizado. A ele compete vislumbrar os projetos alternativos não só como projetos de subsistência, mas como projetos de desenvolvimento comunitário.

Neste aspecto, em Bocaina do Sul, os projetos de fortalecimento dos apicultores, dos erva-mateiros, dos produtores de lacticínios, por exemplo, são os mais viáveis, pela facilidade de comercialização e alta repercussão entre os associados. No que diz respeito às pequenas propriedades rurais, o incentivo à policultura econômica e à subsistência familiar, à conservação dos solos, ao plantio das pastagens de inverno e de adubação verde se destacam como promissoras.

O projeto T.A./FASE, articulado com o Projeto Vianei de Educação e o Projeto Universidade na Roça, tem marcado presença entre os Membros da Associação, não só a nível de discussão destas propostas, mas também oferecendo orientação prática.

Versos largados de um convite para a Sétima Mostra do Campo.

Versos para nego macho estão aí:

"Melenudo e desgracido
tô eu aqui de novo
pra saudá este povo
lôco de esclarecido
— que até já fechô Banco —
e que faz a Mostra do Campo
pra dizê na freguesia
que se a vaca der cria
há de vir dois ternero:
brasino é o primeiro
o segundo é o malhado.
lsto tem um significado
que fica esclarecido:
o brasino é enfurecido
se agricultor for logrado."

Se acharmos que o machismo já se foi e quisermos uma luta mais feminista e que contemple uma das lutas da Associação e do Sindicato (pelo menos com a chapa dois), então vai lá:

"Agricultora há de ser reconhecida na sociedade e no sindicato, na cidade e no meio do mato, e fique esta verdade esclarecida e nunca caia no esquecimento. Porque, senão, tem o seguinte: taquêmo na tal constituinte trinta ano de cadeia pros birrento!"

Ah! Versos mais doces? Vão lá:

"Se das morenas da Bocaina já falei e que são lindas como a madrugada, isso ainda não é tudo ou nada, antes de ver as loirinhas de lei. Me arrisco a fazer uma comparação: são pedras brilhantes de anel feitas de lindas gotas de mel da primeira florada de verão! (Já vi que sou bicho bão!)"

Estão chacoalhando o cincerro? E cadê a Bocaina?!

A Bocaina ficou encravada no meio da serra.

De unhas garradas no chão, resistente.

Nem a mula madrinheira que na hora primeira da tropeada foi operada para puxar a tropa se mexeu. Ficou tesa de olhos estanhados: na Bocaina, o cincerro é objeto superado!

Os Grupos de Revenda e o Movimento Sindical no Interior do Município de Santarém — 1975/1985

Jean Pierre Leroy

Aos companheiros do Baixo Amazonas que na sua caminhada rumo a um mundo melhor encontraram a morte numa estrada de Minas. Dois deles estão presentes nestas páginas. Chico, companheiro e amigo de 10 anos de luta, e Ivonete, sempre-viva, na flor dos seus 20 anos. Fortaleçam a nossa luta e a nossa esperança.

Francisco Roque de Lima (Chico) Maria Ferreira do Nascimento (Ivonete) Pedro da Conceição de Oliveira Aurélio Ferreira Lopes Luiz Fernando de Souza Benedito Cardoso de Farias Nilson Gomes da Silva Rosilda Amazonas Aloísio Lopes Martins Maria Antonia de Matos Adalberto Manoel Rosas



Belém, PA, 1986

O município de Santarém, no Pará, fora as duas capitais do Amazonas e do Pará, é o mais densamente povoado do Vale Amazônico. Embora afastado da fronteira de expansão agrícola e da grande área de influência do Projeto Carajás, viu a sua população passar de 135.000 habitantes em

1970 a mais de 190.000 em 1980, devido à abertura da Transamazônica e da Santarém-Cuiabá, à chegada de migrantes tangidos pelas secas ou expulsos pela grilagem e especulação fundiária, à atração dos garimpos de Itaituba e à implantação na região de numerosos órgãos e projetos federais.

Se segundo o IBGE mais de 2/3 da população economicamente ativa em 1970 estavam voltados para a agricultura e a pesca, em 1980 só 45% desenvolviam uma atividade rural. Ainda assim, 90.000 a 100.000 pessoas vivem ainda hoje na zona rural, nas várzeas e nas beiras dos rios (pop. nativa), no planalto santareno (cearenses) e ao longo das novas estradas (migrantes NE-Sul).

Das vilas, com um número de habitantes que vai de 4.000 a 17.000 habitantes, aos lugarejos com 10 ou 15 famílias, são ao todo mais de 300 povoados, distantes da sede um tempo de viagem de 2 a 6 horas para o colono do Planalto, de 8 a 12 horas para o morador da Transamazônica, de 2 até mais de 20 horas para o varzeiro. À exceção dos colonos assentados pelo INCRA na Transamazônica e Cuiabá-Santarem e que têm título provisório de propriedade, a quase totalidade dos lavradores/pescadores são posseiros.

As culturas de subsistência representam a principal produção agrícola, secundadas pela exploração tradicional da juta e da seringueira e, mais recentemente, da pimenta. A pecuária, principalmente nas várzeas, tem certa importância. A pesca artesanal ocupa milhares de pessoas.

É nesse contexto sumariamente esboçado que nasceram, cresceram, morreram e renasceram grupos de revenda numa história já longa de dez anos. Podemos caracterizar os grupos de revenda (GR) como a união de uma comunidade local — ou parte dela (em geral os grupos de revenda têm entre 10 e 40 sócios) — ao redor da efetivação de uma proposta de comprar em conjunto os produtos não produzidos por ela e necessários à sua sobrevivência a fim de revendê-los aos seus membros.

O Momento "Comunitário Cristão": o grupo de revenda como "recursos pedagógicos" que visa integrar a fé a vida

O primeiro "grupo de revenda" nasceu no início de 1975 numa comunidade do planalto onde dois agentes de pastoral, em busca de uma Igreja comprometida com os pobres, compartilhavam a vida dos colonos. As mulheres tinham feito um bonito presépio só com coisas do interior. O presépio foi rifado e, segundo um dos agentes, "deu 68 cruzeiros e o pessoal achou bom empregar esse dinheiro, porque se não, no outro ano para fazer um presépio mais bonito ele perderia o valor. Então se resolveu comprar cadernos da FENAME, já que era 60 centavos e dava para vender a 90 centavos, enquanto o comerciante comprava a 60 centavos e vendia a 3 cruzeiros. O pessoal achou a idéia boa e fez isso de fato. Aí o pessoal, quando viu que podia vender caderno, lápis e borracha, perguntou: por

que a gente não pode vender querosene, sabão, açúcar, café, essas coisas todas? O pessoal deu uma contribuição para aumentar o capital. Aí estava nascido o grupo de revenda." Para os agentes, o grupo de revenda colocava-se como um "recurso pedagógico": reunia o povo em torno dos seus interesses imediatos, mas a partir daí poderia comecar a descobrir a exploração em cima dele e haveria uma maior "integração da fé à vida". Para o povo, isso ia resolver um problema imediato. Até então, cada família precisava ou enviar um dos seus membros para fazer compras na cidade ou comprar do comerciante local. Agora, uma só pessoa faria as compras para todos e as coisas seriam mais baratas, já que os membros do grupo não conseguiriam nos seus cálculos levar em conta a inflação real e acrescentavam ao preço das mercadorias da "revenda" só 10 a 15% sobre o preço de compra. Mesmo assim, aos olhos dos sócios, a participação na revenda tinha outra vantagem. Era como poupanca: se saíssem da revenda, receberiam "com juros", com uma certa correção monetária acrescida à quota que tinham pago na entrada do grupo.

Nos encontros promovidos pelos agentes de pastoral, participantes dessa 1ª revenda faziam proselitismo e encontravam boa receptividade, sobretudo porque através das atividades coletivas da sua comunidade, mostravam organização e união. Assim, a idéia se espalhou rapidamente e nesse ambiente comunitário-cristão começaram a se constituir numerosos grupos de revenda.

O segundo momento: o grupo de revenda como instrumento/meio de afirmação de corrente sindical

Nessa mesma época e sofrendo as mesmas influências, veiculam-se as idéias da importância do sindicato para os trabalhadores rurais e da necessidade de reconquistá-lo. Depois de um primeiro fracasso nas eleicões de 1977, constitui-se em 1978 um núcleo de lavradores que dão início à "Corrente Sindical Lavradores Unidos", que levaria os trabalhadores rurais do município à reconquista do seu sindicato por uma vitória estrondosa em 1980, por 2.505 votos contra 272 à chapa da situação. Os grupos de revenda tomam então outro sentido e passam por uma nova fase de expansão. Conforme o depoimento de um agente de uma entidade de educação popular que inicia então um novo programa no município: "Sem isso (mutirão, caixa comunitária, grupo de revenda...), o movimento não ia existir. Na verdade, as atividades comunitárias foram sempre o espaço onde as pessoas se aglutinaram... Como a corrente era formada por pessoas ligadas aos grupos de revenda e via nos grupos alguma coisa importante, pelo menos naquele momento, se viu que já que a corrente ainda estava pouco conhecida nas comunidades, se precisava ter uma participação direta e de qualidade nessa ajuda." Na observação do funcionamento dos grupos de revenda então existentes, descobre-se que "um dos graves problemas era o balanco da renovação de estoque; sempre dava rolo". A dificuldade de fazer as contas, a subida de preço todas as vezes que ia comprar uma mercadoria, que mercadoria comprar, alguns grupos compravam mercadorias que não tinham saída. Aí foi feito um levantamento para ver quais os mantimentos que eram mais consumidos pela comunidade. E se teve grandes surpresas, se viu que a grande maioria desses mantimentos não estava ligada à alimentação como era de se esperar. A explicação é que muito do que se come no campo é produzido lá mesmo. Coisas como selim de bicicleta, rádio, peças para lanterna, têm saída boa nos grupos de revenda e aí se fez uma lista por ordem alfabética, e a lista era assim: primeiro tinha o nome da mercadoria pela ordem alfabética, para facilitar a procura quando fosse preciso: açúcar, álcool, botão, selim de bicicleta. Depois preço de compra, preço de venda, quantidade no estoque, data da compra e noutra parte tinha outras casas para o balanço. Então o pessoal sabia que mercadoria era, qual o preço de compra, qual o preço de venda, quanto tinha no estoque, quanto era preciso comprar, a data dessa compra e ia colocando no balanço, e isso ia facilitando o balanço para outras gestões, porque os gerentes dos grupos tinham um determinado tempo para ficar lá, não eram permanentes, não eram vitalícios. E como isso chegava aos grupos de revenda pelas mãos das liderancas da corrente, cada vez mais a "corrente se afirmava na confiança das pessoas, na qualidade da sua ajuda, da sua presença". Em 1981, registra-se a existência no município de mais de 100 grupos de revenda. dos quais 50 a 60 sob influência direta do movimento sindical. Os GR, por ser de relativa fácil gestão, multiplicavam-se guase só por si mesmos.

Como funcionavam? A interferência de agentes e da própria "corrente" não levou a nenhuma uniformização dos grupos de revenda. É possível, porém, destacar algumas características gerais, pelo menos dos grupos mais diretamente influenciados pela "corrente":

- Critérios de entrada. Não eram uniformes mas foram aos poucos se firmando:
 - ser trabalhador,
 - não ter empregado,
 - participar de uma ou mais assembléias antes de entrar.
- Leis de funcionamento. Cada grupo elabora ao seu modo as leis do grupo, o seu Estatuto:
 - . o órgão máximo da revenda é a Assembléia, que se reúne em certos lugares uma vez por

més; noutro a cada dois meses ou a cada seis meses para prestação de contas, avaliação, decisões do interesse do grupo.

- A assembléia elege uma comissão que se encarrega da gestão da revenda: providenciar as compras, colocar o preço, cuidar da revenda, fazer o balanço, supervisionar o caixeiro indicado pela assembléia. Essa comissão é eleita por um tempo determinado, geralmente um ano. Há grupos de revenda que se contentam em ter, por rodízio, uma pessoa responsável da administração da revenda indicada cada mês, quando o balanço é apresentado aos associados.
- Os sócios, em princípio, entram com uma quota igual. Recuperam o seu capital se saírem do grupo. Em certos grupos, no ato de entrada, os sócios contribuem também com uma pequena parcela extra para formar o "sócio-comunidade". O capital do sócio-comunidade é usado em situações de emergência para sócios e mesmo não-sócios sob a forma de doação ou empréstimo. Outros grupos mantêm uma caixinha comunitária com os mesmos fins. Resolvem, assim, os problemas antes atendidos pelo comerciante local sob a forma de agiotagem ou compra na folha da produção. A notar que o sócio, tivesse 10 quotas ou só uma, de qualquer modo tinha só um voto.
- Certas revendas vendem só para os sócios, outras também para os não-sócios no mesmo preço, inclusive. A tendência hoje é vender para os nãosócios mais caro. A venda a fiado é praticada, em princípio por um tempo restrito (15 dias, um mês), e tem como limite o valor equivalente ao capital do sócio que compra fiado.

Quais eram os ganhos e os problemas dos grupos de revenda, nessa época?

No plano econômico, se de fato ganhava-se tempo e recursos pelo fato de cada família não ter que se deslocar até a cidade, nem sempre o preço das mercadorias aparentemente inferior ao imposto pelos comerciantes locais significava um ganho real, pois não se computava como custo o tempo passado pela pessoa que ia fazer as compras, pelo caixeiro e pela comissão que cuidava da revenda.

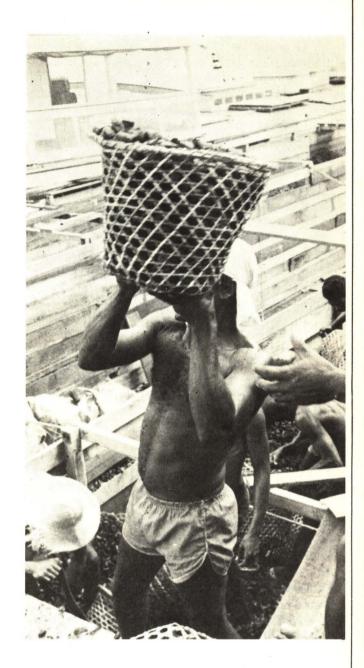
Também em outros casos, enquanto os comerciantes locais compravam no atacado, as revendas compravam a varejo a um preço mais alto e tinham que pagar um alto frete de transporte (caminhão ou barco). Por esse motivo, aliás, várias comunidades do Planalto de um lado e da Transamazônica de outro juntaram-se para comprar um carro, e outras do Tapajós e da Várzea para comprar um barco. Esses transportes comunitários serviam também para facilitar a participação dos trabalhadores rurais no movimento sindical. Sustentaram-se com bastante precariedade por dificuldades de gestão, pouco cui-

dado com o bem comum, tensão entre o serviço militante do movimento e a necessidade de se pagar, e até mesmo pela concorrência de carros de linha que consequiam baixar os seus preços.

Porém, essa combinação grupo de revenda/ barco foi economicamente bem sucedida em comunidades que estavam em condições de centralizar a sua produção, no caso o sernambi obtido na seringueira. Vale assinalar que essas comunidades paraenses já tinham uma forte tradição comunitária. "Antes a gente era apatronado. . . Aí só trabalhava para pagar a dívida pro patrão. Todo mundo aviado de patrão. Então quando ele subia ia deixando mercadoria; quando baixava vinha recebendo. Aí nós resolvemos sair disso. A gente não compra fiado em Santarém de ninguém, não é financiado por ninguém. A gente trabalha na base do puxirum, todo mundo se ajudando. A nossa cantina lá tá cheia de mercadoria lá que agüenta. Agora entre nós lá existe o fiado, mas só de semana em semana."

Houve de fato grupos que faliram porque fiavam para todo mundo. De fato, na medida em que cada grupo surgia do seu jeito, havia numerosos problemas de administração. Para tentar evitar isso, a tendência, sobretudo no começo, e nos grupos menos atingidos pela "corrente", era colocar a responsabilidade da revenda nas mãos da pessoa mais instruída, melhor de vida, que tendia a transformar a revenda "num ramo de negócio como outro gualquer" e a repetir a exploração feita anteriormente pelo comerciante. Depois de 2-3 anos de funcionamento, havia um grupo de revenda onde o sócio menor tinha Cr\$ 500 e o sócio major Cr\$ 12.000. Cada vez que o balanco indicava um déficit da revenda - por causa notadamente da subestimação da inflação — os sócios mais "abastados" entravam com uma nova guota. É claro que isso contribuía ao lado das diferenciações sociais existentes no momento da constituição do grupo - para fortalecer o poder de alguns e a submissão de outros.

No fim de 81, uma Comissão de avaliação do GR designada durante um Encontro dos GR reparava: "Esse acúmulo de capital nas mãos de algumas pessoas pode levar a uma situação muito perigosa: elas podem começar a exercer sobre os demais uma certa autoridade, tomando nas mãos a direção do GR, fazendo com que a revenda atenda aos seus próprios interesses, deixando de lado os interesses da maioria dos sócios." E concluiu: "O lucro e a luta não andam pelo mesmo caminho. A estrada do lucro leva ao fortalecimento da dominação de poucas pessoas sobre a maioria, conservando as injustiças. A estrada da luta chega à construção de uma sociedade nova, onde todos são iguais e têm a justiça como seu valor maior."



Entende-se por aí a escolha da corrente em ajudar a melhorar a administração dos GR, bem como os critérios rígidos progressivamente definidos para a entrada dos sócios e o sistema de rodízio na administração.

A corrente visava nos G.R. a um ganho político: reforçar a sua presença, e a um ganho ideológico: aí começaria um processo de conscientização.

"A gente começa a ver o pequeno comerciante do povoado como inimigo. A gente via claramente o fato de que eles roubavam da gente." "De princípio, ninguém via, quer dizer todo mundo era uma coisa só, o cara podia matar a gente, engolir, mas era irmão. (Vimos) que tem pessoas que trabalham e tem outras que vivem às custas de quem trabalha, exemplo o taberneiro que compra arroz na folha."

"O grupo de revenda foi importante porque aí dentro, na questão econômica, ajuda uma coizinha. Agora, na verdade, todo, a maioria, dá pra dizer 99% das pessoas entram visando à questão econômica, sabe como é? Agora na questão econômica ela ajuda mas não soluciona nada, nada. A importância é como a gente vinha descobrindo aí dentro. Como é que se dá as coisas no comércio. Como é que se dá a... a exploração aí dentro? Como é que o capitalismo atua aí dentro? Dá pra dizer. E assim a gente vai criando, vai entendendo. Vai entendendo. É natural. Quanto mais entende mais se diz. Porque se não entende, não... Por exemplo: Se você nunca fez uma compra de 4,5 milhões, pra determinadas revendas, determinados postos aí, vamos dizer assim: 8 postos de revenda, tem 5 milhões pra fazer compra distribuídos entre elas, certa quantia desse dinheiro. Não é toda a mesma né. Encontra dificuldade. Se você comeca a fazer uma compra de 50 mil cruzeiros vai pra 100 mil cruzeiros, vai pra 1 milhão, vai pra 2, vai pra 5, assim vai aprendendo. Vai aprendendo. Também vai aprendendo a jogada do... lá do armazém agui. Vai vendo que a fábrica quanto mais na frente, ela tá procurando não jogar mais no armazém do cara aqui, mas ela ter o mercado dela agui pra ir concentrando, pra ir né. É monopolizando né, que diz né? Não é isso? A importância, é isso, que a gente vai, você sabe que quanto mais participar e tal, mais aprende, vai indo até chegar o..." Vale contar um caso que ajudou nesse aprendizado. Os grupos de revenda do planalto santareno juntaram-se para comprar um caminhão de açúcar em Altamira, onde existe uma usina. A primeira vez pagaram Cr\$... 900.000,00. Um mês depois fizeram uma nova compra por Cr\$ 1.200.000,00. (E nós que pensávamos que a inflação era por causa do intermediário. O problema vem de mais longe, da fábrica. Temos que estudar melhor tudo isso!) A terceira vez, a fábrica não quis entregar o açúcar (quer dizer que estão combinados, a fábrica e os grandes comerciantes de Santarém!).

"A taberna é sempre um ponto de referência de políticos politiqueiros. A revenda tem o objetivo de centralizar... Lá vai ter a propaganda da gente... Domingo desde cedo é aonde se junta todo o pessoal. Compra e brinca e discute e geralmente tem reunião. É de certa forma aí é onde tá mesmo o grande objetivo da revenda. E tá claro pra nós que a revenda não resolve. É uma porta que oferece a muitos trabalhadores ir entendendo politicamente as coisas. É uma das portas. Como o sindicato é uma porta que a gente vai entendendo mais longe. A revenda é uma coisa mais primária do sindicato. Nós usamos muito a revenda, a pessoa que não é sócio do sindicato não quer nem saber do sindicato, então vão pegar ele pra revenda. Depois tando na revenda vai discutindo, discutindo, ele vê a necessidade de entrar no sindicato. Ultimamente..., a revenda nesse objetivo ela num tá mais. A gente já superou esse período. Nós já superamos esse período pelo fato de que já tem outras ferramentas majores ainda.''

É o que de outra forma expressa um agente quando se refere a esse momento:

"Junto aos Grupos de Revenda — experiências voltadas para o combate à carestia — a intervenção da Corrente, por um lado, realçou a importância do funcionamento administrativo do Grupo e, por outro lado, colocava a própria existência do Grupo em função do seu saldo organizativo, do crescimento da consciência de seus participantes, do enraizamento na comunidade, do despertar dos membros para outras atividades de interesse dos trabalhadores, procurando clarificar o aspecto educativo da experiência, como um elo a mais na grande corrente da organização dos explorados contra a exploração e os exploradores. A atuação junto aos Grupos de Revenda passou a se constituir em tarefa de militância, com integrantes da Corrente saindo pelas comunidades, participando das discussões, da fundação e do acompanhamento de vários Grupos de Revenda. O importante era a utilização desse instrumento não como um fim em si mesmo, mas como um meio a mais de divulgar e sedimentar certas mensagens-chaves no processo de mudança de mentalidade dos trabalhadores: a confiança do pequeno no pequeno, a força da união, a importância da organização.

Em resumo, poderíamos dizer que haveria três níveis de participação nos grupos de revenda: os que participavam por enxergarem só o lucro, os que participavam por solidariedade comunitária e os que participavam por militância. É o fato de ter presentes no GR esses três níveis conjuntamente que os fazia avançar.



Nessa descrição dos ganhos e problemas, embora não seja viável no quadro deste artigo aprofundar a análise, vale a pena mencionar um complicador da descrição dos GR de Santarém. O campesinato do município não é homogêneo, nem em termos da sua história e localização geográfica — o que é mencionado rapidamente na introdução — nem em termos de produção e de relação com o mercado. Conseqüentemente, os ganhos obtidos e os problemas enfrentados são sensivelmente diferentes segundo se trata dos GR da Transamazônica, do Planalto, do rio Tapajós ou das várzeas do Amazonas.

Os colonos da Transamazônica, distante cerca de 300km da sede do município, enfrentavam a carência de mercadorias. Por ter sido a região ocupada só nos anos 70 por colonos assentados precariamente pelo INCRA e por posseiros, havia poucos pequenos comerciantes, e que não funcionavam como instituição de crédito nem como cabo eleitoral. Além disso, graças a manchas de solo mais férteis, a maior capacitação técnica dos colonos vindos do sul do País, a um certo acesso do crédito bancário, a produção da Transamazônica, tanto em culturas de subsistência (arroz) como em culturas permanentes (cacau, café), adquire um peso econômico significativo. Assim, enquanto na região do Planalto, onde tem quase que só culturas de subsistência, os grupos de revenda implantavam-se mais para economizar alguns cruzeiros, sacudir o jugo do pequeno comerciante e afirmar as lideranças, na Transamazônica tratava-se, senão de construir reais alternativas econômicas, pelo menos de um embate entre forças econômicas, ainda mais quando se pensa que a história dos GR na área deu-se tendo como pano de fundo a luta pela terra.

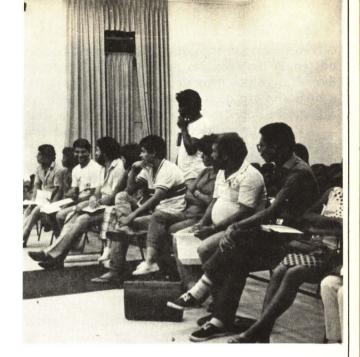
No caso dos GR dos Tapajós, já aludimos às tradições comunitárias ligadas ao modo de produção da borracha, que deu características peculiares aos GR, mais articuladas à questão produtiva.

Momento de transição: a decadência dos GR como atividade-meio. Buscas de um estilo de ação sindical.

Em 1980/81, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais lança junto às mais de cem delegacias sindicais então existentes, três bandeiras de luta:

- a defesa da terra.
- a luta pela saúde,
- o preco da produção.

Para dar maior força à reivindicação de melhor preço, fala-se de boicote à entrega dos produtos, mas é preciso preparar o movimento. Nesse sentido o sindicato renova a sua vontade de incentivar e organizar os grupos de revendas e lança a reivindicação de uma feira verdadeiramente livre, destinada exclusivamente ao pequeno produtor e diri-



gida pelos próprios trabalhadores. Porém, há manifestamente um certo desencanto para com os GR, expressado no relatório da Comissão já citado:

"Alguns GR já nasceram com o único objetivo de vender mais barato de que na taberna. Esse objetivo por si só não ajuda a luta, podendo criar nos lavradores a ilusão de que os seus problemas estão resolvidos. Não podemos nos esquecer que, mesmo comprando mais barato nas revendas, ainda não conquistamos a segurança da terra para trabalhar; todos os dias, centenas de lavradores são expulsos de suas terras; não existem estradas; nossos filhos não têm escolas; os grandes continuam explorando e dominando o povo."

"No início da nossa luta, as Revendas eram um importante local de reunião, onde os lavradores discutiam os passos da nossa caminhada. Através dessa organização, conseguimos impedir a ação dos taberneiros, que faziam a propaganda da Chapa 1. contra os verdadeiros líderes dos trabalhadores. Ajudamos a reforçar a Chapa 2, que venceu as eleições para o nosso Sindicato em 1980. Depois de conquistarmos essa vitória, a tarefa mais importante dos militantes era fortalecer o Sindicato, convidando todos os lavradores para participarem do nosso Orgão de classe. Mas vimos que grande parte dos sócios das Revendas não pertence ao Sindicato. Essa realidade demonstra que as Revendas não acompanharam esse novo passo da luta, permanecendo apenas no seu pequeno trabalho de vender mercadorias, reabastecer a Revenda, fazer o balanço e distribuir os lucros, sem se preocupar com o crescimento da consciência dos lavradores,"

Diante desse quadro, a Comissão sugere algumas medidas que podem contribuir para reorientar o rumo das revendas no sentido verdadeiro da nossa luta: a formação de uma comissão em cada revenda, elaboração de "algumas leis que garantam"

o bom funcionamento dos GR", a reserva de parte do tempo das reuniões do GR "para discutir melhor as questões mais importantes da nossa luta", a sindicalização de todos os sócios dos GR, a aplicação do saldo das revendas "em favor da luta".

Várias revendas levaram a sério essas recomendações, mas os GR no seu conjunto entram em decadência. As revendas, consideradas como "instrumento-meio", perdem a sua importância aglutinadora na hora em que a corrente sindical assume o Sindicato. Dar-lhes maior importância nesse momento em que a organização sindical dos trabalhadores rurais de Santarém é ameaçada no crepúsculo da ditadura, seria um desvio economicista e iria contra a necessária construção de uma consciência de classe no meio dos lavradores.

Enfim, por força da pressão exercida sobre as terras e de ameaças de expulsão dos posseiros da parte de empresas beneficiadas pelos incentivos da SUDAM, do IBDF empenhado em construir a Floresta Nacional do Tapajós e de grileiros incentivados pela política do INCRA na Transamazônica, o movimento prioriza a defesa da terra. A situação dramática vivida pela população rural em termos de saúde faz com que a luta por um melhor atendimento pelo FUNRURAL e pela construção de postos de saúde no interior adquira progressiva importância.

O terceiro momento: os Grupos de Revenda integrados à luta sindical.

Em 1983 é eleita a frente do STR por 4.317 votos contra 236 à chapa da oposição, uma nova diretoria que dá continuidade ao trabalho da diretoria anterior, apoiada por mais de 200 delegados sindicais. As três bandeiras de luta são reafirmadas. Como já era costume, o sindicato, através das suas delegacias regionais e da sua equipe de educacão sindical, incentiva a discussão e as iniciativas a partir da base. A própria direção do movimento vem refletindo de modo permanente, conjuntamente com as bases, e aos poucos vai se definindo uma nova visão em relação aos GR e outras atividades econômicas. Essas atividades não são mais consideradas como "instrumentos-meios", "pois o papel do Sindicato, além de conscientização da categoria, é de lutar por vantagens econômicas imediatas para os trabalhadores". Toma-se uma aguda consciência da precariedade das conquistas obtidas na luta pela terra, da degradação constante das condições de vida e de reprodução dos lavradores, capaz de levar ao desaparecimento do pequeno produtor. Em termos pedagógicos, reafirma-se que o processo de formação da consciência da classe passa pelo enfrentamento das questões que são colocadas hoje a essa classe, passa pelo terreno econômico e que a classe

trabalhadora que luta por sua emancipação política deve conquistar também sua emancipação técnica.

A estratégia de ação é múltipla: tem que tentar responder a todos os problemas colocados porque estão articulados entre eles na cadeia produção - comercialização - consumo/reprodução produção... À questão da produção, responde-se pelo incentivo à diversificação das culturas como estratégia capaz de ajudar o lavrador a segurar por um tempo parte da sua produção. Aos GR é atribuído um papel, novo para a maioria deles, de centralizar e vender parte da produção para que esta seja negociada em melhores condições. Para evitar o estrangulamento dos GR na sua função de microcooperativa de consumo,, estuda-se, discute-se, prepara-se a criação do "revendão". O revendão é "uma central das revendas, onde as revendas se abasteceriam. E esse revendão teria a possibilidade de ser registrado como uma entidade comercial. uma associação de compra e venda sem fins lucrativos, (que poderia) comprar os produtos diretamente dos grandes centros e fornecer essas mercadorias para revendas a um preço igual ao comércio ou menos." Esse revendão, sem que isso esteja ainda muito claro, teria também um papel na comercialização da produção dos lavradores. É incentivada a compra de transportes comunitários, que juntam várias comunidades. São atribuídas a eles basicamente as funções de estar a serviço dos grupos de revenda (transporte da produção e das mercadorias para consumo) e a servico do movimento dos trabalhadores rurais (transporte para reuniões).

Se é claro que essas atividades econômicas são estreitamente ligadas à bandeira do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, de "luta pelo preço do produto", colocou-se o problema para o Movimento do lugar de estruturação e acompanhamento delas.

Num primeiro momento, pensou-se em criar uma estrutura independente do Sindicato — mas integrada e dirigida por membros dos GR e transportes comunitários que no mesmo tempo são sócios e ativistas do Sindicato — que asseguraria a gestão e a integração dos GR, transportes, revendão e outras atividades como usinas de beneficiamento de arroz, etc. Num segundo momento, depois de ampla discussão nas delegacias, estimou o Sindicato que era da sua responsabilidade assumir diretamente essas tarefas e decidir criar o departamento econômico do Sindicato.

As propostas eram as seguintes:

- Criação de uma revenda em cada delegacia sindical. E a revenda seria uma instância da delegacia. A notar que, no fim de 1985, contava-se perto de 300 delegacias e contava-se 33 grupos de revenda ligados ao movimento.
- Associação de todas as revendas ao revendão.



- Incentivo aos transportes comunitários que ficariam sob a responsabilidade das delegacias sindicais regionais. Nessa mesma data, tinha três caminhões e sete barcos comunitários.
- Criação de um estatuto-padrão para as revendas.
 Criação do revendão no menor espaço de tempo possível.

Em cima dessas propostas, estabelece-se uma ampla discussão nas delegacias locais e regional bem como na diretoria ampliada do sindicato. E, paralelamente, já se organizam cursos de formação à gestão das revendas, pois a experiência ensinou que as revendas e os transportes coletivos devem ser tratados como "empresas", mesmo se o patrão não é um indivíduo mas é o coletivo dos associados.

Quanto à feira-livre do pequeno produtor, primeira reivindicação da corrente sindical, quando assumiu a direção do sindicato, a idéia foi retomada pela EMATER, que criou a feira do produtor. O Sindicato pensou por um momento reivindicar a direção da feira, mas escolheu incentivar a participação dos lavradores na feira e lá dentro lutar por melhorias no seu funcionamento.

Seria o caso de se perguntar se é bem o papel do Sindicato assumir diretamente esse conjunto de atividades: revendas, revendão, transportes? Há de se considerar o grau elevado de exploração usuária sofrido pelo campesinato local, o que aliás nem chega a ser uma exceção no campo brasileiro, e a ausência quase completa de uma intervenção estatal ou paraestatal para amenizar essa situação. O movimento dos trabalhadores rurais, se de fato permitiu o surgimento no e do seu meio de grupos e pessoas capacitados para assumir de modo autônomo entidades e atividades de caráter econômico, não pode ainda garantir que entidades realmente a serviço dos seus interesses econômicos estariam a salvo da pressão da classe dominante evidentemente interessada em impedir mesmo a estabilidade econômica do campesinato. O Sindicato, ao assumir por enquanto essas atividades, garante que elas fiquem a serviço da emancipação do trabalhador rural.

Convém também lembrar que se reforça assim a confiança do trabalhador no seu Sindicato e cresce a sua consciência de classe, pois articulam-se a luta reivindicativa e as realizações próprias, a busca de uma nova sociedade sem exploração e procura, para já, alternativas que, se não representam a solução, pelo menos indicam que é possível mudar as coisas e que o trabalhador rural é o ator número um dessa mudança.

Rio de Janeiro, fevereiro, 1986.

Jean Pierre Leroy

Casas de Farinha Comunitárias no Agreste Meridional de Pernambuco

Jaime Libério da Silva Maria Emília Lisboa Pacheco



Casa de Farinha, BA, 1983

A região do Agreste Meridional de Pernambuco,¹ onde se desenvolvem os projetos de CASAS
DE FARINHA COMUNITARIAS que vamos analisar, vem sofrendo, sobretudo a partir dos anos 60,
intensas transformações, devido à expansão acelerada da atividade pecuária e sua modernização através da implantação de pastagens plantadas. Esta
expansão foi assegurada sobretudo pela ação do
Estado não só através de linhas especiais de crédito
como também pelos incentivos fiscais, sendo a
maior parte dos créditos canalizados aos grandes
proprietários através do programa PROTERRA.²

O minifúndio, representando 89,7% dos estabelecimentos agrícolas e ocupando 39,7% da área junto ao latifúndio por exploração que representa 9,3% dos estabelecimentos, ocupando 53% da área total, constitui a principal característica fundiária da região.

O acesso à terra pelo pequeno produtor torna-se cada vez mais precário. A expansão das pastagens vai eliminando paulatinamente as áreas de lavoura internas às grandes propriedades, provocando a expulsão de seus antigos moradores e introduzindo alterações no sistema de parceria, Tradicionalmente, o parceiro recebia uma pequena parcela de terra onde plantava o milho, o feijão, a mandioca e o algodão. Finalizada a colheita, devolvia a terra ao fazendeiro para que o gado se alimentasse dos restolhos das culturas. Era o chamado "arrendamento pela palha". Com o avanço do processo de pecuarização, os fazendeiros passam a exigir a devolução das terras cedidas com a plantação de pastagens permanentes ou com palma forrageira, passam também a interditar o cultivo do algodão e da mandioca, os quais pelo fato de terem um ciclo produtivo mais longo ocupam a terra por um período de tempo maior. É o chamado "arrendamento pelo pasto" ou "arrendamento pela palma".

Esta Região abrange os seguintes municípios: Agrestina, Altinho, Angelim, Barra de Guabiraba, Bom Conselho, Bonito, Brejão, Caetés, Calçado, Camocim de São Félix, Canhotinho, Correntes, Cupiva, Garanhuns, iati, Ibirajena, Jupi, Jurema, Lagoa do Ouro, Lagoa dos Gatos, Lajedo, Palmeirinha, Panelas, Paranatama, Saire, Saloá, São João, São Joaquim do Ponte, Teresinha.

Criado em 1971 com a finalidade de apoiar os pequenos produtores e implementar projetos agrícolas de caráter empresarial, na execução do PROTERRA a redistribuição de terras aos pequenos produtores ficou abandonada, enquanto foi reforçada a diretriz política de fornecer crédito subsidiado aos grandes proprietários, principalmente para a formação de pastagens.

Este processo foi acompanhado de um recuo da agricultura alimentar, que entre os anos de 70 e 80 representou a redução em 44,3% na área plantada das três principais lavouras de subsistência — feijão, milho e mandioca.³

A importância da cultura da mandioca

A mandioca é uma das culturas tradicionais do camponês da região, e tem um papel preponderante na sua sobrevivência. É ela que dá nome à terra onde está plantada — roça. É ela que une a família sob o teto rude da Casa de Farinha, onde se processa sua transformação. Não exige muitos tratos culturais. Variedades, são muitas. Nessa região, são conhecidas pelas denominações: Isabel de Sousa, Lagoa Grande, Lagoa Pequena, Camila, Cambadinha, etc. O tempo da colheita pode variar de sete a dezessete meses, mas há também algumas que resistem durante vários anos debaixo da terra. Esta é uma característica importante, pois significa para o camponês pauperizado uma espécie de "fundo de reserva".

Conta-se na região uma história que revela bem o significado desta cultura para a sobrevivência destes produtores:

"Um latifundiário mandou um capanga matar o morador que se recusava a deixar a terra. Após três dias de espera, o capanga aproximando-se da casa, ouviu um diálogo entre o morador e sua mulher: — 'mulher, amanhã vou ter que comprar farinha.'

O capanga não esperou mais. Foi embora. Quando na fazenda o latifundiário perguntou-lhe se fizera o 'serviço', ele respondeu: — não precisou. O homem já está morto. Ele está comprando a farinha."

Além do acesso precário à terra, falta aos pequenos produtores pauperizados da região os equipamentos mesmo que rudimentares necessários à transformação da mandioca em farinha. Recorrem, pois, a Casas de Farinha de particulares, mediante o pagamento de uma taxa para sua utilização.

Casas de Farinha Particulares

Casa de Farinha Rudimentar

É o tipo mais comum. Consta de um prédio de taipa, com os seguintes apetrechos ou arreios:

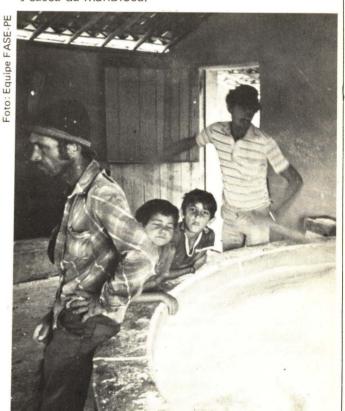
- forno
- caititu
- roda e corda
- prensa de tábuas
- gamela
- peneira.

Nestas CASAS DE FARINHA, a transformação ou desdobra da mandioca é feita da seguinte maneira:

- A mandioca é transportada do roçado para a casa de farinha em carro de boi. As mulheres descascam ou raspam as mandiocas, munidas de facas.
- O pai e um filho maior operam a roda por ser o serviço mais pesado.

É como se fosse uma roldana, a roda maior está ligada a outra menor por uma corda para dar força. Na roda menor está montado o caititu (rolo de madeira com serras) onde é ralada (sevada) a mandioca. Em seguida, a mandioca é colocada na prensa para ser escorrida a manipueira (suco). Este trabalho é executado pelo pai e o filho maior, já que também exige força.

A massa, ao ser retirada da prensa, é peneirada pela mulheres (mãe, filhas e às vezes noras) e daí passa para o forno. No forno, tanto trabalha homem como mulher, aí prevalece a habilidade no mexer da farinha. As crianças se encarregam de colocar lenha no forno e também ajudam a raspar a casca da mandioca.



Casa de Farinha, PE

Cf. "Pesquisa sobre mudanças nos padrões de consumo e de abastecimento de camadas da população de baixa renda no campo: o caso dos assalariados", março/84. Convênio FINEP, INAN, FASE.

Nestas casas de farinha de particulares, mas com função comunitária, todo trabalho de conservação e manutenção é assumido pelas famílias que a utilizam, desde a reconstrução até a reposição de peças. É norma geral para quem utiliza a casa de farinha deixar uma quantidade de farinha para o dono. Essa quantidade chama-se "conga". A conga varia de acordo com as condições da casa de farinha. Se ela é tipo "gangorra" (conforme a descrita acima), é mais baixo, 3 quilos por saco de 50 quilos. Se ela é melhorada (motor e diesel), é 5kg por saco de 50kg.

Casas de Farinha Melhoradas

As CASAS DE FARINHA MELHORADAS são assim chamadas pelo fato de serem movidas por motor a óleo diesel ou gasolina.

Embora estes equipamentos representem para o trabalhador um dispêndio de energia menor no trabalho, há, no entanto, uma série de inconvenientes, que limitam sua utilização:

- a farinhada perde o seu caráter de trabalho familiar, uma vez que seus proprietários impedem a presença dos filhos menores, ficando muitas vezes o usuário obrigado a recorrer à contratação de mão-de-obra adicional;
- o preço da "conga" é superior ao preço cobrado nas Casas de Farinha Rudimentares.

Em geral, o dono das Casas de Farinha Melhoradas são médios e grandes proprietários que também arrendam terra.

Os proprietários que ainda arrendam terra para o cultivo da mandioca exigem um preco acima do que prescreve a legislação e exigem um pagamento adiantado, obrigando o camponês a recorrer a empréstimos, pagando altos juros. Outra modalidade ainda é o sistema da "meia". Raramente os proprietários fornecem o adubo. Cabe ao camponês pagar a metade da produção da mandioca e a metade do valor do adubo empregado em dinheiro ou em mandioca. No sistema de duas carreiras por uma", o camponês entrega o resultado da colheita de duas carreiras plantadas ao proprietário e fica com uma. Na maioria das vezes, como dissemos acima, a terra é cedida mediante compromisso de devolvê-la com a palma plantada e em alguns casos de limpar o terreno onde ela está plantada.

Quanto à farinha, tanto o rendeiro como o meeiro comprometem-se a fabricá-la na casa de farinha do proprietário, onde deixam mais uma parte do que lhes restou da partilha, sob a forma da "conga". Se vendem a mandioca também ao proprietário, aumenta ainda mais a exploração a que estão submetidos, porque o preço pago é, em geral,

muito baixo.

Nascem as Casas de Farinha Comunitárias

É neste contexto de exploração e pauperização dos pequenos produtores do Agreste que nasceu a proposta das Casas de Farinha Comunitárias.

Tratava-se de dar uma dimensão comunitária para uma atividade tradicional da região. Buscava-se garantir aos pequenos produtores melhores condições para a fabricação da farinha e, paralelamente, através da grupalização das famílias em torno do projeto, contribuir no processo de organização comunitária.

Os sócios das Casas de Farinha pagariam uma taxa simbólica e deles seria cobrado um preço menor na "conga", além de terem o direito de participar das reuniões e decisões sobre o encaminhamento do projeto: elaboração do regimento interno, etc.

A instalação das Casas de Farinha com equipamentos mais modernos que possibilitassem a redução da intensidade do trabalho dos produtores seria garantida por recursos externos à comunidade. Sua manutenção seria assegurada com o dinheiro da venda da farinha deixada pelos usuários a título de pagamento da "conga".

A história dos projetos de construção de CASAS DE FARINHA COMUNITÁRIAS na região do Agreste Meridional de Pernambuco remonta ao início dos anos 70.

Ao lado da ANCARPE (Associação Nacional de Crédito e Assistência Rural), responsável direta pela formulação inicial da proposta, várias outras instituições, como CARITAS, LBA, Igreja, FE-COMIPE (Federação das Cooperativas Mistas de Pernambuco), CENES (Centro de Estudos Nordestinos e Realizações Sociais), FASE, estão ligadas, embora de forma diferenciada e em vários momentos, à história da implementação destes projetos.

Hoje, 15 CASAS DE FARINHA COMUNI-TÁRIAS encontram-se distribuídas em 6 municípios da região: 1 em São Bento do Una e em Lajedo, 5 em Jupi, 2 em Calçado, 1 em Angelim e 3 em Paranatama.

A expansão destes projetos, no entanto, não correspondeu a elaboração de uma proposta unificada em termos de seu funcionamento e gestão, processo de comercialização e em termos de sua articulação e fortalecimento do movimento sindical. Apenas recentemente, durante o I Encontro das CASAS DE FARINHA COMUNITÁRIAS, em abril de 86, foi dado tratamento coletivo para um conjunto de questões que a experiência vem colocando.

	N	V	-
A	IN	А	u

QUADRO SOBRE A SITUAÇÃO DAS CASAS DE FARINHA COMUNITÁRIAS DO AGRESTE MERIDIONAL DE PERNAMBUCO EM MARÇO DE 1986

Assessoria FASE/Grs.

I F W-		Comunidades	Nº de Famílias	Nº de	Nº de Não-Sócios	Administração Comissão Uma pessoa		Tempo do	Mecanização			- Comercialização			Conga (kg/saco)		
Localização Município Sítio São Bento do Una Colônia				Motor					Energia Elétrica					Conga	rkg/3aco		
		atingidas	no Sítio	Comissão		Oma pessoa	Mandato	a ó leo	Total	Parcial							
	Colônia		400	25	375		X	Indeterminado	×					×	2,5	3,0	
_ajeado	Gameleira	Gameleira Sodré	40	12	28	Х		Indeterminado	×			×			3,0	4,0	
	Salgadinho	Retiro Gameleira Lagoa da Jurema Queimada Grande Caldeirão	60	50	X 10	х		6 meses		×				x	6,0	8,0	
	Jureminha	Jureminha Lagoa da Jurema Retiro	40	25	15	×		Indeterminado	x					X	3,0	4,0	
Jupi .	Azevém	Azevém Mulungu Caldeirão Sodré	200	33	167	x		Indeterminado	х		×	×		Х	4,0	6,0	
1	Pauferro	Pauferro Jurubeba	300	50	250		х	Indeterminado	×	•		×		×	3,0	3,5	
<u>.</u>	Várzea da Raposa	V. da Raposa Mandante Jurubeba	30	20	10		×	Indeterminado	×	•		×	×		3,0	4,0	
	Saco dos Bois	Saco dos Bois Raposa	60	20	40	х	•	Indeterminado		•	×	×	×	x *	4,0	5,0	
10	Tapera	Tapera	45	14	31			Indeterminado				NÃO ESTÁ FUNCIONANDO					
Calçado	Riacho Dantas	Riacho Dantas Santa Rita Várzea do Gado	48	22	26		×	Indeterminado			×	×		×	5,0	6,0	
	Melancias	Melancias Marrecas Sítio do Meio Barracas	200	60	140	x		Indeterminado	X	+ -		×		X	5,0	7,0	
Angelim	Quatro Bocas	Quatro Bocas Jenipapo	500	40	460	×	•	2 anos		×			×	4 *	7,0	10,0	
Paranatama	Baixinha	Baixinha Alto Vicente Estreito	38	70	10			3 anos			X	×	×		8,0	11,0	
	Riacho Umbuzeiro	R. Umbuzeiro Alto Vicete Cupira	26	16	10	х		Determinado				NÃO ESTÁ FUNCIONANDO					
	Lajes de Pedra	Lajes de Pedra Brito Brito do Lima Pedra do Navio Umbuzeiro	62	25	30		х	Indeterminado			X	×	×		10,0	12,0	
		TOTAL	2.049	482	1.602		Y										

Comercializa na bodega.
 ** Comercializa na Associação de Moradores do Município do Cabo — PE.

^{* * *} Sócios de outros Sítios.

As primeiras propostas educativas da FASE

Ao resgatarmos os ensinamentos desta experiência, vamos orientar-nos pela ótica da intervenção educativa da FASE na região. Embora haja uma correspondência no tempo entre a construção das primeiras Casas de Farinha e nossa inserção na região, somente depois de alguns anos de trabalho começamos a prestar-lhes assessoria direta. Nossa proposta pedagógica foi se construindo e tem também sua história.

A Centralidade dos Projetos Agrícolas

Na sua gênese, a proposta educativa esteve limitada à perspectiva de melhoria econômica da situação de vida e trabalho dos agricultores. O processo de organização comunitária estava alicercado neste objetivo e o instrumento pedagógico priorizado era o PROJETO AGRÍCOLA. Na prática, este tipo de projeto baseava-se na garantia de financiamento e assessoria agrícola, visando à racionalizacão e aprimoramento das técnicas de produção e ao desenvolvimento das capacidades de organização e administração dos trabalhadores. Os projetos eram financiados com "fundo rotativo", que implicava retornos. A visão dos educadores era de que adotando esta sistemática fugia-se ao paternalismo e paralelamente criavam-se condições objetivas para a problematização da questão dos custos de produção e dinamização da capacidade de gerência por parte dos trabalhadores.4

Estes projetos, articulados com outros instrumentos (treinamentos sobre FUNRURAL, saúde, sindicalização, etc.), serviram também à concretização de objetivos mais amplos de valorização dos agricultores, de sua fixação no meio rural, de estímulo à grupalização, da percepção da importância de suas atividades produtivas, de uma percepção enfim da realidade sócio-econômica e sua participação consciente na sociedade, com o desenvolvimento da prática de comportamentos solidários.

A posição de centralidade deste projeto na proposta de intervenção educativa acabou por excluir o assessoramento a outros grupos que se organizavam, a exemplo das CASAS DE FARINHA, embora, diante das solicitações feitas, alocássemos recursos financeiros para a construção de algumas delas. Havia ainda neste período, que se estende basicamente de 70 a 74, uma concepção da total inutilidade de realizar um trabalho a nível sindical. Não se cogitava em canalizar o trabalho para a mu-

dança das direções sindicais pelegas, descomprometidas com os interesses dos trabalhadores. As concepções comunitárias de vida e trabalho como instrumentos de luta e de enfrentamento adquiriam seu sentido mais amplo neste contexto.

Avaliando a Prática Assistencialista

A avaliação feita sobre o significado social destes projetos permitiu-nos fazer algumas constatações e posteriormente serviram de base para uma primeira reorientação do trabalho educativo:

- a) o peso atribuído aos financiamentos como viabilizadores da proposta acabou por contribuir para que se forjasse entre os agricultores uma imagem da FASE como agência financiadora, à qual se devia pagar o retorno dos recursos investidos. Além disso, administração dos projetos era tarefa fundamentalmente da equipe de educadores, não tendo pois se concretizado o objetivo de autonomia dos grupos e sua capacitação para gerenciar os projetos;
- b) a incorporação em caráter mais definitivo das novas técnicas ensinadas esbarrava na precariedade das condições de produção dos agricultores, ficando pois condicionada à manutenção do repasse de recursos externos;
- c) o caráter de seletividade do projeto, implicando o surgimento de novas relações, no interior, dos agricultores (por ex., o aumento da produção em alguns casos requeria por parte do produtor a contratação de mão-de-obra adicional), trazia o risco de isolar o "grupo do projeto" em relação ao conjunto da população da área. Neste sentido comprometia a chamada organização comunitária.



Inauguração da Casa de Farinha, PE.

⁴ Cf. MEHEDFF, Carmen — "Projeto Agrícola: o instrumento tem implicações que não se pode desconhecer", Revista PROPOSTA, junho/76, ano I, nº 1.

A busca de outro instrumento pedagógico

Com o objetivo de romper com a prática assistencialista e paternalista, centrada no acompanhamento de grupos pulverizados, sem articulação entre si, a equipe começa a reelaborar sua proposta educativa.

É a partir deste momento que incorpora à sua metodologia a preocupação de analisar a problemática social e econômica da região, buscando superar o nível de análise fragmentada e limitada ao funcionamento interno dos grupos de agricultores, e chega às seguintes conclusões:

- falta de terra para plantar ou acesso precário em virtude das condições desfavoráveis aos trabalhadores nos contratos de parceria e arrendamento;
- parcelamento das propriedades em decorrência do avanço da pecuária;
- falta de acesso do pequeno produtor aos recursos dos projetos governamentais;
- emigração crescente e aumento das relações de trabalho assalariado (assalariamento temporário);
- sindicatos nas mãos de pelegos e cooperativas nas mãos de patrões.

Sem desprezar a dimensão econômica dos projetos, estes são vistos em seu papel subsidiário ao processo de organização para a luta pelos direitos que passa sobretudo pela conquista das entidades de classe.

Dando consequência prática a esta reorientação, são definidas as seguintes propostas concretas: a) quanto à organização, não deveríamos propor formas novas, mas contribuir para que os grupos descobrissem como utilizar as já existentes — sindicatos e cooperativas — no encaminhamento de suas reivindicações;

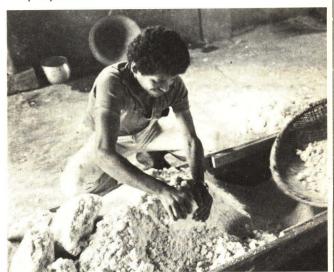
- b) não propor o surgimento de grupos isolados mas orientar sua irradiação, visando maior coesão;
- c) estimular os grupos a gerirem os projetos, retirando progressivamente da equipe de educadores a função de administrá-los;
- d) discutir com os grupos a proposta de centralização dos trabalhos existentes (grupo da caixa comunitária, grupo de saúde, grupo do projeto agrícola, grupo da casa de farinha, etc.), uma vez que poucos trabalhadores participavam do conjunto dos trabalhos.

Os Encontros Comunitários

A equipe passa a defender a proposta de que a organização deve ser entendida como um processo a partir da organização de base (grupos nos povoados). O SINDICATO e a COOPERATIVA são formas de organização de base. Concretamente, o avanço do trabalho de base deveria levar à conquis-

ta do sindicato como instrumento político, como entidade de classe, e da cooperativa como suporte econômico para a organização da classe. São estas formas que vão possibilitar a consolidação e ampliação da organização dos trabalhadores.

Coloca-se como perspectiva, principalmente a partir de 76, o apoio à organização de oposições sindicais, onde os sindicatos eram pelegos e a criação de comissões de educação, saúde, produção, etc. a nível dos sindicatos mais combativos, combinado com o apoio à criação e/ou fortalecimento das delegacias sindicais. Os ENCONTROS INTERGRUPAIS (a nível do município) e INTERCOMUNITÁRIOS (a nível dos vários municípios) constituem-se no mecanismo básico de encaminhamento da proposta.⁵



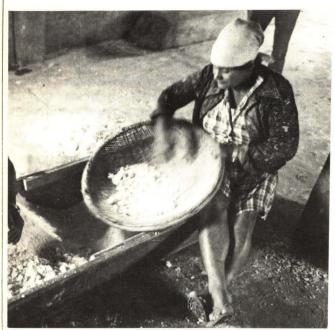
Casa de Farinha, PE

Assessoria precária às Casas de Farinha

Foi a partir deste momento, em que se passa a discutir a necessidade da centralização do conjunto de atividades desenvolvidas pelos "grupos comunitários", que a equipe despertou, embora ainda de forma precária, para o problema da cultura da mandioca e da fabricação e comercialização da farinha.

Uma das questões centrais nas discussões sobre o projeto das CASAS DE FARINHA COMUNI-TÁRIAS e que, como veremos a seguir, continua presente ainda hoje, dizia respeito à democratização de sua gestão. Criadas na maioria das vezes em torno da figura de uma liderança, em geral um morador com maiores recursos econômicos na localidade, as casas de farinha funcionavam sob a sua responsabilidade.

Conselho de Redação da Revista Proposta — "Uma experiência de Educação Popular em andamento ou como aproveitar pequenas práticas para o processo de organização maior", Revista PROPOSTA, abril/79, nº 11, ano 3.



Casa de Farinha, PE

O Poder do Lider

Era nítida a centralização de poder nas mãos desta liderança, que muitas vezes tomava decisões sem a participação dos sócios, não lhes prestava contas e destinava a "conga" para seus gastos familiares e não para a Caixa Comunitária.

A legitimação de seu poder advinha do fato de ser ele o "doador" do terreno para a construção da casa de farinha, mas também do reforço de sua posição na comunidade em virtude das concepções e práticas dos próprios educadores. Segundo a orientação da ANCARPE e também dos primeiros técnicos da FASE na região, o "líder" de uma comunidade era considerado como "agente de mudança". Ele constituía-se no principal mediador na relação entre os técnicos e a comunidade. Em sua casa não só recebia mais sistematicamente os educadores para conversar, discutir os "problemas da comunidade", como também os recebia para hospedagem. Não é de se estranhar, pois, que mesmo os membros do grupo de sócios da CASA DE FARINHA COMUNITÁRIA se percebessem como excluídos deste grupo paradoxalmente chamado comunitário. É o que revela a frase que se ouvia de muitos deles: vamos fazer farinha na Casa de Farinha do Sr. Fulano (referindo-se à CASA DE FARINHA COMUNITÁRIA).

Outros temas relacionados ao funcionamento das CASAS DE FARINHA começaram a ser discutidos. Com o objetivo de reforçar a "prática comunitária", propunha-se, por exemplo, destinar uma parte da "conga" para a caixa comunitária (para atender a algumas necessidades do grupo de sócios) e não apenas para gratificar o administrador e efetuar a manutenção das Casas de Farinha.

Propunha-se ainda a comercialização coletiva da farinha e diretamente aos grupos organizados de trabalhadores nas periferias das cidades. Estas propostas, no entanto, na maioria das vezes acabaram caindo no vazio. Não se chegou à elaboração de planos para viabilizá-las, assim como sequer se fundamentavam numa análise sistemática do conjunto diferenciado das Casas de Farinha de sorte que pudessem ser disseminadas e incorporadas como alternativas às práticas até então existentes.

Hoje, ainda permanecem vários destes problemas relativos ao funcionamento das Casas de Farinha, assim como apenas incipientemente este projeto tem contribuído para fortalecer a organização sindical nos termos como a proposta fora esboçada. No entanto, para avançarmos na compreensão deste processo, é necessário insistir na análise do trabalho educativo que foi se desenvolvendo.

Privilegiamento do Trabalho Comunitário

Redefinida a proposta de intervenção educativa como vimos, são constituídas comissões de representantes dos diferentes projetos comunitários. a nível de cada comunidade e a nível do município. A partir deste momento – concepção dos técnicos — as comunidades auto-administrariam suas atividades e projetos, dispensando sua presença, excetuando-se os momentos considerados especiais, como por exemplo: impasses nas assembléias dos grupos dos projetos, eleições sindicais, etc. A intervenção educativa passa a se caracterizar enquanto assessoria a essas comissões. A equipe orientava-se pela seguinte perspectiva; enquanto a consolidação das bases de apoio (organização comunitária) ia se desenvolvendo sob a direção direta das comissões, os técnicos iam garantindo o avanco das lideranças rumo à conquista dos sindicatos, através de cursos, encontros, treinamento, etc. sob diversos temas como: legislação sindical, história das lutas dos trabalhadores, política agrícola, reforma agrária e outros.

Fragilidade dos Grupos Comunitários

O ano de 85 representa um novo marco na definição da proposta educativa. O processo de preparação para o IV Congresso mobilizou o conjunto das "comissões comunitárias". Sua influência na discussão das teses, na eleição dos delegados, foi decisiva. Este processo de mobilização e participação estendeu-se depois do Congresso, na luta pela democratização do Pólo Sindical da região. As reuniões do Pólo, até então restritas à participação dos diretores de sindicato (na sua

maioria pelegos), ⁶ passam a contar com a presença de lideranças de base também com direito a voz e voto.

Mas revelava-se, por outro lado, a debilidade do movimento no enfrentamento das forças políticas dominantes locais. Prefeitos e latifundiários começam a intervir de forma mais organizada nas disputas das eleições sindicais, apoiando "seus candidatos".

Retomada da assessoria às Casas de Farinha

É neste contexto que a equipe redefine mais uma vez suas prioridades e níveis de trabalho. Avaliando a fragilidade dos grupos comunitários, sua incapacidade de contribuir efetivamente para o avanço das lutas no terreno sindical, conclui pela necessidade de se retomar o trabalho junto às "organizações comunitárias". É então proposto o l Encontro das CASAS DE FARINHA COMUNITÂRIAS com o objetivo de se efetuar uma avaliação sistemática de seus problemas, impasses, e a partir daí formular um plano para melhorar seu desempenho no sentido de virem a contribuir com a luta sindical.

O I Encontro das Casas de Farinha Comunitárias

O I Encontro das Casas de Farinha, realizado em março de 86, trouxe à baila um conjunto de problemas e impasses com os quais continuam se defrontando hoje.

Retomaremos as discussões e resoluções, ⁷ organizando-as nos três grandes temas mais relevantes para discussão que ora estamos realizando: a questão dos regimentos internos, a questão da comercialização e a questão da articulação com o movimento sindical.

A leitura da análise feita pelos participantes sobre as normas contidas nos regimentos internos permite-nos observar que várias questões que se colocavam no passado, como por exemplo a centralização da administração, o destino do dinheiro arrecadado pelo pagamento da "conga", etc. continuam sendo atuais.

Veiamos:

a) Administração — Das 15 Casas de Farinha, apenas 10 são administradas por Comissões de



Casa de Farinha, PE

três pessoas. Das cinco restantes, quatro são administradas por uma só pessoa, e uma não está funcionando.

- b) Participação dos Sócios nas Decisões Foi dito que mesmo nas Casas de Farinha administradas por uma pessoa, as decisões são tomadas em conjunto. Que tanto as Comissões, como aquelas pessoas, são eleitas em Assembléias. Entretanto, a situação foi questionada; caso esta pessoa adoeça ou viaje, não tem substituto. Além de ser um forte motivo para surgir um "ditador". Foi dito, ainda, que algumas dessas Casas de Farinha são conhecidas pelo nome do "Dono", ou seja, "Casa de Farinha do Pedro".
- c) "Conga" O fato de não haver uma uniformidade no preço da "conga" foi muito debatido, porém foram apresentadas várias justificativas:
 - as Mecanizadas totais (Salgadinho e Angelim) são as que cobram mais alto por causa do preço das peças e dos consertos;
 - as outras, que são consideradas melhoradas por só terem os "caititus" a motor a óleo ou a energia elétrica, cobram um preço menor:
 - também há as Casas de Farinha que exigem a lenha do usuário e cobram um preço melhor:
 - o caso mais debatido foi o da Casa de Farinha de Colônia, pelo fato de ser a que cobra o preço mais baixo (2,5 kg para o sócio e 3,0 kg para o não-sócio). A razão apresentada foi que, quando quebra o motor, os sócios dão uma contribuição para o conserto, razão esta que não convenceu, isto porque o sócio já paga uma mensalidade para a "conga" e ainda paga o conserto.

O Pólo Sindical da região reúne um conjunto de 30 sindicatos e 3 delegacias da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (FETAPE). Deste total apenas 2 sindicatos e 1 delegacia estão comprometidos com as lutas dos trabalhadores.

Of. "Relatório do 1º Encontro sobre produção, industrialização e comercialização da mandioca a partir das CASAS DE FARI-NHA COMUNITÁRIAS". Promoção FASE/Garanhuns, março/ 86.

- d) Não-sócio Foi visto que apenas Angelim tem um trabalho no sentido de ampliar o número de sócios.
- e) Gratificação da Comissão Foi debatido o fato de não haver em várias Casas de Farinha uma gratificação para a Comissão e por isso elas acabam contratando trabalhadores e isto poderá trazer problemas mais tarde.

A partir desta análise, como dissemos, são retomadas no encontro várias propostas discutidas no passado.

Propostas de Unificação dos Regimentos Internos

- Toda Casa de Farinha Comunitária deve ser administrada por uma Comissão de no mínimo três pessoas eleitas em Assembléias da Comunidade.
- As Comissões devem fazer reuniões mensais com os associados para prestação de contas e discutir a importância da venda coletiva direta ao consumidor, para se livrar do intermediário.
 - As mensalidades devem ser unificadas.
- Todas as decisões devem ser tomadas em Assembléias com datas previamente marcadas.
- O preço da "conga" deve ser aumentado de acordo com as mudanças introduzidas nas Casas de Farinha (equipamentos, etc.) e nunca de acordo com a especulação das Casas de Farinha Particulares.
- Devem ser estabelecidos em assembléia os prazos e critérios para a incorporação de novos sócios.
- Estabelecer em assembléia uma gratificação para os membros da Comissão que trabalharem na Casa de Farinha, sobre os dias trabalhados, para evitar pagamento irregular (menos do salário) do mexedor.

Proposta de Comercialização Coletiva

Na discussão sobre a comercialização, constatou-se uma gama de situações. As Casas de Farinha de Angelim e de Salgadinho, que comercializam coletivamente a farinha, são as únicas que realizam por assim dizer o "modelo" concebido pelos técnicos, sobretudo a de Angelim, porque vende a farinha para uma associação de moradores, enquanto Salgadinho vende para um armazenista.

Nas demais Casas de Farinha, predomina, por parte de seus usuários, a venda individualizada e aos intermediários.

Embora o Encontro tenha aprovado "como modelo a ser seguido por todas as Casas de Farinha" a experiência de Angelim, não foram analisadas suficientemente as razões pelas quais, sendo esta uma proposta antiga, não tem sido concretizada.

É verdade que a venda em pequenas quantidades e, sobretudo, aos comerciantes locais assegura um preço menor ao produto. E nisto têm insistido os educadores. Ocorre, no entanto, que uma grande parcela destes produtores tem uma diminuta produção e, dada a precariedade dessas condições de sua reprodução, vêem-se forçados muitas vezes a vender a farinha tão logo seja produzida, Aguardar que as Casas de Farinha realizem a venda para posteriormente receber o dinheiro, pode muitas vezes representar uma ameaça maior para sua sobrevivência do que vendê-la, embora a um preco menor para os comerciantes locais. Além disso, nos dois casos de venda coletiva apontados, há um apoio da Prefeitura Municipal e da outra entidade (CENES): não pagam o imposto sobre circulação de mercadorias e têm garantido o transporte do produto.

Como enfrentar esta situação e revertê-la?

As resoluções do Encontro apontam para a necessidade de se travar uma luta por preços justos para os produtos, uma política agrícola que atenda aos interesses dos trabalhadores, pelo cumprimento do Estatuto da Terra no que se refere aos contratos agrários, e pela reforma agrária. E para que estas lutas ganhem expressão social e resultem em vitórias, é necessário um movimento sindical organizado, que assuma o encaminhamento das reivindicações e a direção das lutas.

Estas conclusões remetem-nos ao terceiro grande tema tratado no encontro: a articulação com o movimento sindical.



Casa de Farinha, PE

Debilidade da Articulação Sindical

Mais uma vez, retomaremos a análise dos participantes. Seu conteúdo ratifica a debilidade do movimento sindical a que nos referíamos. Mesmo considerando que em um ou outro município da região tenha havido mudanças das diretorias, o quadro esboçado durante o encontro revela que há ainda um longo caminho a percorrer em direção à conquista e fortalecimento da organização de classe dos trabalhadores.

As reuniões das Casas de Farinha continuam tendo um caráter bastante particularista, ou seja, não há uma vinculação entre as discussões sobre as questões internas e a questão sindical. Avaliou-se que, de um lado, as diretorias sindicais não têm uma política que favoreça esta vinculação, dada sua prática assistencialista e descomprometida com os interesses de classe dos trabalhadores e, por outro lado, os "trabalhadores em sua maioria não estão conscientes da importância do sindicato".

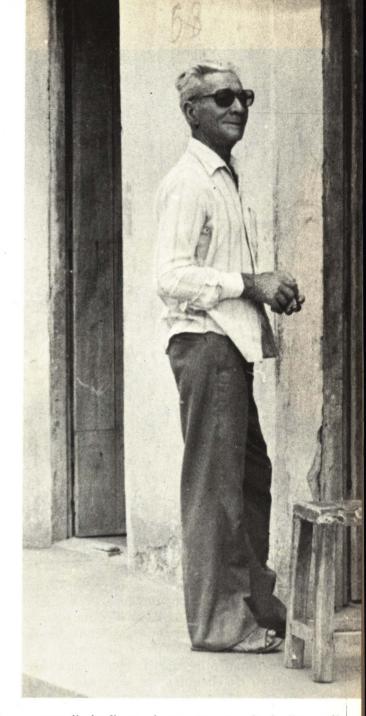
- "

 Nós em Jupi, estamos enfrentando essa luta mas o Prefeito se diz dono do Sindicato e que está botando a Máquina da Prefeitura contra nós. Por isso é que estamos preocupados em organizar nossas bases: Casas de Farinha, Bancos de Sementes e Caixas Comunitárias, através dos Associados para enfrentar esta luta;
- em Lajedo, o presidente se diz forte, mas nós estamos com o apoio das Comunidades e esperamos contar com o apoio dos Companheiros para conquistarmos o sindicato;
- em Gameleiro (Lajedo), o trabalho está fraquinho, mas espero levar deste Encontro contribuição para melhorar e ajudar a nossa Chapa;
- em Calçado, nós já temos o Sindicato, mas ele ainda tem muita dificuldade e nós precisamos ajudar;
- concordo que a gente ajude os sindicatos, mas primeiro vamos arrancar aquelas Diretorias "fajutas" que estão lá. E aí sim, vamos levar ele a lutar pela Reforma Agrária e pela Política Agrícola.

Fortalecer a Organização Sindical

Como propostas para o fortalecimento do movimento sindical, foram aprovadas as seguintes:

debater nas reuniões mensais das Casas de Farinha a importância de se associarem ao sindicato.
 Esta foi a primeira vez que se colocou em discussão o critério de ser sindicalizado para ser sócio da Casa de Farinha Comunitária;



- contribuir financeiramente, através da "conga", com a organização dos sindicatos mais ativos e com as chapas de oposição;
- incentivar os trabalhadores a participarem das reuniões do sindicato.

A título de conclusão

O esforço no sentido de romper com a concepção que norteava, no passado, a prática educativa que se circunscrevia ao acompanhamento de grupos comunitários desarticulados entre si, resultou na definição e redefinição sucessiva dos instrumentos pedagógicos capazes de contribuir para o avanço da organização e da consciência dos trabalhadores.



Neste processo, as organizações comunitárias, consideradas como instrumentos capazes de viabilizar a participação e a politização e de gerar práticas alternativas para o enfrentamento das contradições de classe e como espaço onde se foria uma nova consciência, foram privilegiadas. Mesmo quando a equipe definiu claramente como estratégia a canalização destas organizações comunitárias para o fortalecimento das organizações de classe, poucos foram os ganhos políticos no terreno sindical. O baixo índice de sindicalização, a manutenção de diretorias pelegas, são exemplos na incapacidade ainda atual do movimento desencadeado. Questionamos, neste sentido, a ênfase na concepção de comunidade que dilui a noção de classe e interfere, como vimos, no privilegiamento de instrumentos que não são capazes de expressar organizadamente os interesses de classe. A representatividade do movimento, pensada em dado momento através das comissões comunitárias, caracterizou-se mais pelo seu lado formal do que como consegüência de um processo de lutas em curso rumo ao seu fortalecimento.

No interior das Casas de Farinha permanecem problemas e impasses. A realização do I Encontro

foi sem dúvida um passo importante, na medida em que foram socializadas as experiências e discutidos os desdobramentos do trabalho. Não podemos deixar de sublinhar que a falta de democratização interna ainda se constitui em problema de peso em algumas delas.

Até que ponto as resoluções tiradas neste Encontro vão efetivamente contribuir para o avanço do processo de consciência e organização?

Há um longo percurso a fazer no sentido de que o movimento dos trabalhadores na região questione organizadamente as estruturas das relações sociais vigentes e as formas de exploração a que estão submetidos. A superação na prática da perspectiva comunitária rumo ao fortalecimento sindical é um caminho. As Casas de Farinha poderão cumprir um papel neste processo. Mas para isso é necessário que efetivamente saiam do particularismo no qual ainda se encontram e se engajem efetivamente nas propostas de articulação com o movimento sindical. Estão colocados novos desafios.

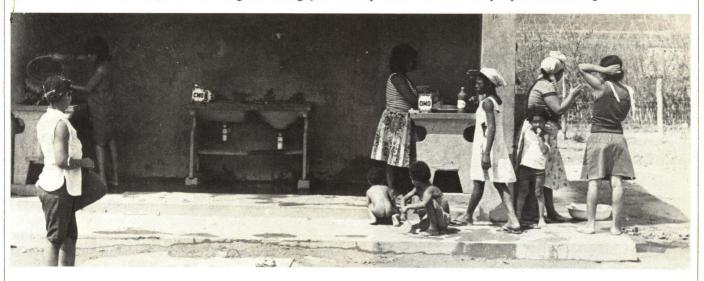
Os Infortúnios da Boa Intenção Projeto Bambuí — Irecê/Bahia*

Cândido Grzybowski** João Carlos Duarte José Oliveira Arapiraca

O Projeto Bambuí, desenvolvido na Região de Irecê, na Bahia, de 1978 a 1982, com recursos doados por instituições européias e gerido pela cooperativa local, previa a perfuração e a instalação de 30 sistemas comunitários de abastecimento de água. Na avaliação, consideramos fundamental analisar a ação desenvolvida em sua capacidade para resolver um problema concreto e, sobretudo, o seu caráter educativo.

Por caráter educativo entendemos a proposta de ampliação da participação social de organização da população atingida e de seu fortalecimento, tanto em termos de sua consciência social como de sua capacidade de fazer valer seus próprios interesses. Nesse sentido, nossa avaliação teve como eixo a idéia de que o Bambuí, enquanto projeto educacional, deveria ser analisado de forma a definir sua real contribuição em termos de criação de condições para a organização e a participação social da população atingida.

A nossa análise está centrada na proposta e na prática do projeto. Mas para melhor situar a sua significação, lembramos inicialmente alguns traços gerais do contexto em que o projeto se inseriu e, como conclusão, levantamos algumas indagações sobre possíveis alternativas que poderiam ser seguidas.



Implantação do Projeto: contexto sócioeconômico

O Projeto Bambuí acatou a afirmação corrente de que "a agricultura de Irecê está baseada na pequena produção", definindo os pequenos produtores como o seu público.

Este artigo é uma versão sintetizada da avaliação do Projeto Bambuí, realizada no 2º, semestre de 1982. Além dos cortes nos aspectos referentes diretamente aos agentes individuais e instituições envolvidas, foram feitas pequenas adaptações para tornar o texto adequado à presente publicação.

** A versão síntese foi elaborada por Cândido Grzybowski.

Não há como negar a importância da ''pequena produção'' no tecido social de Irecê e em sua economia agrícola. Segundo o Censo Agropecuário de 1975, 30,5% dos estabelecimentos agrícolas do Município de Irecê tinham menos de 10ha e 61,1% tinham área inferior a 50ha. Para a região com um todo,¹ essas porcentagens eram 58,0% e 85,0%, respectivamente.

Com os seguintes municípios, além de Irecê: Barra do Mendes, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Jussara, Presidente Dutra, Uibaí, Xiquexique, Campo Formoso, Sento Sé, Jacobina e Morro do Chapéu.

No entanto, a categoria "pequeno produtor" pode comportar uma gama variada de agentes sociais cujas formas de inserção na produção e na dinâmica social da região são diferenciadas e, mais que isso, tendem a diferenciar-se crescentemente. O próprio Projeto Bambuí não escapou a esse equívoco metodológico, com conseqüências bastante sérias sobre as possibilidades de alcance dos objetivos pretendidos.

A importância deste problema reside no fato de que segmentos diferentes da pequena produção familiar tendem a apresentar dinâmicas diferentes no interior dos movimentos mais gerais determinados pela ação do capital (no caso, principalmente os capitais comerciais e bancários), tendem a responder diferencialmente às pressões no sentido do aprofundamento dos vínculos com o mercado. Em outras palavras, as consequências desse processo de integração com o mercado sobre a dinâmica de reprodução das várias "pequenas produções" e sobre as vidas cotidianas desses personagens são muito variadas. Sobretudo, o impacto dessas diferencas sobre qualquer intervenção que se proponha como "educação para a participação social e para a libertação" deve ser levado em conta se não se pretende ser ao fim surpreendido por resultados opostos àqueles almejados.



Projeto Bambuí, Irecê, BA, 1983

A estratégia do Estado na Região

A região de Irecê (e, principalmente, o município de Irecê) tem sido, nos últimos anos, objeto privilegiado de intervenção do Estado, através de programas como o Projeto Sertanejo, o Proterra e, principalmente, o Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado da Região de Irecê (PDRI — Irecê). Este último encontrava-se já na segunda fase de desenvolvimento na época da avaliação, tratando-se de um programa financiado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) em convênio com o Governo Federal. A escolha de Irecê se deveu a sua importância como centro produtor de cereais do Nordeste, em especial o feijão e o milho.

O PDRI-Irecê concebia-se como um instrumento de "remoção ou atenuação dos fatores restritivos ao desenvolvimento das atividades dos pequenos produtores rurais, indispensáveis à me-Ihoria de seu padrão de vida e ao seu ingresso na economia de mercado".2 Na verdade, o objetivo visado poderia ser melhor definido como a multiplicação e o aprofundamento dos vínculos entre produtores e o mercado. Não se tratava seguer de ampliar a capacidade de produção de um excedente comercializável, mas de mobilizar toda a capacidade produtiva das unidades familiares na direção da produção para o mercado. Os instrumentos básicos para a obtenção desses resultados têm sido o crédito, a assistência técnica e a extensão rural. No ano agrícola de 1980/81, 9.530 produtores, dos quais 8.583 com crédito, eram assistidos pela EMATERBA/PDRI-Irecê.

O grande impacto do PDRI sobre a vida da região concentra-se na aplicação parcial do subprograma de apoio à produção e, dentro deste, nos processos de expansão vinculada do crédito e da extensão rural. Em outras palavras, na ação solidária da EMATERBA e do Banco do Brasil. Ora, é sabido que a EMATERBA pauta sua ação extensionista na seleção de lideranças sensíveis à introdução de inovações (entre elas o uso de crédito bancário) e na organização de grupos de produtores em torno daquelas lideranças. Trata-se, pois, por princípio, de uma forma de ação baseada em um critério de seletividade que tende a favorecer produtores cuja situação social seja suficientemente diferenciada para os predispor a adotar métodos e vias de ação que não são os prevalecentes nas comunidades em que eles se inserem.3 Não era objetivo do PDRI o apoio ao conjunto da pequena produção, mas apenas àquele segmento da mesma que se mostrasse mais apto a aprofundar e multiplicar os vínculos com o mercado. Devemos passar a examinar melhor os efeitos do programa sobre o segmento atingido.

PDRI-Irecê. Volume X, "Síntese do Projeto". Ver também Uma Avaliação dos Programas Governamentais para Produtores de Baixa Renda na Bahia. Série "Estudos e Pesquisas", CEPA, Bahia.

³ EIAP/CPDA-IESAE. FGV. Trabalho Rural e Alternativa Metodológica de Educação. Rio de Janeiro, FGV, 1980, v. II (2º relatório de atividades).



Irecê, BA, 1983

A dependência do crédito

As mudanças na pequena produção foram diferenciadas porque os pequenos produtores são diferenciados. Elas se manifestam tanto na introdução de inovações tecnológicas no processo produtivo (sementes selecionadas, defensivos e mecanização), como, sobretudo, na especialização para o mercado (em detrimento da subsistência), no aumento das áreas plantadas, numa maior monetarização da produção e da reprodução da família do produtor, e na dependência do crédito.

A dependência do pequeno produtor ao crédito é, naturalmente, o fato mais grave. O crédito foi praticamente a única medida de política agrícola: não houve um esforço complementar de promover qualquer forma de associação, nenhum esforço no sentido de atenuar a situação de dependência em relação ao capital comercial e nenhuma tentativa consistente de reduzir a dependência em relação ao consórcio feijão/milho/mamona (o que seria até contraditório, já que o objetivo maior da "chuva de crédito" era garantir o abastecimento de feijão).

Do ângulo do pequeno produtor, ocorreu que o crescimento dos custos monetários desacompanhado de acréscimos significativos de produtividade e de medidas de reorganização da produção e da circulação dos grãos produzidos veio a pressionar drasticamente a renda líquida. Então, o que se vê, numa situação em que "o banco atrasa", são agricultores que mecanizaram suas lavouras, que adotaram "insumos modernos", como o uso de sementes selecionadas e defensivos, que só não adubam porque a fertilidade do solo os dispensa de tal, em suma, o que se vê são agricultores modernos, tanto quanto o extensionista costuma almejar, obrigados a aquardar ansiosamente a reabertura do crédito para que possam voltar a alimentar decentemente suas famílias, por alguns meses.

Programas oficiais de abastecimento d'água

Neste contexto sócio-econômico da pequena produção importa situar a questão da água, em torno da qual se constituiu o Projeto Bambuí.

Como é do conhecimento geral, a Região de Irecê padece de escassez e má distribuição de chuvas. A água é um problema real, tanto no que se refere ao consumo humano como no que toca às atividades agropecuárias. Os sinais desse problema estão por toda parte: nos intensos lajedos preparados para captar água da chuva que sirva ao consumo humano ao longo da maior parte possível do ano, nos caminhos por onde passam crianças, mulheres e animais no afã de transportar a água entre pontos às vezes tão distantes, na minúcia com que se enumeram os sinais do clima e se nomeiam as diversas chuvas.

A reserva de água em lajedos, cacimbas, etc. não resolve o problema do consumo humano porque não resiste, com freqüência, às secas mais prolongadas e porque cria sérios riscos à saúde. Daí que a água é um problema suficientemente grave para determinar, inclusive, a distribuição espacial das populações. Estas, ao invés de se dispersarem pelas propriedades rurais, tendem a se concentrar em povoados que se situam em pontos onde o acesso à água é mais fácil.

A perfuração de poços artesianos tem sido vista como a solução para o problema. Ocorre que, por infelicidade, a água dos poços artesianos é com freqüência excessivamente salina, sendo consederada localmente imprópria para ingestão e coção de alimentos. Apesar disso, há, de certo tempo para cá, vários programas em operação com a finalidade de perfurar poços e construir sistemas de abastecimento. Uma boa parte dos poços perfurados destina-se ao uso privado. A CODEVASF, a CERB e o POLONORDESTE vêm perfurando poços para uso público. Apenas o Polonordeste perfurou, em sua primeira fase, 110 poços públicos⁴ e se propõe a construir, na segunda fase, mais 180 sistemas de abastecimento de água.⁵

A perfuração de poços e a construção de sistemas de abastecimento constituem-se em tarefas prioritárias e bastante delicadas, dadas as inúmeras distorções de finalidades e sentido público que podem ocorrer. As mais óbvias referem-se à localização, já que haverá sempre interferências no sentido de abandonar localizações socialmente prioritárias em favor de outras mais convenientes aos poderes locais. Tais distorções visam em geral ao favorecimento político, mas não é raro que interesses

⁵ PDRI – Irecê, op. cit., v. X.

Histórico do PDRI-Irecê com avaliação de resultados. Unidade Técnica do PDRI-Irecê, CEPA.

ainda menos legítimos, e mais partivularistas, prevaleçam. Instalado o poço, o problema é o de prover sua manutenção, o que envolve gastos consideráveis (com combustível e, principalmente, com reparos do motor e da bomba) e problemas de definição das responsabilidades da comunidade e do Estado (Prefeituras Municipais e Companhia Estadual). Todos esses problemas e mais alguns, de que trataremos depois, ocorreram com o Projeto Bambuí.

Caráter da proposta pedagógica do Projeto Bambuí: problemas

A questão de fundo do Projeto Bambuí é o seu caráter educacional, porém cabe uma primeira constatação: a sua proposta pedagógica não foi apresentada de modo coerente e explícito. Ela emerge de modo disperso, tanto nos documentos que deram origem ao projeto, como na correspondência, nos inúmeros relatórios de atividades e nas intenções oralmente formuladas pelos agentes envolvidos. Só nas diferentes assessorias, depois que os problemas acumulados já eram muitos, a questão foi enfrentada de forma mais direta.

Por proposta pedagógica entendemos exatamente o tipo de organização e participação social que se quis desenvolver face às necessidades e interesses da população. Ela está contida nas concepções, isto é, nos objetivos visados, na escolha da população a ser atingida, no modo de articular os objetivos com a problemática vivida por tal população, nas indicações metodológicas estabelecidas.

O Projeto Bambuí, enquanto proposta, tomou forma a partir da contingência da grande seca de 1975/76. Já antes, porém, desde 1972, membros das Igrejas locais buscavam formas alternativas de cooperação às populações carentes de água.

Na realidade, a carência de água não é um problema absoluto na região. Além do seu caráter sazonal, importa lembrar o fato de que ele atinge diferentemente os diversos segmentos da população local.

A questão da água e o próprio nome do projeto serviram para encobrir o seu caráter. É indiscutível que os problemas e tensões que se criaram em torno do Projeto Bambuí decorrem da sua dimensão sócio-educativa. A seca sazonal, aliada ao tipo de solo da região, e a questão da água são problemas reais que se articulam com uma determinada estrutura e processo de desenvolvimento. Por isso, atingem diferentemente os vários segmentos da população em decorrência de sua posição e função na organização social regional. O que esteve e está em jogo é um diagnóstico da situação de vida

e trabalho de determinado setor da população rural e uma proposta de trabalho educacional visando mudar as suas formas de integração e participação social. A perfuração de poços e a montagem de sistemas de abastecimentos de água são apenas objetos da ação e não a razão de ser do Projeto Bambuí. Bem ou mal, desenvolvendo soluções comunitárias para a questão da água, visou-se desenvolver a própria organização comunitária da população atingida e ampliar a sua participação e capacidade de defesa dos próprios interesses. Aponta neste sentido um objetivo do projeto, colocado ao lado da meta de instalar 30 sistemas de abastecimento de água através de poços tubulares:

"Conscientizar o povo que, trabalhando cooperativamente, ele tem possibilidades de superar a sua dependência."

O que importa destacar é que, desde o início, o Projeto Bambuí está impregnado de uma preocupação com o trabalho de educação comunitária junto a determinado setor da população rural. Que tipo de trabalho é este? Quem o propõe? Por que e para que se pretende realizá-lo? Estas são as questões.



Atrelamento da proposta à Cooperativa

Na sua gênese, o Projeto esteve atrelado à idéia que presidiu a própria formação da COOPI-RECĒ, em especial às concepções de seu idealizador e presidente até 1977 e do grupo que o apoiou. A cooperativa foi fundada como uma espécie de organização comunitária de defesa dos chamados "pequenos e médios produtores rurais". A cooperativa "tem como objetivo geral

⁶ COOPIRECÉ. Projeto Bambuí. Versão Preliminar Resumida. Irecê (BA), 1977, p. 1.

defender o pequeno e médio agricultor da região das inúmeras explorações que vêm sofrendo nos setores de comercialização de seus produtos, da compra de bens de consumo e equipamentos agrícolas, da prestação de servicos auxiliares e de crédito".

"(...) A COOPIRECE pretende aprofundar a cooperação cooperativista dos agricultores, dinamizar setores que favoreçam esta conscientização..."

Fundada em 1970, a COOPIRECÊ se insere no quadro de transformações por que passa a Região de Irecê. A idéia de construir uma cooperativa, como apontam os objetivos acima, não teve forcas sociais capazes de sustentá-la e foi atropelada pelo tipo de desenvolvimento da agricultura regional e pela estratégia do Estado. No processo de modernização da agricultura regional, intensificado a partir de 1977, com instituições criadas e com crédito agrícola fornecido pelo PDRI-Irecê, a cooperativa passou a ser um instrumento subsidiário e complementar. Mesmo como empresa a sua importância é reduzida e ela é extremamente dependente da estratégia do Estado na Região. Além disso, o Estado surpreendeu os próprios formuladores da COOPIRECE ao chamar diretamente a si o trabalho de apoio ao pequeno produtor.

Para esta avaliação, interessa reter o fato de que a COOPIRECÊ não é hoje e nem conseguiu ser no seu passado recente a organização de "defesa do pequeno e médio agricultor da região". E isto vai marcar profundamente a proposta e a história do Projeto Bambuí, porque ele esteve organicamente ligado ao projeto COOPIRECÊ. As ambigüidades do projeto de construção de uma cooperativa e as contradições reais de sua implantação passaram a ser as ambigüidades e contradições do Projeto Bambuí, que foi pensado enquanto projeto para fortificar a COOPIRECÊ:

"... Para que a COOPIRECÉ possa cumprir as funções de uma verdadeira cooperativa ela precisa fortalecer as suas bases, conquistando cada vez mais a confiança dos seus associados..."

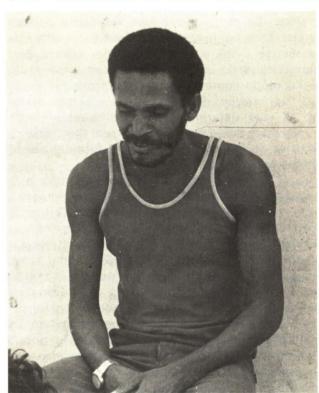
"O Projeto Bambuí tem condições de realizar um trabalho de conscientização junto às comunidades rurais de associados da COOPI-RECÊ, e contribuir não apenas para a solução do problema de abastecimento de água, mas principalmente, por meio de um comprometimento com uma situação concreta, imediata, despertar os associados para os problemas mais abrangentes, mais amplos, que transcendem os limites microrregionais, ou até mesmo estaduais, para que eles assu-

mam uma posição consciente no sentido de mudar, transformar a sociedade para melhor, e façam uso da cooperativa como instrumento forte que ela é, para a consecução dos seus objetivos."8

Limites à ampliação da participação social

As preocupações iniciais dos que formularam o Projeto Bambuí apontavam, sem dúvida, para os problemas dos pequenos produtores rurais. A abertura dos poços seria uma forma de fortificar esses produtores.

O trabalho comunitário, ou seja, a proposta pedagógica de organização comunitária dos pequenos produtores a partir em função de construção e manutenção de sistemas de água, é central no Projeto Bambuí. Mas tal proposta de organização comunitária está atrelada à cooperativa. Trata-se de atingir os pequenos produtores de alguma forma já associados à cooperativa. Pensouse em "comunidades de sócios" da COOPIRECE.



Na sua gênese, portanto, a proposta pedagógica do Projeto Bambuí esteve limitada em termos de perspectiva política e em termos de população a ser atingida. A idéia de organização e participação social ficou limitada à cooperativa e associada à sorte da COOPIRECÊ. A população a ser atingida ficou limitada aos interesses dos líderes "comunitários" já associados a cooperativas.

[&]quot;Bases para o Fortalecimento da COOPIRECÉ". In Projeto Bambuí, s.d.

Os problemas da proposta pedagógica do Projeto Bambuí, porém, não se reduzem às ambigüidades da idéia de edificação de uma cooperativa para a "defesa de pequenos e médios agricultores" e às contradições que apareceram na prática. A partir da documentação analisada e das entrevistas com membros da equipe foi possível detectar outras limitações da concepção do Projeto. Chamamos atenção especial para dois conjuntos de problemas que são componentes fundamentais de uma proposta pedagógica:

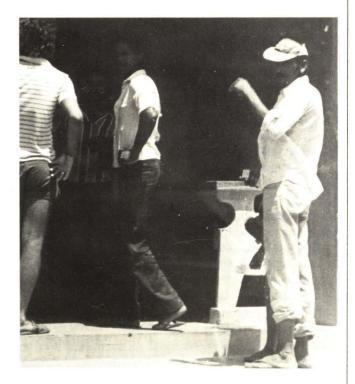
- os critérios de delimitação da população a ser atingida e o modo de analisar as suas necessidade e interesses sociais;
- 29) o tipo de ação educativa proposta para a organização comunitária e as indicações metodológicas.

Ausência de análise da organização social

Com as informações que coletamos, podemos afirmar que, na definição e implantação do Projeto Bambuí, não houve suficiente postura crítica face ao processo de desenvolvimento da região de Irecê e suas vinculações com a problemática mais abrangente. Faltou uma análise do modo como se estrutura a economia regional, as relações sociais básicas em que assenta, as suas determinações, as diferentes classes e interesses que a compõem, as suas estratégias, a política do Estado face a tal estrutura e processo de desenvolvimento, etc.

O Projeto elaborado, que serviu de base para o pedido de financiamento e de referência para a ação, apesar de incluir um item sobre "situação sócio-econômica" (item 4) e um anexo sobre o mesmo assunto (anexo I), limita-se a apresentar alguns dados descritivos da região.9 Falta tanto uma visão de totalidade que articule Irecê com o conjunto do desenvolvimento do capitalismo no Nordeste e no Brasil, como uma compreensão das contradições concretas que delimitam as condições sociais de vida da população que o Projeto Bambuí visou atingir. Consideramos este aspecto particularmente relevante na explicação do que foi o Bambuí. Além disto, nenhum dos relatórios de atividades, por nós examinados, mostra algum indício no sentido de explicitação da problemática da região, no decorrer da execução, superando as deficiências iniciais.

Mas por que o destaque a uma tal questão num projeto como o Bambuí? Pensamos que uma proposta de educação popular sempre tem a ver com a situação concreta de trabalho e vida da população a quem se visa prestar um serviço. Se



trata de uma ação social planejada que visa fortificar a capacidade de resistência e de luta de uma determinada população, através do apoio à sua organização e participação para que realize seus interesses de classe, uma das condições e, também, instrumento de tal ação é exatamente a análise econômica, social e política. É a análise que permite entender como a população alvo do Projeto se insere na estrutura econômica e de poder, como ela se compõe, se diferencia, evolui, quais os seus interesses e necessidades mais fundamentais, quais as suas experiências de organização, participação e luta, que tipo de organização e participação importa fortificar através do trabalho educativo, etc.

Diferenciação da pequena produção

Toda esta discussão – diretamente ligada à proposta pedagógica - está ausente, tanto nas formulações como na prática do Projeto Bambuí. O Projeto propôs um trabalho, desde o início, com os "pequenos e médios agricultores" sem porém clarear a problemática de trabalho e vida de tal segmento da população. Quem são os "peque nos e médios agricultores", sem porém clarear a problemática de trabalho e vida de tal segmento da população? Quem são os "pequenos e médios agricultores" da região? Constituem uma categoria social homogênea onde os problemas são comuns? São "pequenos e médios agricultores" tanto os proprietários de terras como os seus moradores-meeiros? Formam uma comunidade ou estamos diante de situações em que os interes-

⁹ Ver COOPIRECÊ, Projeto Bambuí-Irecê (BA), 1977.

ses são ao menos diferentes e, portanto, devem ser levados em conta em qualquer trabalho de organização comunitária? Os posseiros têm os mesmos problemas salariais, e que relação tem com a problemática dos "pequenos e médios agricultores"? Visitando as "comunidades" atingidas pelo Projeto Bambuí, estas questões aparecem como centrais para entender o que elas são e as dificuldades de organização. No entanto, elas não foram abordadas de maneira sistemática na formulação do Projeto. E na execução tais questões não ocuparam o lugar que deveriam ter, dada a natureza do trabalho que se quis desenvolver.

Na nossa opinião, a falta de análise preliminar e de reflexão contínua sobre a complexa e diferenciada problemática que envolve os diferentes segmentos em que se compõe a população engajada diretamente na produção agrícola regional (trabalhadores assalariados, pequenos proprietários, posseiros, meeiros, etc.) limitou enormemente a proposta pedagógica do Projeto Bambuí. te a proposta pedagógica do Projeto Bambuí. Ela se tornou uma proposta fluida e contraditória de organização comunitária de um conjunto indefinido de "pequenos e médios agricultores". Na realidade, lê-se nas entrelinhas da documentação disponível, e os depoimentos de membros da equipe do Projeto confirmam, que as 30 "comunidades" escolhidas de "pequenos e médios agricultores" o foram a partir de locais de residências de sócios e potenciais sócios da Cooperativa.

Conteúdo paternalista e autoritário da proposta

O problema que estamos procurando destacar nos permite entrar no âmago mesmo da proposta pedagógica. Aqui os equívocos são muitos. O atrelamento do Projeto Bambuí à "doação" de sistemas de água para as "comunidades" marcou profundamente a proposta pedagógica e, na nossa opinião, a inviabilizou no sentido de fortalecimento da capacidade de participação e defesa da população atingida, através do desenvolvimento de sua organização autônoma.

Para entender o trabalho educativo proposto importa começar pela escolha do objeto central da ação comunitária do Bambuí: os poços e os sistemas de abastecimento de água. Pelo que podemos avaliar, o problema não pode ser visto pelo seu aspecto técnico¹⁰ e nem econômico,¹¹ mas pelo social e político.

Este é o aspecto melhor elaborado na proposta. As condições hidrogeológicas da região tornam necessária a captação de água subterrânea. Por outro lado, os poços perfurados e os sistemas montados obedecem às recomendações técnicas para a região.

Os custos unitários cobrados pela GEOSERVI, a executora da

A água constitui um problema que, como tantos outros, é encaminhado no contexto das relações de dominação e cujas formas tradicionais de resolução acabam se constituindo em elementos da reprodução daquelas relações. Ao propor a questão da água como um veículo de educação e participação, o Projeto Bambuí deveria, pois, ter claras as formas de organização da vida social que potencialmente iria alterar ao encaminhar uma solução diferente das tradicionais para o problema da água. Essas formas deveriam, então, ser explicitadas, tornadas evidentes, para a população atingida e, em seguida, ser superadas pela própria ação dessa população, já então consciente do conteúdo de dominação nelas embutido.

Esse conteúdo não era evidente, em toda sua complexidade, para aqueles que se propunham como educadores (isto é, os promotores do Projeto). Logo, não poderia vir a ser um objeto da prática educativa.

Mas há uma outra razão pela qual essa prática se tornou limitada desde a origem. Na medida mesma em que a água constitua um problema a pedir soluções que não as tradicionais, as populações potencialmente beneficiárias eram passíveis de mobilização e facilmente moldáveis a propostas de organização que viessem da parte de quem demonstrasse ter poder econômico ou político para encaminhar aquelas soluções. No caso, a proposta era: "Organizem-se e lhes daremos água." O primeiro verbo vai no imperativo porque, para aquelas populações, conseguir acesso mais fácil à água era imperativo e, pois, imperativo era obedecer ao comando "Organizem-se". O segundo verbo descreve a conotação de "doação" que, no fundo, não diferia dos favores (de políticos, por exemplo, quando doam pipas de água nas épocas de eleição), os quais tinham que ser fatalmente pagos com alguma retribuição (votos, por exemplo). No caso, a retribuição era "organizar-se". O conteúdo paternalista e autoritário da proposta é evidente! Para levar a situação ao limite, podemos dizer que se forçava a organização e com essa prática autoritária se propunha educar para a participação. Como no Projeto nunca estiveram claros os objetivos de tal participação, não havia mesmo meios de superar essa contradição original. As outras ações previstas no Projeto (como, por exemplo, as hortas comunitárias) são meros desdobramentos da mesma proposta de trabalho de cunho paternalista e autoritário.

parte técnica do Projeto Bambuí, para a perfuração e instalação de motor de bomba são, em média, 1/3 do custo de sistema similar da CERB, empresa executora das obras do PDRI— Irecê.

Proposta alternativa de Educação Popular para a região

Uma proposta de educação mais coerente teria partido de um conhecimento aprofundado das relações sociais vigentes e de um levantamento, feito em conjunto com a população, das necessidades mais prementes. Identificadas estas, o conjunto de determinações sociais que impede a resolução daqueles problemas teria que ser desnudado e a população estimulada a organizar-se para alcançar os objetivos propostos e lutar por eles. Na luta para a consecução desses objetivos estariam contidas as possibilidades de alargamento da consciência social.

Ao predeterminar o objetivo (água), o Projeto Bambuí limitou-se desnecessariamente e limitou as possibilidades de autoconhecimento das "comunidades" atingidas. Além disso, ao emitir o comando "organizar-se", roubou dessa atividade o seu potencial de mobilização e fortalecimento das comunidades, já que a consecução do objetivo "água" estava previamente garantida pela mera obediência ao comando.

A organização para obter direitos

A inversão do caminho representada pela definição inicial do objetivo (desvinculada de qualquer consulta às comunidades) e pela determinação da maneira de atingi-lo, impediu que se encaminhassem, mesmo no âmbito restrito do problema água, soluções que seriam mais mobilizadoras e menos carregadas dos riscos do que aquela imposta e executada. Supondo que a água viesse a ser identificada como um problema prioritário, a população poderia vir, no curso do trabalho educativo, a perceber que a resolução do problema é, entre outros, um dever do poder público que, inclusive, dele não se esquiva quando se trata de atender a interesses particularistas. Perceberia a utilidade da organização para a cobranca do cumprimento de tal dever, e de outros, por parte do Estado e, na luta para obter esse e outros direitos, poderia vir a perceber a extensão do abandono a que se acha relegada e as razões desse abandono.

Tal como foi concebido, o Projeto não apenas se privou das possibilidades de ter esses efeitos como acabou gerando uma prática que veio a reforçar certas características da organização social que operam no sentido de manutenção dos padrões de dominação.

Toda a discussão que estamos fazendo nesta parte tem em vista identificar na própria proposta pedagógica do Projeto Bambuí os aspectos críticos que acabaram condicionando a prática educativa concreta desenvolvida entre 1978 e 1982. Insistimos no fato de que o ponto nevrálgico do Projeto Bambuí é o modo como se percebem as necessidades e interesses da população e como eles são articulados com formas concretas de organização e participação. Nas concepções do Projeto Bambuí não houve lugar nem para discussão, nem para indicações metodológicas que servissem de suporte para um trabalho de educação, ou seja, um trabalho educativo que contribuísse para a organização autônoma e diferenciada das classes subalternas (segundo a sua inserção na estrutura econômica e de poder segundo sua identidade ideológica, produção cultural e experiências históricas), para o seu fortalecimento e major capacidade de luta na defesa dos próprios interesses e de influir nas decisões políticas e programas governamentais que lhes dizem respeito.

Aprofundando a avaliação da prática educativa

O Projeto previa a instalação de 30 sistemas comunitários de abastecimento de água. Apenas nove foram efetivamente instalados até o final de 1982. De nosso ponto de vista, no entanto, as falhas do Projeto se medem menos pela redução do número de poços perfurados e sistemas de abastecimento montados do que pela redução do alcance social e político do trabalho educativo desenvolvido.

O primeiro aspecto a abordar na avaliação, por isto, é o referente às próprias comunidades: Como foram escolhidas? Como se compõem? Qual a sua dinâmica interna?



Na escolha das comunidades foram combinados diferentes critérios:

- a carência de água na localidade;
- a existência de "pequenos e médios agricultores" interessados em obter uma fonte de água através da formação de um grupo que "comunitariamente" operasse e mantivesse o sistema de abastecimento;
- a existência de um líder que assumisse a responsabilidade de organização de tal grupo.

Equívocos da concepção de comunidade: prática excludente

Na falta de uma proposta educativa coerente, o trabalho com as comunidades foi diretamente ligado à água. Isto determinou a prática do Projeto junto às comunidades. Tanto assim que numa comunidade uma vez constatada a pouca vazão do poço perfurado (Entroncamento), o trabalho foi praticamente abandonado e nova comunidade escolhida (Lajedão).

Mas a questão aqui, antes de mais nada, é saber que comunidades são estas. Os sistemas de abastecimento de água do Projeto Bambuí estão instalados em povoados rurais ou próximos a eles. Com exceção de Lajedo do Pau d'Arco e Palmeiras. povoados com mais de 150 famílias, os outros são pequenos povoados de 50 a 70 famílias (Milho Verde e Lajedão) e lugarejos com 25 famílias ou menos (Segredo, Entroncamento, Baixão dos Paraibanos, Baixa do Coroá, Cassiano, Eliseu). É um erro – e esse erro o Projeto Bambuí cometeu – considerar estes povoados, de modo geral, como comunidades (no seu sentido social) e atuar junto a eles enquanto tal. O fato de morar num mesmo espaço geográfico na sociedade capitalista não identifica, necessariamente, a existência de uma comunidade, isto é, uma população com necessidades e interesses, ou seja, com uma posição e função semelhantes na estrutura econômico-social e nas relacões de poder. Por isto, os moradores de um mesmo povoado não são socialmente iguais e, portanto, não têm as mesmas possibilidades e interesses em participar de uma "organização comunitária". Para ficar nos estreitos limites do Projeto Bambuí, basta lembrar que os interesses e os recursos financeiros para participar de um sistema comunitário de abastecimento, que implica, mais do que a gestão democrática, a participação nos custos de sua operação e manutenção, não são comuns e iguais. Talvez Segredo, dos 10 povoados atingidos, seja o único em que a idéia de comunidade se aplica ao povoado. Não é por nada que em Segredo o Projeto Bambuí teve maior sucesso.



Fortalecimento do "grupo comunitário" e seu líder

Em termos gerais, os limites do Projeto Bambuí são ainda mais estreitos na medida em que suas comunidades trabalhadas não são os povoados, mas parte deles. Para o Projeto, foi considerado "comunidade" o conjunto heterogêneo (na sua composicão social) de moradores de um determinado povoado que se associaram ao "grupo do poço" e estão contribuindo financeiramente na operação e manutenção do sistema sob a liderança de um entre eles. O poço e o sistema não servem para a "comunidade", mas para o grupo que se associa ao líder. Esse líder é, normalmente, o morador com maiores recursos econômicos, ligado à COOPIRECE. No geral, foi o líder que "doou" a área do poço e o grupo que se formou em sua volta revela a sua funcão de chefe de um clã familiar.

A fragilidade dos critérios de escolha e a falta de compreensão da estrutura e do funcionamento das comunidades escolhidas não poderiam deixar de ter reflexos negativos sobre a própria operação dos sistemas de água e, através dela, sobre as possibilidades reais de organização comunitária.

Projeto Bambuí. Relatório das Atividades Desenvolvidas (01/10/76 a 01/06/77). Irecê (BA), 20/05/77.



Irecê, BA, 1983

As populações beneficiadas deveriam, em princípio, responsabilizar-se comunitariamente para operar os poços e prover os recursos de manutenção (combustível e lubrificante) e reparos. Estes últimos podem ser de certo vulto, dependendo dos problemas que surgem, especialmente com o motor, e tendem a crescer com a idade do equipamento. Os custos de operação à primeira vista são baixos, porém, dada a pobreza da maior parte da população, tornam-se pesados, especialmente nas épocas de seca e no período que antecede ao plantio, quando os parcos recursos já se dissiparam e os empréstimos bancários ainda não foram recebidos.

Quando os custos pesam, observam-se duas tendências: a) boa parte dos mutuários deixa de pagar suas cotas e se exclui (ou é punitivamente excluída) da "comunidade do poco"; b) as cotas tendem a ser assumidas por aqueles que dispõem de recursos algo maiores e, em especial, por aqueles que detêm, por algumas da razões apontadas acima, a "liderança" da comunidade. Dadas as características das comunidades escolhidas, tais líderes tendem a ser ou os patriarcas das famílias mais extensas (com as quais a comunidade, às vezes, quase se confunde) ou aqueles proprietários que agregam com certo número de meeiros. É assim que o sistema de operação, idealmente democrático e mobilizador, tende a contribuir, nas condições reais de vida das populações atingidas, para a exclusão de alguns e a afirmação da supremacia de outros, podendo, no limite, ajudar a consolidar a tendência à privatização de alguns poços. Entretanto, a exclusão é, em si, um fato grave na medida em que é desmobilizadora por implicar quase necessariamente a interrupção do processo educativo. É grave ainda por uma razão prática, afetando bastante a vida dos excluídos. Em Milho Verde, por exemplo, os que deixavam de pagar tinham que ir buscar água num poço do Polonordeste instalado a 6km do centro do povoado.

Tendência a privatização dos poços

É preciso salientar que a exclusão (ou mesmo a auto-exclusão) por falta de pagamento serve, em vários casos, de mero reforço à tendência de privatização dos sistemas que já está inserida na própria maneira de funcionamento das "comunidades". Em Baixão dos Paraibanos há duas categorias de sócios, diferenciados pelo valor das mensalidades. Essa diferenciação não é mais do que o reflexo das diferenças sociais existentes na "comunidade" e ignoradas na instalação do Projeto. Os sócios principais (pagando, na ocasião da entrevista, em outubro de 1982, Cr\$ 500,00 por mês) são alguns proprietários aparentados entre si e os demais (pagando Cr\$ 50,00/mês) são seus meeiros. O proprietário da terra onde estão o bebedouro, a caixa d'água e os tanques para lavagem de roupa considera sócios apenas a si próprio e a um outro proprietário. Considera-se também no direito (que, deve-se dizer, a equipe do Projeto nega) de designar os beneficiários do sistema. A história contada por um outro proprietário associado ajuda a entender melhor esta situação. A água não era um problema de gravidade extrema naquela localidade, havia várias cacimbas e até um brejo. Porém, o Sr. J., menos favorecido em suas terras pela natureza, há muito queria um poço. Os outros proprietários, alguns dos quais parentes, houveram por bem atender ao chamado do pessoal do Projeto para que o Sr. J. tivesse finalmente a sua água. Foi assim que o bebedouro e os tanques foram instalados em sua terra. Baixão constitui um caso extremo de quase privatização do sistema de água devido à história particular da instalação (na verdade, uma falha gritante na escolha da "comunidade") e devido à estrutura social ali encontrada. Mas não é um caso isolado. Lajedo do Pau d'Arco seria um exemplo, entre outros, de problemas semelhantes.

Em Lajedo, o sistema foi instalado em terras de um outro Sr. J., que mora a 2,5km de um povoado de cerca de 300 famílias. Hoje o povoado tem um poço do Polonordeste, com evidente função social, enquanto o poço do Projeto tem apenas doze sócios, todos parentes (muitos deles, filhos) do Sr. J. que, na condição de patriarca, provê à manutenção do sistema. À parte a estranheza da escolha da localização (instalar um poço para servir a uma família, quando poderia servir a trezentas), surge aqui também o problema da tendência à privatização.

Essa tendência é tanto mais ameaçadora quando se recorda que o problema de doação das terras onde o sistema se instalara não estava resolvido. As terras onde estão os sistemas eram ainda, na época da pesquisa, propriedades dos doadores prospectivos. A dinâmica social em várias das "comunidades", entre as quais as que aqui serviram de exemplo, conduz para a privatização dos sistemas. O fato de que a propriedade das terras onde eles se assentam seja ainda privada constitui, pois, um reforço a mais naquela direção.

Seria interessante comparar essa situação com aquela encontrada em Palmeiras, onde existia, anteriormente à perfuração, uma associação de bairro (a Associação Beneficente de Palmeiras, ABP).

A equipe do Projeto pretendeu formar um novo grupo, a partir de um associado, para os fins de instalação e manejo do sistema de água. Dado que a água era realmente uma necessidade local, os moradores do bairro aparentaram consentir na constituição do grupo, obtiveram o poco e, a partir daí, passaram a reivindicar o controle do sistema pela Associação, escaldados que estavam por uma experiência anterior em que a Prefeitura havia se apropriado de um ambulatório instalado pela própria Associação. Houve resistência da direção do Projeto, mas a Associação venceu e hoje Palmeiras é, entre todos os sistemas, aquele em que se conseguiu algo mais próximo de uma administração comunitária e onde não ocorre nenhum dos problemas citados acima. Ressalte-se que tal acontece porque a Associação contrariou a orientação geral do Projeto e sobrepôs à organização desta sua própria organização e experiência. Infelizmente a água do poco é salobra...

Repensando as principais debilidades metodológicas da proposta

Agora, talvez, já estejamos em condições de reunir os vários elementos desta seção para tentar recompor em sua lógica original a inter-relação entre certos componentes ideológicos que vieram a marcar a prática inicial do Projeto Bambuí de tal forma que nunca puderam ser superados.



O primeiro desses elementos foi a visão de comunidade rural como um congregado homogêneo de pequenos (e médios!) produtores. O segundo consistiu na idéia de que organizá-los comunitariamente era o mesmo que educá-los para torná-los Cooperados, membros ativos de uma cooperativa de pequenos produtores. O terceiro elemento estava na idéia de que a ação comunitária era um meio para a construção de tal Cooperativa e de que os sistemas de abastecimento de água seriam meios eficientes de educação comunitária e, portanto, de construção da Cooperativa enquanto agregação de pequenos produtores. O quarto elemento central decorria destes: a vinculação entre Cooperativa e Comunidades iá estava disponível, no interior da Cooperativa, nas pessoas de cooperados, que foram então tomados como representantes, líderes de suas comunidades. Assim é possível começar a explicar o processo real de escolha daquelas comunidades como beneficiárias do Projeto. Foram escolhidas, principalmente, as que já contavam com "representantes" na Cooperativa. Isso explica o porquê da preferência por "comunidades" pequenas, quase que grupos familiares ou, no máximo, plurifamiliares, para sediar os sistemas, preterindo povoados maiores, mesmo quando o alcance social da segunda localização, nos povoados, era evidentemente maior. Ou seja, não se tratava, prioritariamente, de resolver um problema social específico — a água nem de educar, organizar, para que as comunidades viessem a ter consciência do conjunto de seus problemas e da origem deles; tratava-se, sim, de tornar vitoriosa a visão de que a organização em Cooperativa era a melhor solução para os males que afligiam o pequeno produtor e de utilizar a água e o próprio processo educativo como meios para promover tal visão. Nesse sentido, a promoção de um cooperado como "líder" constituía-se num passo importante da estratégia, ao mesmo tempo que transferir a ele o prestígio da água poderia constituir-se num importante "efeito-demonstração" das vantagens de ser cooperado.

O papel subalterno dos "grupos comunitários": prática desmobilizadora

Acontece que não só tais concepções eram originariamente equivocadas como o tempo, quer dizer, a dinâmica da acumulação estimulada pela ação governamental trabalhou contra elas. A Cooperativa descaracterizou-se enquanto organização de defesa de pequenos produtores, as comunidades tiveram suas diferenças sociais originais acrescidas e ainda incorporaram outras. O projeto perdeu seu objetivo (na medida em que a Cooperativa perdeu o seu), mas já estava amarrado à Cooperativa em mudança. A equipe de campo

intuiu tais mudanças e chegou a se dar conta dos limites da proposta pedagógica original e da prática que dela decorria. Mas já então pouco poderia ser feito para colocar o Projeto no caminho mais produtivo.

A análise da constituição e funcionamento dos "grupos comunitários" permite ver ainda outra faceta da prática do Projeto Bambuí.

Os "grupos comunitários" de moradores do Projeto Bambuí se compõem de um máximo de 48 famílias, em Lajedão, a um mínimo de 9, em Milho Verde. Na verdade, são grupos variáveis, em função da contribuição financeira dada para a compra do combustível e lubrificantes e para a manutenção do equipamento do sistema de abastecimento de água. O que determina a inclusão de uma família no "grupo comunitário" é o chefe familiar ser sócio. Mas, não é só por questões financeiras que muitas famílias moradoras do mesmo povoado são excluídas do "grupo do poço". Muitas vezes as disputas entre clãs familiares acabaram prevalecendo na configuração dos grupos.

Os "grupos comunitários" formados não são sujeitos do Projeto Bambuí. A eles não é reservada outra função que não o cumprimento "vigiado" de tarefas. Na realidade, a organização e a função dos "grupos comunitários" foram determinadas pelos técnicos, segundo as indicações do próprio Projeto. que exigia dos moradores a sua constituição em grupo para serem beneficiários do sistema de abastecimento de água. A participação dos moradoressócios ficou, assim, restrita ao fornecimento de mão-de-obra para as obras de instalação do sistema e, mais recentemente, para as hortas comunitárias. e ao pagamento das contribuições financeiras mensais. O importante a notar é que "todos estavam dispostos a fazer tudo o que o grupo de técnicos achava que deveria ser feito para obter a água".

Para a população, portanto, foi reservada uma função subalterna de barganha com os técnicos do Projeto em cima da água. A sua participação não é educativa no sentido de seu fortalecimento social, pois aprofunda, de fato, práticas clientelísticas de submissão à vontade externa para obter alguma coisa.

Quanto aos "líderes" dos "grupos comunitários", já mostramos acima o seu papel no Projeto. A sua escolha foi, no geral, realizada de antemão e arbitrariamente. Não são, por isto, expressão legítima dos interesses comuns de um grupo de moradores em uma mesma situação de trabalho e vida. Há, inclusive, "líderes" que se consideram donos do sistema, como em Baixão dos Paraibanos e em Lajedo do Pau d'Arco. Onde o "líder" parece ter maior legitimidade é em Segredo, onde também o grupo formado está mais próximo a uma comu-

nidade do ponto de vista sociológico. A tradição de luta dos moradores ligados à ABP de Palmeiras também acabou gerando uma liderança mais representativa.

Sintetizando os fracassos do Projeto Bambuí

Toda a análise aponta para a conclusão de que o Projeto Bambuí fracassou enquanto trabalho de educação para organização e defesa de setores das classes subalternas. As razões do fracasso já foram minuciosamente expostas. Apenas para listar novamente, foram elas: ausência de uma compreensão sistemática da organização social e de sua dinâmica presente; as concepções equivocadas a respeito do que seria um trabalho de educação popular; as debilidades metodológicas decorrentes dos equívocos conceptuais; o caráter autoritário e paternalista que acabou decorrendo da associação entre a pretensão educativa e a instalação dos sistemas de abastecimento de água e, finalmente, a prática desmobilizadora e excludente derivada dos problemas de manutenção dos sistemas de água.



Irecê, BA, 1983

Se esse diagnóstico é correto, e acreditamos que o seja, impõe-se levá-lo a suas conseqüências: o acúmulo de erros é tal que se tornou inviável reorientar o Projeto Bambuí em direção a uma prática educativa mais conseqüente, dentro ou fora do quadro institucional fornecido pela COOPIRECE. A questão que se colocou, em relação ao Projeto Bambuí, foi a de como encaminhar soluções no sentido de preservar e ampliar a utilidade social dos sistemas de abastecimento de água já instalados, já que, como demonstramos, não há como utilizar esses sistemas como pressupostos de um trabalho educativo.

Os problemas a resolver seriam os de funcionamento e manutenção dos poços em benefício do maior número possível de pessoas. A tendência à privatização poderia ser sustada se os sistemas forem transferidos à administração pública e se as terras em que eles se encontram fossem desapropriadas por interesse social.

Redirecionar o trabalho educativo na região

Para concluir a análise do Projeto Bambuí, consideramos importante pensar nas possibilidades de um trabalho de educação popular junto aos camponeses e trabalhadores rurais da região. Pode ser e talvez até deve ser necessário um projeto que parta das suas necessidades econômicas ou "projeto econômico". Tal possibilidade poderá ser definida a partir e com a participação dos camponeses e trabalhadores. Quem deve determinar são eles mesmos em função de seus interesses, da ampliação de sua organização e sua participação econômica, política e cultural.

O espaço para articulação dos interesses dos camponeses e trabalhadores rurais tende a crescer, na região, na medida da complexificação das estruturas sociais, tanto ao largo das instituições já existentes (utilizadas até aqui exclusivamente como instrumentos de dominação) como no interior delas.

A vida social em Irecê é profundamente marcada pela convivência e reforço mútuo de dois elementos organizacionais aparentemente anacrônicos. São eles a oligarquia fundiária e comercial e o Estado "Modernizador". Este, ao mesmo tempo que administra a chamada modernização da agricultura, fortalece a oligarquia e se beneficia desse fortalecimento para reforcar as estruturas de dominação e impedir a organização de centros alternativos de poder no interior da Sociedade Civil. A ação do Estado em Irecê, a nível da economia, tem se centrado na injeção macica de crédito agrícola com objetivo de estimular a expansão da cultura de cereais, beneficiando particularmente a grande produção mas, através de programas especiais, procurando incorporar ao mercado setores da pequena produção. A nível da organização social local esse processo é contraditório, pois ao mesmo tempo em que o capital comercial e a grande propriedade agrária são largamente beneficiados, e podem assim tentar manter seu grau de influência e poder locais, vários desdobramentos trabalham em direção oposta. Por um lado, os pequenos produtores incorporados ao mercado se desestabilizam e tornam-se dire-



Irecê, BA, 1983

tamente dependentes do capital financeiro e do Estado, que controla uma fração dele. Reduz-se por aí a influência da grande propriedade sobre a pequena. Por outro lado, o avanço da acumulação produz e atrai um número crescente de proletários agrícolas que são potencialmente massa de manobra para frações emergentes da própria oligarquia agrária e, especialmente, da burguesia comercial. Esses setores emergentes são também produtos do processo de enriquecimento concentrado que ocorre através da transferência de recursos do Estado. Ao encontrar os canais do poder quase que totalmente obstruídos pela oligarquia tradicional (melhor diríamos, original), essa burguesia "adventícia" passa a conceber meios (caracterizar-se como oposição política, por exemplo) para garantir a expressão de seus interesses.

Organizar os vários segmentos de trabalhadores

É evidente que isso acaba por abrir espaços num sistema de dominação anteriormente monolítico e cria possibilidades de organização da Sociedade Civil mais além da mera divisão de fatias de poder entre as facções em disputa. No momento, a utilização desses espaços é mais potencial que real. A Cooperativa Agrícola veio a abandonar qualquer veleidade de organização autônoma dos pequenos produtores. Da mesma forma, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região ainda são dominantemente assistencialistas e, enquanto tais, tendem a ter sua ação pautada pela contraposição de interesses no interior das classes dominantes. O mesmo pode ser dito de setores significativos da Igreja local.

Desafio

Nas condições atuais da região, os problemas a atacar (isto é, as contradições manifestas e latentes entre os interesses dos camponeses e trabalhadores rurais, de um lado, e os das classes dominantes, de outro) são aqueles decorrentes das transformações da agricultura, expressem-se eles nas cidades ou no campo. Nas cidades cresce o número de desempregados sazonais, seja porque há um processo de proletarização em andamento na agricultura da região, seja porque a força do processo de acumulação local torna a região um centro de convergência de sem-terras e desempregados que não mais encontram acesso à terra, dados os preços crescentes e o efetivo fechamento da fronteira agrícola provocado pelo próprio processo de acumulação. No campo, os pequenos produtores incorporados ao mercado vêem-se espremidos entre os juros bancários, os custos crescentes do aluguel de máquinas e a instabilidade dos precos de seus produtos. Há setores amplos efetivamente ameacados de proletarização, assim como há setores já agora semiproletários. Além disto, lembramos as diferentes lutas pela terra surgidas recentemente na região, envolvendo diretamente segmentos de pequenos produtores. Para todos eles, a questão que virá a se colocar, com força crescente, é a de encontrar os meios e os espaços para que possam organizar-se na defesa de seus interesses, até o momento quase que completamente desatendidos.

A análise destes aspectos, em conjunto com os grupos de camponeses e de trabalhadores rurais já mobilizados de alguma forma na luta pelas suas reivindicações, pode indicar as alternativas concre-



Alcântara, MA, 1986

tas de uma intervenção econômica e educativa, isto é, uma intervenção político-educativa, através de um projeto econômico ou outro que se fizer necessário e oportuno.

Para encerrar, vamos chamar a atenção sobre dois pontos que podem ser fundamentais para a implantação de qualquer projeto futuro de educacão popular na região. O primeiro deles diz respeito à necessidade de incorporar a experiência acumulada ao longo da prática do Projeto Bambuí, quando não por outra razão, ao menos para evitar os erros já cometidos. Este relato constitui uma avaliação crítica bastante exigente daquela experiência e pode ser aproveitado como ponto de partida para a formulação de ações alternativas. Das reflexões nele contidas brota o segundo ponto que queremos ressaltar: o da necessidade de técnicos em educação popular que, a partir de sua experiência e de observação crítica, exercida de fora das dificuldades cotidianas da ação, possam permanentemente recolocar em evidência os objetivos centrais do Projeto, e prover assistência necessária para que se encontrem os meios para alcançar aqueles obietivos.

Além da Questão da Terra

Maria Emília Lisboa Pacheco



Erval Seco, RS, 1985

Este texto é o resultado de um trabalho coletivo. Busca expressar reflexões contidas em um debate realizado pela FASE, tomando como base o conjunto das experiências descritas neste número da PROPOSTA.

Longe de ser conclusivo, é um texto que se nutre de questões. Pretendemos com ele somar algumas contribuições à discussão sobre o significado social dos chamados PROJETOS ECONÔMICOS no campo.

Trata-se de um tema que, embora presente nos debates, muitas vezes acalorados que se desenvolvem entre os agentes ligados a práticas educativas junto a grupos de agricultores, pouco se tem escrito sobre ele.

Ao debater essas experiências privilegiamos alguns aspectos que nos pareceram mais relevantes, no sentido de problematizá-las. Eles vêm apresentados no texto em quatro partes: na primeira delas há uma discussão sobre o alcance social desses projetos, seu papel como instrumento pedagógico no processo de fortalecimento da organização e alargamento da consciência social dos trabalhadores; a relação desses projetos com a organização sindical e, finalmente, as implicações e questões relativas a sua sustentação financeira.



Manifestação: Campo Alegre, RJ

Participaram do debate: Cândido Grzybowski, sociólogo, professor do Instituto de Estudos Avançados em Educação (IESAE); Jean-Pierre Leroy, educador, Coordenador Nacional Adjunto da FASE; Maria Emília Lisboa Pacheco, antropóloga, do Grupo de Assessoria Nacional da FASE; autores ou co-autores de alguns dos textos sobre as experiências aqui publicadas; e Neide Esterci, assessora do CEDI, professora da UFRJ e organizadora de duas importantes publicações recentes sobre o tema: "Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da Igreja Popular no Brasil" (1984, Ed. Marco Zero) e "Roças Comunitárias e outras experiências de coletivização no campo" (1982, Cadernos do CEDI, 10).

Comunidade: ponto de partida ou de chegada?

Uma proposta de ação educativa, a exemplo do que verificamos na apresentação das experiências aqui registradas, traz expressos, embora com maior ou menor clareza, os critérios de delimitação da população a ser atingida e o modo como são analisados suas necessidades e interesses sociais.

Quem participa ou participará do projeto? Esta é uma das perguntas que os educadores populares se fazem. E aqui, não raras vezes, temos observado que a idéia de COMUNIDADE tem presidido a formação dos grupos.

Quais as implicações da utilização deste conceito como norteador da formulação de uma proposta de acão educativa?

Trata-se de um conceito difuso, inadequado e que não dá conta das várias dimensões da realidade social, que não podem escapar a um trabalho de educação popular — dirão alguns. Embora difuso, a prática dos atores sociais no curso dos movimentos populares tem permitido sua reconstrução, atribuindo-lhe um novo significado — dirão outros.

Nosso debate foi perpassado por esta controvérsia. Buscamos aqui resgatá-lo. É possível que no interior de inúmeras outras experiências esta temática esteja alimentando os debates na perspectiva, da qual participamos, de rever nossas práticas.

Reelaborando o conceito de comunidade

Na verdade, COMUNIDADE é um grupo de contornos essencialmente fluidos no seguinte sentido: em um dado momento, temos uma comunidade configurada em determinado lugar e constituída de uma determinada população porque esta tem, por exemplo, conjunturalmente interesse na luta pela terra. Em outro momento, pode-se ter uma população configurada como comunidade porque está interessada na construção de escolas para os filhos. Age como comunidade, organiza-se, mobiliza-se, distribui tarefas. Estrutura-se minimamente em função dos diferentes móveis de luta.

Uma comunidade estrutura-se e desestruturase também. Neste sentido, o problema está em identificar em certo momento o que pode estruturá-la. Muitas vezes, ela estrutura-se com uma população que não é totalmente homogênea, mas seus interesses convergem. Tomemos um exemplo, com base nestas reflexões, apontado por um dos participantes do debate.

Durante um conflito de terras, em uma determinada localidade em Mato Grosso, um pequeno comerciante foi chamado líder dos posseiros e reconhecido como tal por eles, exercendo o papel de mediador junto ao grupo ameaçado. Outros pequenos comerciantes locais também se aliaram nesta luta. Com a resolução do conflito, posteriormente houve problemas tanto no interior deste grupo como no interior do subgrupo mais homogêneo de posseiros. Tempos depois, foi desencadeada uma luta por escola. Romperam-se as antigas alianças. Forjaram-se outras em um movimento de oposição, e o antigo representante dos pequenos comerciantes tornou-se inimigo mortal dos posseiros. Na luta pela emancipação do município, novamente quebraram-se e estabeleceram-se novas aliancas. Pensando, pois, em termos de eficácia organizativa para uma ou outra luta, pode-se concluir que diferentes objetivos ou projetos em curso estruturam também diferentemente a população de determinada área.

A experiência de Santarém pode ser também pensada sob esta ótica. No processo de discussão sobre os participantes dos grupos de revenda, há um certo momento da avaliação no qual se decide pela não-inclusão dos pequenos comerciantes no projeto. Só participam os trabalhadores. Este é um critério político do que seria comunidade. Interfere-se na "comunidade" e constrói-se na prática outra "comunidade".

É verdade que este conceito está eivado de uma grande influência religiosa. Solidariedade, igualdade e união é, vamos dizer assim, o tripé dos valores político-cristãos sobre os quais se alicerçam muitas destas experiências. Mas estes trabalhos supõem o reconhecimento das divisões sociais dentro da comunidade. Nos trabalhos difundidos pela Igreja Popular, a comunidade passa a ser a comunidade dos explorados em oposição aos exploradores.

Dificuldades práticas do conceito

Sob outro ângulo de análise, podemos insistir, no entanto, na imprecisão deste conceito e nas dificuldades práticas que ele pode gerar do ponto de vista de um trabalho de educação popular.

Além da influência religiosa, há uma outra tradição que interfere na utilização deste conceito. Foi "importada" da sociologia americana e se expressa no chamado "desenvolvimento comunitário", conhecido historicamente entre nós.

Seus ideólogos postulam que a comunidade se caracteriza por "uma certa heterogeneidade dentro da homogeneidade" e propõem a "formação de um espírito comunitário, chamando a atenção para os laços materiais e espirituais existentes, e como pelo esforço conjunto é possível resolver problemas comuns e realizar com mais eficiência o bem-estar da comunidade". Diferentes tipos de unidades geográficas (vilas, povoados, etc.) caracterizam, em sua análise, uma comunidade.

É verdade que houve uma nova apropriação político-ideológica deste conceito em nossa realidade. Incorporado ao nosso ideário político, ele traz hoje embutida a idéia da igualdade construída na luta. E aí, efetivamente, há um afastamento qualitativo da concepção positivista do processo educativo focalizado em suas perspectivas estáticas, de

manutenção da ordem e do ajustamento social, no qual a diferenciação no interior da sociedade não é negada, embora simule o antagonismo de classe.³

Mesmo assim, no entanto, há que realçar a imprecisão deste conceito. Ao falar e ao perceber a realidade enquanto comunidade, não apreendemos suas diferentes dimensões. O sindicato, por exemplo, nunca teve uma concepção de comunidade. Ele trabalha com a concepção de classe. E classe, por definição, implica diferenciação, enquanto a comunidade, bem ou mal, sempre vai ter uma referência geográfica, ocultando muitas vezes estas diferenças. Se pensamos em comunidade de interesses, em luta por um objetivo comum, como na análise acima, talvez seja importante. Mas não é suficiente. A identificação destes interesses deve estar associada à análise das diferenças.



Acampamento: Erval Seco, RS

Tomemos como exemplo o Projeto Bambuí. Vimos que, na localidade de Segredo, todo o grupo que se reuniu em torno do projeto era constituído de posseiros. Era um grupo bastante homogêneo, no interior do qual não se registravam grandes diferenças sociais. Do ponto de vista dos objetivos do Projeto, esta foi a localidade onde os resultados foram os mais positivos. Em outros povoados, a chamada comunidade era constituída de uma família, no sentido de família extensa (incluindo membros de várias gerações); em outras ainda, a comunidade reunia o médio proprietário e seus parceiros. A constituição das "comunidades" variou, portanto. O grande equívoco do Projeto foi exatamente o de considerar os povoados como comunidades no seu sentido social, ignorando as funções diferentes dos produtores na estrutura econômica e social e nas relações de poder local. Numa sociedade como a nossa, os moradores de uma mesma unidade geográfica não são socialmente iguais.

Cf. ESTERCI, Neide (org.). Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da Igreja Popular no Brasil, Ed. Marco Zero, 1984.

Cf. VIEIRA, B., in AMMANN, S. Bezerra. *Ideologia do desen-volvimento de comunidade no Brasil*, 5ª ed., 1985, Ed. Cortez, pp. 40/41.

³ Idem, ibidem.

Basta lembrar que nesta experiência, não dispondo recursos financeiros participar para nos custos da operação e manutenção do sistema d'água, uma parte dos mutuários acabou sendo excluída da "comunidade do poço". Em outros casos, as chamadas lideranças, como no caso também das Casas de Farinha, dadas suas condições materiais de vida, e como "doadores" do terreno para os referidos projetos, tiveram uma posição de centralidade, considerando-se muitas vezes "donos" dos projetos. Esta aliás é, como vimos, uma realidade ainda hoje de várias Casas de Farinha, o que contribui para reforcar relações de dependência.

Pensando como um sistema idealmente democrático, o projeto dos poços acabou contribuindo para a exclusão de alguns e supremacia de outros.

Não teriam sido outros os resultados se a concepção da comunidade fosse tomada como "ponto de chegada" e não como "ponto de partida"? Em outros termos, não teriam sido outros os rumos do Projeto Bambuí se a proposta educativa estivesse alicerçada na análise de como a população se insere na estrutura econômica e de poder, como ela se compõe e se diferencia, quais eram até o momento suas experiências organizativas, de participação e luta, no sentido de verificar que tipo de organização importa fortalecer através do trabalho educativo?

Estas questões remetem-nos a outras partes do debate.

"Solução de pobre" ou alternativa

A proposta de implantação de "projetos econômicos" no campo, a exemplo destes que apresentamos, tem sido muitas vezes justificada como um instrumento pedagógico que visa fortalecer a organização, ampliar a participação social e contribuir para o avanço da consciência das categorias ou grupos por eles atingidos.

Em que medida estes objetivos são concretizados? Qual é o alcance social deste tipo de projeto? Estas foram as questões gerais que presidiram esta parte do nosso debate.

Indiscutivelmente há hoje no País uma maior socialização do trabalho camponês no sentido econômico. O crescimento da economia brasileira nas duas últimas décadas e a modernização da agricultura que o acompanhou representaram um processo de socialização crescente da atividade produtiva e das relações sociais no campo. No curso deste processo, impulsionado pela intervenção do Estado através de suas políticas e sob um regime autoritário e conservador, acentuou-se por um lado a subordinação aos interesses agroindustriais e financeiros de segmentos de produtores e trabalhadores rurais



Acampamento: Sarandi, RS

que se integraram e, por outro lado, a marginalização e/ou exclusão de outros segmentos de trabalhadores.⁴

Os trabalhadores no campo hoje estão mais referidos a uma problemática geral, confrontando-se com um conjunto de agentes da sociedade em vários níveis e esferas de ação. Mas isto não quer dizer que a nível da consciência e da prática imediata do trabalhador esteja claro que o problema não se reduz ao latifundiário da esquina ou ao bodegueiro do povoado, mas que há um conjunto de relações nas quais estão inseridos. E é no processo de lutas que vai se dando o desvendamento deste conjunto de relações.

Esta diferenciação entre os segmentos de produtores perpassa de alguma forma as experiências descritas nesta Revista.

Podemos dizer que, grosso modo, em um dos pólos encontram-se os pequenos produtores de Bocaina, bastante integrados na economia capitalista. São agricultores produzindo predominantemente para o mercado. Mesmo considerando que Bocaina se situa numa região de Santa Catarina um pouco marginal em termos de pequena produção agrícola modernizada, uma vez que esta localidade éhoje um grande reflorestamento para celulose e os pequenos produtores ocupam terras mais fracas e acidentadas, sua inserção no processo produtivo apresenta características diferenciadas em relação aos demais. Na sua experiência concreta de pequeno produtor, eles se defrontam com vários atores sociais. A questão para eles é o conjunto das relações que os massacram: banco, crédito, preço dos produtos, impostos.

Cf. GRZYBOWSKI, Cândido, in "Organização solcial dos produtores e trabalhadores rurais e as alternativas de desenvolvimento do setor agrícola", Seminário Franco-Brasileiro de Cooperação Técnico-Científica para a Agricultura, Paraná, 1985 (mimeo.).

Denominação atribuída em várias regiões do País aos pequenos comerciantes sediados na área rural.

Bem diferente é a situação dos pequenos produtores de Santarém, e sobretudo Pernambuco, que representam a grande maioria dos pequenos produtores do País e que estão à margem, são excluídos desse processo. Colocam-se no limite de uma agricultura que ainda não tem peso.

Em Irecê (Bahia), por outro lado, há uma situação meio particular em função da mercantilização da produção do feijão. Esta é uma das principais regiões produtoras de feijão. Há parcelas de produtores inseridos num processo crescente de mercantilização e para eles coloca-se a questão de como enfrentar as pressões econômicas. Para outras parcelas de produtores mais pauperizados a questão é, poderíamos dizer assim, como resistirem lá e não serem obrigados a migrarem para as grandes cidades em busca de emprego.

Mas qual a relação entre as questões colocadas nesta breve análise e a proposta de implementar projetos como estes que se encontram aqui descritos?

critose

O risco das análises fragmentadas

Entendemos que não basta relacionar o conteúdo de um projeto com a constatação de uma determinada situação concreta de vida e trabalho dos setores sociais aos quais se visa prestar um serviço. A concretização do objetivo de fortalecer a capacidade de resistência e luta e organização expressa em inúmeros projetos desta natureza deve passar, necessariamente, pela análise da organização social e sua dinâmica presente, buscando romper com a análise fragmentada e limitada ao funcionamento dos grupos que se reúnem em torno de um determinado projeto.

Quem são os produtores que se pretende atingir? Como se dá sua inserção no processo produtivo? Como se diferencia internamente esse conjunto? Qual é a estratégia do capital na área e qual o caráter das transformações que vêm se operando no interior do campesinato? Quais são os programas governamentais em curso na área (suas propostas, setores dos produtores que pretende atingir, etc.). Estes são exemplos de questões que muitas vezes não são incorporadas na formulação das propostas dos projetos e a ausência deste tipo de análise acaba contribuindo para os rumos dos projetos, restringindo de forma significativa seu alcance social mais amplo.

Os "infortúnios" do Projeto Bambuí dão-nos um exemplo disso...

O Estado tinha naquele momento um programa de instalação de 500 poços d'água aproximadamente na Região de Irecê. Estima-se que na prática, porém, uma significativa parcela deles, talvez cerca de 70%, iria atender a propriedades particulares.

São, portanto, recursos públicos que por razões políticas serão inietados em obras que não responderão às necessidades dos trabalhadores no seu coniunto. É nesta mesma Região que o Projeto Bambuí apresenta também a proposta de instalação de pocos com a diferenca de que aqui são os próprios trabalhadores que irão arcar com o ônus da obra e sua conservação. Poderíamos perguntar então: por que fazer algo paralelo em nome da organização e da participação mas que é mais operosa para a populacão? Neste contexto, por que não desencadear lutas, exigindo do Estado que os poços cumpram sua função social de atendimento às necessidades de todos? Em outros termos, por que se substituir ao Estado e não disputar os recursos do Estado com outros setores sociais?

No Nordeste Baiano, grosso modo, define-se uma estratégia do capital que implica uma diferenciação do campesinato da Região, no sentido de formar uma camada de produtores que acumula meios de produção. É claramente definida como preocupação do Estado a integração. Objetivamente o Estado, através do crédito, por exemplo, busca fortalecer a pequena produção. Porém, não a pequena produção no seu conjunto. Faz parte desse processo um mecanismo diferenciador, ou seja, ao mesmo tempo que incorpora uns, exclui outros.



Manifestação: Alcântara, MA

Se não distinguimos mecanismos deste tipo. quer dizer, se não procuramos compreender estes processos que estão em jogo numa determinada área, o trabalho educativo pode acabar reforcando os mecanismos diferenciadores, excluidores, já existentes. Esta é uma das críticas que se pode enderecar ao projeto Bambuí. Embora propondo-se a veicular uma proposta alternativa, este projeto também não visava atingir exatamente os pequenos produtores mais necessitados e sim uma determinada parcela – produtores associados à cooperativa. À semelhança do Projeto Oficial (Projeto Nordeste), ele acabou sintonizando-se não com as camadas excluídas, mas exatamente com aquela faixa de produtores em relação à qual havia uma estratégia do Estado de incorporar.

Vale a pena investir nesses projetos?

Se no Projeto Bambuí estas questões não estavam claras para seus promotores, o mesmo não poderíamos dizer, por exemplo, com relação à proposta da Associação de Bocaina do Sul e Índios. Neste Projeto, fica mais claro na prática desenvolvida pelos participantes da Associação o questionamento das relações sociais nas quais estão inseridos. Esta experiência combina um duplo movimento: de um lado, um movimento de pressão sobre as estruturas oficiais do Estado para que adequem sua política aos interesses dos produtores (a luta contra a Prefeitura pelo armazém, as manifestações contra a política creditícia). Por outro lado, um movimento de articulação interna, buscando cooperativamente condições mais apropriadas de produção (compra de equipamentos, etc.).

Neste sentido, poderíamos dizer que este Projeto apresenta maiores potencialidades do ponto de vista organizativo, do ponto de vista do alargamento da consciência social, na medida em que o processo de sua estruturação vai colocando elementos para o desvendamento do caráter das relações sociais.

Mas, retomando a experiência do Projeto Bambuí, poderíamos perguntar: em lugar de uma prática desmobilizadora e excludente, derivada dos equívocos da proposta de ação educativa, o que poderia ter sido feito? Teria sido possível pensar em algum projeto que incorporasse os segmentos dos trabalhadores pauperizados, excluídos?

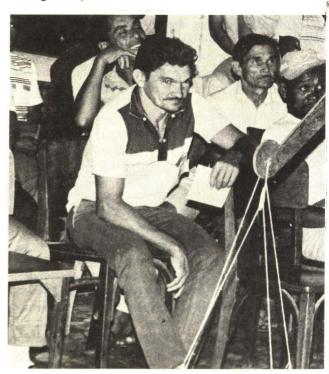
Qualquer projeto desta natureza teria, como dissemos, que levar em conta a configuração da estrutura social na região, assim como a organização sindical. Deveria ser um projeto que não entrasse na lógica do Estado, mas ser pensado a partir de uma lógica de resistência, permitindo aos grupos elaborarem criticamente a questão: afinal, que si-

tuação estamos enfrentando? Como nos posicionar frente a este mecanismo diferenciador que incorpora uns e exclui outros?

Uma das condições para estes projetos terem um certo alcance social é a necessidade de dar a eles um tratamento político claro. Devem abrir alternativas de fato, inclusive econômicas. Devem ser pensados mais do que uma ação que resolve um problema imediato, mas como proposta que permite o desvendamento das relações sociais e aponta para mudancas possíveis.

A experiência das Casas de Farinha nestes longos anos de existência, por exemplo, ficou centrada na análise das relações internas aos próprios grupos. Toda a problemática analisada e trabalhada está referida ao seu bom funcionamento. É só recentemente, com a realização do I Encontro das Casas de Farinha, que começa a ficar mais clara a articulação deste tipo de projeto com as questões mais amplas da organização social.

Diferentemente parece-nos dizer a experiência dos Grupos de Revenda. Porém, acreditamos que as possibilidades destes grupos darem um salto qualitativo estarão dadas se os problemas enfrentados por eles não forem diagnosticados unicamente como de ordem técnico-gerencial, e sim continuarem sendo subordinados a um tratamento político-econômico. Trata-se de discutir uma idéia diferente de organização econômica.



Nesta experiência, de fato, a ação não tem se limitado às revendas. Há uma preocupação com a produção (quando, por exemplo, se incentiva a diversificação das culturas) e com as questões da comercialização.

O item seguinte versará sobre este tema.

Se, num primeiro momento, o Projeto foi pensado quase só em função da luta sindical, como um instrumento para fortalecer a oposição sindical, hoje, poderíamos dizer que avançou ao incorporar várias dimensões da luta e organização — trabalho de formação de liderança, discussão sobre alternativas de comercialização, etc. E avançará mais ainda, na medida em que colocar a questão do acesso ao crédito, da política agrícola em geral que os exclui. Aqui reside seu potencial.

Insistimos em que o grande risco de projetos como esses que temos analisado é exatamente o de se tornarem encerrados em si mesmos, de ficarem auto-referidos. Sem entrar no jogo das relações sociais que envolvem seus participantes, muitos deles apelam para o voluntarismo e em algum níx acabam excluindo a luta.

Esta é a ideologia presente muitas vezes nos trabalhos "desenvolvidos em comunidade". Neste sentido, poderíamos chamá-los de "solução de pobre", ou seja, projetos que não têm perspectivas, projetos que se desenvolvem sob o lema — "nós temos soluções aqui", buscando respostas imediatas e não como um mecanismo de fortalecimento da organização e participação do campesinato.

As considerações gerais que vimos fazendo remetem-nos um pouco à discussão sobre as lutas no campo hoje. Há uma certa tendência ao privilegiamento da luta pela terra e que acaba por esvaziá-la. O mecanismo expropriador é mais complexo e não se reduz ao ato da apropriação da terra do camponês por um grileiro, por exemplo. A expropriação tem que ser pensada como um conjunto de processos sociais que condicionam segmentos dos trabalhadores a serem os que "sobram na história" e aqui incluem mesmo alguns segmentos que estejam produzindo, uma vez que pesa sobre eles a ameaça de perderem sua condição camponesa. Dadas as precárias possibilidades de reprodução de suas condições de produção, são forçados a venderem sua força de trabalho no próprio campo ou migrarem para as cidades.

Há sem dúvida uma luta pela terra, mas talvez esteja havendo também uma incapacidade nossa de ler os próprios movimentos, porque há lutas bem generalizadas neste País ligadas a preço, crédito, etc. Em muitos lugares os sindicatos estão sendo renovados não a partir das lutas pela terra mas em virtude das lutas de mercado. E esta discussão reveste-se de grande importância para a questão da Reforma Agrária. É fundamental que os trabalhos de educação popular não acabem incorporando a própria estratégia do Estado, presente no Estatuto da Terra, ou seja, Reforma Agrária entendida como conflito fundiário. Uma estratégia de Reforma Agrária não pode cair nesta cilada de separar a questão agrária da política agrícola e aprofundar



Campo Frê SC

a separação, que atende aos interesses dos setores conservadores, entre os integrados e excluídos.

Os vários congressos de trabalhadores realizados recentemente no País, ao falarem em formas de organização comunitária, em formas alternativas de produção e comercialização (comercialização coletiva, armazéns comunitários, defesa coletiva da terra, etc.), estão apontando para propostas que se relacionam com a questão desses projetos.

A discussão permanece em aberto.

Em lugar de absolutizar ou negar a priori quaisquer dessas experiências, ao educador popular, em determinada situação concreta, cabe reconhecer e avaliar seus limites, seu alcance social, seus equívocos e potencialidades e contribuir através do trabalho educativo na ampliação do poder dos trabalhadores de definirem novas formas de interação e socialização. Eis aí o desafio.

E a relação com a Organização Sindical?

Se os projetos são pensados como instrumentos pedagógicos que pretendem contribuir com o processo organizativo dos grupos atingidos, qual é a sua relação com a organização sindical?

Na história dos Grupos de Revenda de Santarém, por exemplo, há um momento de eficácia econômica passageira do projeto. Este é um dos fatores que permitiu um ganho político, na medida em que houve novas adesões aos grupos e sua disseminação pelos vários povoados. Contribui, pois, para alimentar o processo de organização em curso. É importante lembrar, no entanto, que este projeto nasce em um contexto de luta pela conquista do sindicato. Poderíamos então pensar que essas experiências podem funcionar como espaço alternativo de organização, quer onde não foram criados sindicatos, quer onde esteja sendo estruturada uma oposição sindical, e vierem contribuir para a dinâmica da vida sindical, desde que haja uma perspectiva clara nesta direção.



Alcântara, MA

Muitas vezes, no entanto, estes projetos desenvolvem-se à margem da organização sindical. No Projeto Bambuí, não houve sequer um momento no qual se pensasse nesta perspectiva. No Projeto Casas de Farinha, a mudança de algumas direções de sindicato contou em alguns municípios com a participação ativa dos grupos do projeto. Mas ainda hoje, em vários lugares, as reuniões das Casas de Farinha continuam tendo um caráter bastante particularista, imersas que estão nas questões internas do projeto, segundo os próprios trabalhadores, muitos são aqueles que ainda não estão conscientes da importância de participar da luta pela transformação dos sindicatos.

Mas aqui estamos referindo-nos apenas à eficácia política destes projetos e em um determinado contexto. O que dizer de uma outra situação quando já se tem um sindicato forte e organizado? Este tipo de projeto teria aí algum papel?

Qual é o papel político do sindicato? Ele se esgota nas propostas de luta pela terra? Ele se esgota nas propostas de organização interna? Não cabe também ao sindicato contribuir para dar uma resposta às questões econômicas da categoria que ele representa? Cabe ao sindicato não só ter posições críticas face à política econômica vigente como também formular propostas alternativas de organização econômica.

E aqui se insere a questão desses projetos. Acreditamos que eles deveriam ser pensados como um lugar de aprendizado para definir uma política sindical que dê conta das questões de ordem econômica vividas pela categoria. É possível pensá-los como instrumentos que contribuam na construção de espaço de enfrentamento dessas questões, desde que no desenvolvimento das atividades dos diferentes projetos sejam criadas condições para a aprendizagem e manejo de conceitos e categorias econômicas, para a discussão da relação entre os problemas vividos localmente e questões mais gerais.

Mas aqui permanece outra questão: caberia aos sindicatos assumirem os projetos mesmo com esta perspectiva?

Opiniões divergentes

Segundo uma das linhas de argumentação, constata-se que comumente estas experiências trazem muitos problemas internos; dificuldades para os camponeses lidarem com questões financeiras, disputas, etc. Muitas vezes, no curso delas surgem acusações de desvio de dinheiro e centralização de poder.

Acrescente-se a isto o reconhecimento de que muitas vezes é também problemático para os trabalhadores lidarem com a experiência de organização sindical — formação de quadros, direção das lutas, etc.

Face a estas constatações, argumentou-se que é possível, ao acoplar estas iniciativas econômicas à organização sindical, ter como resultado prejuízos que interfiram na trajetória das lideranças sindicais.

Outra linha de argumento apresentada é de que na ausência de um espaço de organização para o enfrentamento destas questões, principalmente entre os pequenos produtores marginalizados do Norte e Nordeste, caberia aos sindicatos uma função de suplência. Caberia a eles enfrentar tarefas deste tipo que talvez não lhes coubessem se as condições de vida e trabalho destes produtores fossem outras.

As experiências estão lidando com esta questão controvertida.

Na Associação de Bocaina há uma definição clara segundo a qual ela está ligada às questões da produção, ao "concreto da roça", enquanto o Sindicato é a ferramenta política dos agricultores. Em Santarém, no entanto, os desdobramentos do projeto apontam para sua incorporação cada vez maior ao sindicato.

Está aberto o debate. Retemos aqui apenas a idéia que nos parece central neste item, ou seja, trazer a discussão das questões colocadas pelos projetos para dentro do sindicato, no sentido de subsidiar

a discussão sobre a formulação de propostas alternativas no enfrentamento das questões de produção e comercialização.

Os Financiamentos e algumas das suas implicações

Numa conjuntura em que os recursos públicos para o campo estavam em geral voltados para o médio e o grande produtor, ou para o pequeno produtor já bastante "integrado", em que os recursos para fins sociais ficavam sob o controle estrito da máquina do Estado ou estavam canalizados para práticas clientelistas dos políticos situacionistas, é quase que exclusivamente com a ajuda de recursos financeiros externos ao País que projetos como os que foram descritos aqui viabilizaram-se. Ainda acreditamos que essa ajuda externa é, em geral, útil e positiva. No entanto, levantamos algumas questões.

Novo tipo de clientelismo?

Não é difícil constatar que a grande maioria dos pequenos produtores, sobretudo das regiões do Nordeste e Norte, junto aos quais são desenvolvidos os "projetos econômicos", é de trabalhadores pauperizados, vivendo, vamos dizer assim, no limite da sobrevivência. Isto explica, embora parcialmente, seu envolvimento nas relações de clientelismo político, que lhes trazem pequenas vantagens, porém não desprezíveis.

Neste jogo duro da luta pela sobrevivência buscam "protetores" e "aliados". Não raras vezes, diante de projetos dessa natureza, que implicam a existência de recursos financeiros, demonstram-se receptivos. É como se eles dissessem: quem sabe se este projeto — que não se entende bem — não pode trazer alguma vantagem, alguma melhoria de vida?

Aqui se coloca então uma das implicações dos recursos financeiros, sob dois ângulos: o risco de um novo tipo de clientelismo e da centralização do projeto na figura do agente ou de lideranças.

Estes recursos muitas vezes chegam sob a forma de verdadeiras máquinas de dinheiro. Isto confere um certo poder aos agentes pelo fato deles terem acesso aos recursos.

Em Garanhuns, nos anos 70, os trabalhadores referiam-se à FASE como "mãe FASE"... Em dado momento, os técnicos reconheceram que o peso atribuído aos financiamentos como viabilizadores da proposta educativa acabaram por contribuir para que se forjasse entre os trabalhadores uma imagem da FASE como agência financiadora e para que se instaurasse uma relação paternalista entre os técnicos e eles. A experiência das Casas de Farinha mostra que a relação paternalista está sendo supera-

da, mas é um caminho longo, pois não depende apenas da vontade dos educadores mas da possibilidade objetiva dos produtores ultrapassarem o nível da sobrevivência imediata.

Um outro ângulo desta questão diz respeito ao tipo de influência exercida pelos agentes e as lideranças dos grupos. Muitas vezes, os agentes estão mais dispostos a ouvirem aquelas lideranças que foram feitas ou se fizeram à sua imagem e semelhança. E estas lideranças passam a ser muito mais representantes dos agentes junto ao grupo do que vice-versa. O exemplo de um projeto de experimentação e aprendizado de técnicos de produção, desenvolvido pela FASE, há alguns anos atrás no Maranhão, retrata bem esta problemática.

O técnico agrícola da FASE recebia ajuda do trabalho de "monitores", escolhidos e treinados entre os grupos de posseiros. Estes inicialmente recebiam uma ajuda de custo, mas posteriormente passaram a pedir o mesmo salário do técnico agrícola, argumentando que "faziam o mesmo trabalho". Com esta ajuda de custo, alguns passaram a pagar companheiros para trabalhar em suas roças, uma vez que estavam dedicados à tarefa de "monitores". Começava-se assim um processo de diferenciação interna no grupo, baseado em recursos artificialmente alocados e sobre o poder adquirido com a cobertura da FASE.

Reconhecemos que em muitas situações não é possível dispensar estes recursos. A questão, no entanto, diz respeito a como evitar que se transforme em novo tipo de clientelismo e como criar condições para uma gestão democrática dos projetos.



Em Santarém, por exemplo, procurando evitar a solução de facilidade e o paternalismo, as lideranças adotam a seguinte postura: a "comunidade" mobiliza inicialmente seus próprios recursos, através de festas, venda de produtos das roças comunitárias, etc. Apenas num segundo momento discutem com a "comunidade" a possibilidade de conseguir uma complementação através de um projeto de financiamento.

Ignorar o estado ou disputar recursos?

Mas é preciso reconhecer também que muitas vezes os grupos não se colocam a possibilidade de recorrer a agências do Estado para obterem recursos. Parte-se de uma avaliação de que o Estado é burguês e inimigo do oprimido, ou em outros casos avalia-se que o Estado só se torna presente para cooptar.

Valoriza-se a proposta "comunitária", que "nasce de baixo para cima", através da qual se acredita que a construção de uma proposta altero avanço do processo organizativo e a capacidade de formular propostas alternativas, que permitirá

nativa passa pela utilização dos próprios recursos (esquecendo-se, no entanto, de pensar que aí estão incluídos recursos de agências externas).

Esta concepção gasta na prática a idéia de confronto e muitas vezes não vai além da discussão de benefícios materiais imediatos, o que torna os projetos vulneráveis para morrer uma vez tendo conquistado seu objetivo imediato ou uma vez que se tenham tornado suficientemente frustrados pelo fracasso — como parece acontecer no exemplo do Projeto Bambuí.

Disputar os recursos com o Estado, por outro lado, pode permitir aos trabalhadores envolvidos nos projetos uma experiência política mais ampla e discutir uma gama de questões, não consideradas usualmente nos projetos que se baseiam na concepção de exterioridade das lutas em relação ao Estado. Trata-se, em última análise, do exercício de "reivindicar direitos". E é a consciência dos direitos, combinada com a estes grupos fazer frente às estratégias de cooptação por parte do Estado. A experiência da Associação de Bocaina parece rumar nesta direção.



CATÁLOGO DE PUBLICAÇÕES DA FASE

Durante longos anos junto aos Movimentos e Organizações Populares FASE registra experiências no campo da Educação Popular.

Com isso se instrumenta para crítica, avaliação, continuidade e direcionamento do próprio trabalho.

Tais subsídios são uma contribuição de FASE a grupos e pessoas voltadas ao homem, à luta por uma dignidade de vida a todo ser humano. São documentos que não podem ser esquecidos.

PROPOSTA_

Publicação trimestral que relata e analisa experiências significativas de Educação Popular.

Assinatura – Cz\$ 70,00 Números avulsos – Cz\$ 20,00

Proposta 23 - Jan/84

59 Encontro Latino-Americano de Educação Popular (Lima-out/83)

"Na discussão sobre a Educação Popular existe um dado novo que é o da solidariedade".

Proposta 24 - Set/84

A luta pela Posse da Terra e a Organização Comunitária no Bairro de Sacramenta — Belém do Pará.

"Companheiros vamos lutar contra essas leis e exigir a legalização dos terrenos. A terra por direito é de quem nela mora".

Proposta 25 - Maio/85 (2ª edicão)

Escolas Comunitárias — Uma vivência de 14 anos.



"Parecia-nos que já não bastava o trabalho comunitário. Era necessário uma direção que rompesse com o caráter assistencialista que estava assumindo. Tornava-se importante a construção de uma visão crítica da sociedade".

Federação de Orgãos para Assistência Social e Educacional

lua das Palmeiras, 90 — 22270 — RIO DE JANEIRO — RJ Tel.: 286-6797

Proposta 26 - Julho/85 (2ª edição) - esgotada

- Assalariados Rurais
 - Balanço sobre os movimentos grevistas dos assalariados rurais e sobre duas experiências associativas:
 - Debate sobre os temas mais importantes suscitados a partir da análise de experiências de luta e organização da Classe.

Proposta 27 - Nov/85 (3ª edição)

Tecnologias Alternativas na Agricultura.



"A agricultura alternativa não repudia a ciência, mas pede-lhe que busque as formas pelas quais o próprio meio rural pode fornecer a base técnica essencial do desenvolvimento agrário".

Proposta 28 - Fev/86 (esgotada)

O que pinta de Novo pinta na Tela do Povo.

A utilização do vídeo/filme como ferramenta de trabalho na Educação Popular.

Proposta 29 - Abril/86 (2ª edição)

Associação de Moradores e Participação Popular — A Luta dos Loteamentos Urbanos.



"Com o Movimento de Bairro o problema de um loteamento deixa de ser um assunto local... Ampliou-se o número de participantes, produziu-se um "problema urbano" reconhecido como tal, portanto de solução necessária".

Proposta 30 – Julho/86

- Formação Síndical em Debate.



"São relatos de experiências realizadas, ou em curso, por grupos de assessoria a sindicatos. Estão inseridas no conjunto de atividades que compõem o quadro mais global do processo de Formação Sindical".

Proposta 31 — Outubro/86 (no prelo)

- Lavrador em Luta por sua Sobrevivência.

Experiências de pequenos produtores rurais na área de produção, comercialização e consumo.

APOIO JURÍDICO POPULAR ____

A proposição é no sentido de, a partir de alguns eixos, se iniciar a transmissão de informações e capacitação de assessorias jurídicas populares.

Questionando a Justiça Agrária — Cz\$ 10,00

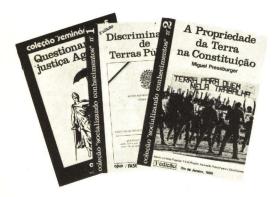
(Por uma Justiça Agrária verdadeira Sugestões — Justiça e Injustiça Agrária)

Discriminatória de Terras Públicas — (2ª edição) Cz\$ 10,00

(Certifico que revendo os livros deste cartório, deles consta que: o grilo que faço não voa, nem galinha come. Por ser verdade, certifico e dou fé).

A Propriedade da Terra na Constituição — (3ª edição) Cz\$ 10,00

(As regras para a convocação da Constituinte já foram estabelecidas. É pouco provável que os movimentos populares possam ter presença significativa).



MANUAIS DE COMUNICAÇÃO.

Informações básicas para aqueles que desenvolvem experiências práticas de comunicação popular.

A Entrevista — Cz\$ 10,00

"Fazer entrevistas é fácil, mas antes temos que aprender algumas coisas".

A Notícia Popular — Cz\$ 10,00



"Necessitamos de uma informação que nos deixe ver o mundo como é".

- Rádio Revista de Educação Popular - Cz\$ 10,00

Educar é dialogar. É criar uma relação nova com os ouvintes. Uma relação democrática sem emissores nem receptores. Porque todos emitem e todos recebem.

Análise de Uma Experiência Educativa com o uso do Rádio — Cz\$ 10,00

Experiência em Petrolina. O Programa fez do povo do interior um ouvinte informado da situação, amante das notícias, do jornalismo.

Rádio Difusora Popular – Ferramenta na luta do Bairro – Cz\$ 10,00

Guabiraba - Recife - O Rádio foi a solução.

Análise de Estrutura e Conjuntura – (2ª edição) Cz\$ 10,00



Em nossa sociedade as classes dominantes se tornam ''donas'' do conhecimento: manejam a cultura e a ciência, fazem pesquisas e estatísticas. Tudo isto lhes serve para administrar a sociedade segundo seus interesses.

- O Capitalismo Financeiro no Brasil - Cz\$ 10.00

- A Política Econômica Financeira do 19 Governo Militar (64)
- A Arquitetura do "Milagre Econômico" (Delfim Neto)

ANÁLISES DE SITUAÇÕES.

- Raízes da Fome - (2ª edição) Cz\$ 45.00



Dezesseis textos de autores experts no assunto que abordam sob vários ângulos esse assunto proibido. (em co-edição com Vozes).

Os Construtores da Cidade - Cz\$ 30.00

É a história dessa classe sofrida (os trabalhadores na construção civil) escrita por eles mesmos e Oscar Niemeyer prefaciando-os diz:

"Li com muita atenção este pequeno livro. É o drama que se repete pelo Brasil afora. Uma história que precisa ser contada, pois com miséria não há democracia".

Pragas e Venenos: Agrotóxicos no Brasil e no 39 Mundo (no prelo)

Uma abordagem internacional dos vários aspectos do problema, com especial destaque para o Brasil: intoxicações no campo, resíduos na comida, propaganda, a indústria transnacional, etc. — Com propostas para soluções.

O Pacotão — Acredite se Quiser — (2ª edição) Cz\$ 10,00



Com este livreto queremos colocar a disposição algumas informações que consideramos necessárias para a objetividade e o aprofundamento sobre esse pacotão de 28/02/86.

Lançamentos

A SAÚDE EM ESTADO DE CHOQUE - Cz\$ 50,00

Pela sua abordagem simples, direta e crítica, este livro se destina, antes de tudo, aos setores da sociedade civil interessados em subsídios para o debate de sua qualidade de vida. Mas os temas são muito importantes, também para professores, estudantes e profissionais do setor de Saúde Coletiva, Engenharia Sanitária, Educação, Saúde e Política públicas.



COMO SURGIRAM AS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS Cz\$ 12.00

A história das Constituições brasileiras revela que a natureza e o conteúdo de cada uma delas é fruto de uma determinada correlação de forças sociais e políticas características de cada época. Quando a sociedade civil está fraca e subjugada, o poder dominante é capaz de impor (outorgar) a Constituição que quer. Quanto mais forte e organizada a sociedade civil, maior a sua presença na Assembléia Constituinte e mais importante a sua influência no conteúdo da Constituição.



A HORTA INTENSIVA FAMILIAR — (2ª edição) Cz\$ 15,00

O tipo de horta que sugerimos neste manual foi pensado para produzir, permanentemente, as hortaliças que uma família necessita, diariamente.





PROJETO TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS FASE



4/5

Boletim do Projeto T.A.

Ano II • nº 4/5 • 1986



FASE NACIONAL

Rua das Palmeiras, 90 Botafogo 22270 — **Rio de Janeiro - RJ** Tel.: (021) 286-6797

Av. Beira-Mar, 216/401 Castelo

20021 - **Rio de Janeiro - RJ** Tel.: (021) 262-2158

FASE REGIONAL NORTE

Rua Bernal do Couto, 1329 66030 — **Belém - PA** Tel.: (091) 222-0318

Tv. Pedro Pinheiro Paes, 330 68440 — **Abaetetuba - PA**

Tel.: (091) 751-1181

Av. Presidente Médici, 1992 68700 — Capanema - PA Tel.: (091) 821-1716

Bragança - PA (em implantação)

Rua Valério Botelho de Andrade, 488 São Francisco 69063 — **Manaus - AM** Tel.: (092) 234-6761

Rua Godofredo Viana, 945 65900 — **Imperatriz - MA** Tel.: (098) 721-4474 Rua dos Afogados, 405 Centro 65010 — **São Luís - MA** Tel.: (098) 22-1175

FASE REGIONAL NORDESTE

Rua Cedro, 52 Casa Amarela 52071 — **Recife - PE** Tel.: (081) 268-3242

Av. Júlio Brasileiro, 1152-A Heliópolis 55300 — **Garanhuns - PE** Tel.: (081) 761-0747

Rua Professo: João Bosco, 73 Parque Araxá 60430 — **Fortaleza - CE** Tel.: (085) 223-4056

Itabuna - BA (em projeto)

FASE REGIONAL SUDESTE/SUL

Av. Presidente Wilson, 113 Conj. 1302 Castelo 20030 – **Rio de Janeiro - RJ** Tel.: (021) 220-7198 Rua General Osório, 83 salas 1306/7 29020 — **Vitória - ES** Tel.: (027) 223-7436

Rua Loefgren, 1651 - c/6 Vila Clementino 04040 — **São Paulo - SP** Tel.: (011) 549-3888

Rua Gaspar Martins, 470 90220 — **Porto Alegre - RS** Tel.: (051) 225-0787

Vale do Guaporé (MT) (em projeto)

Zona Canavieira (SP) (em projeto)

PROGRAMAS ANEXOS

Projeto Tecnologias Alternativas Rua João Afonso, 60-A 22261 — **Rio de Janeiro - RJ** Tel.: (021) 286-9641

Programa de Saúde Rua Rui Barbosa, 200 55300 — **Garanhuns - PE** Tel.: (081) 761-0941

Projeto Apoio Jurídico Popular Av. Beira-Mar, 216/401 Castelo 20021 — **Rio de Janeiro - RJ** Tel.: (021) 262-2158

Coordenação Executiva da FASE: Jorge Eduardo Saavedra Durão (Coordenador Nacional); Jean-Pierre René Joseph Leroy (Coordenador Nac. Adjunto) Matheus Henricus Otterloo (Coordenador Reg. Norte), Antonio Acioli de Siqueira (Coordenador Reg. Nordeste); Lorenzo Zanetti (Coordenador Reg. Sudeste-Sul).

ASEG FASEG FASEG FASEG FAS

A SERVIÇO DA EDUCAÇÃO POPULAR